

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

FELIPE RODRIGUES SOUSA

**LIBERALISMOS ECONÔMICOS E SUAS RELAÇÕES POLÍTICAS:
DO LIBERALISMO “CLÁSSICO” AO “NOVO LIBERALISMO” DO
CAPITALISMO REGULADO**

Goiânia

2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese

2. Nome completo do autor

Felipe Rodrigues Sousa

3. Título do trabalho

Liberalismos Econômicos e suas Relações Políticas: Do Liberalismo "Clássico" ao "Novo Liberalismo" do Capitalismo Regulado

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Auxiliadora Gonçalves De Souza, Assistente em Administração**, em 01/12/2020, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE RODRIGUES SOUSA, Discente**, em 07/12/2020, às 17:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Everton Sotto Tibiriçá Rosa, Vice-Coordenador**, em 07/12/2020, às 18:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1708070** e o código CRC **E42188B4**.

FELIPE RODRIGUES SOUSA

**LIBERALISMOS ECONÔMICOS E SUAS RELAÇÕES POLÍTICAS:
DO LIBERALISMO “CLÁSSICO” AO “NOVO LIBERALISMO” DO
CAPITALISMO REGULADO**

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política, da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás.

Orientador: Everton Sotto Tibiriçá Rosa

Goiânia

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Rodrigues Sousa, Felipe

LIBERALISMOS ECONÔMICOS E SUAS RELAÇÕES POLÍTICAS:
DO LIBERALISMO “CLÁSSICO” AO “NOVO LIBERALISMO” DO
CAPITALISMO REGULADO [manuscrito] / Felipe Rodrigues Sousa. -
2020.

CXXXV, 135 f.

Orientador: Prof. Dr. Everton Sotto Tibiriçá Rosa.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política, Goiânia, 2020.

1. liberalismo. 2. novo liberalismo. 3. teoria econômica ortodoxa. 4.
teoria monetária da produção. I. Sotto Tibiriçá Rosa, Everton, orient. II.
Título.

CDU 32



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **013** da sessão de Defesa de Dissertação de **Mestrado em Ciência Política do aluno Felipe Rodrigues Sousa**, que confere o título de Mestre em **Ciência Política**.

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, a partir das 14:30 horas, por Vídeo Conferência, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação de Mestrado, intitulada “Liberalismos Econômicos e suas Relações Políticas: Do Liberalismo "Clássico" ao "Novo Liberalismo" do Capitalismo Regulado”. Os trabalhos foram instalados pelo orientador, Professor Doutor Everton Sotto Tibiriçá Rosa com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor Tiago Camarinha Lopes - FACE/UFG - PPGCP, membro titular interno; Professor Doutor Leonardo Flauzino de Souza - FE/UFMT - PPGE, membro titular externo. Durante a arguição os membros da banca **[não/fizeram]** sugerem alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido o candidato **aprovado** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor Doutor Everton Sotto Tibiriçá Rosa, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos sete dias do mês de dezembro de 2020.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Everton Sotto Tibiriçá Rosa, Vice-Coordenador**, em 07/12/2020, às 17:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Camarinha Lopes, Coordenador de Curso**, em 07/12/2020, às 17:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Flauzino de Souza, Usuário Externo**, em 09/12/2020, às 17:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1708056** e o código CRC **07DCD85B**.

AGRADECIMENTOS

As narrativas parecem ser aspectos fundamentais das ciências sociais, contudo, elas não são elementos da natureza, *não estão por aí, disponíveis para que as encontremos*. Elas carecem do elemento humano que, de fato, é o seu fator constitutivo, e que também ocupa um lugar de destaque no quadro das investigações sociais. Fundamentalmente, um trabalho acadêmico – um dos produtos das ciências – é escrito para os outros que não são eu.

Se o cientista conseguir aliar ao esforço de estabelecer um diálogo com os outros, uma motivação própria, intrínseca a si mesmo, tão melhor; no entanto, essa motivação não parece ser a parte indispensável da investigação científica. O ponto chave da ciência é o diálogo, mais do que o convencimento, que um trabalho acadêmico permite estabelecer. Um trabalho acadêmico é menos sobre as questões que explora e ou as verdades que descobre e *inventa* e mais sobre laborioso esforço coletivo de coexistência social, e isso não é produto de uma única pessoa. Novamente, as narrativas e as pessoas são elementos indispensáveis.

Mas as pessoas também não são apenas objetos e agentes das ciências sociais e, portanto, não desempenham apenas esses papéis na investigação científica. Elas podem ser amigas, adversárias, incentivadoras, e talvez o diálogo mais importante não seja aquele que emerge quando o trabalho encontra a impressora, mas o anterior, aquele que nos influencia, nos molda e nos modifica *durante* o processo da investigação e da escrita. Se o presente trabalho sem um público leitor careceria de motivos para existir, sem os amigos e companheiros de jornada não teria se quer a própria existência.

É nesse espírito que agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Goiás e aos estimados professores e professoras que contribuíram para a minha formação. A dedicação de cada um de vocês e o compromisso que demonstram com a profissão de professor e pesquisador serão, sem dúvidas, guias na minha carreira acadêmica. Agradecimentos também são devidos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – por terem me concedido a bolsa de mestrado durante o primeiro ano dos estudos no programa. Meus colegas de mestrado desempenharam um papel essencial na construção desse trabalho, foram fonte de inspiração e grandes incentivadores durante essa empreitada, em especial agradeço aos caros amigos Adilson, Isabela, Maria D’Abadia e Suzana.

À minha esposa, Jaqueline, a quem devo mais do que consigo conceber, que se

tornou minha mais inestimável parceira intelectual e mais sincera crítica, não há, fora da poesia, palavras expressar minha gratidão. Aos meus pais que depositam em mim sua confiança, aos meus velhos e inestimáveis amigos Cecília, César, Matheus e tantos outros meu muito obrigado. A Universidade Federal de Goiás tem me propiciado mais do que alimento intelectual, me deu também verdadeiros amigos para uma vida toda.

Por fim, tenho o imenso prazer de agradecer, mais uma vez, ao meu orientador, Everton, que me mostrou tanto da nossa ciência, a econômica, e que me incentivou e me acompanhou na difícil tarefa de navegar mares que nos eram desconhecidos – a ciência política; a metáfora Marshall-Keynes que descrevi há três anos continua tão válida e pertinente hoje, quanto o era em 2017. Espero que a nossa parceria dure ainda muitos anos e que possamos contribuir para aquilo que tenho certeza ser um objetivo comum, a construção de economia mais justa e uma sociedade mais fraterna.

RESUMO

O trabalho se dedica a explorar a hipótese da existência de uma vertente liberal amplamente ignorada pela literatura das ciências econômica e política: *o novo liberalismo*. Nesse sentido, o objetivo do estudo reside em apontar as semelhanças e divergências entre o liberalismo clássico e o novo liberalismo, ao mesmo passo em que *afirma* a existência desse *novo liberalismo*. Postula-se que as semelhanças estão na *visão de mundo* e na centralidade do indivíduo, de modo que para ambos a defesa das liberdades individuais é parte substancial das suas preocupações. Em que pesem as divergências, elas se situam, nas décadas de 1920 e 1930, no campo da teoria econômica. De fato, o *novo liberalismo* sofreu uma transformação substancial nas suas bases teóricas, haja vista que ele surge no âmbito da teoria econômica ortodoxa clássica, mas é forçado pela Primeira Guerra Mundial e pela Grande Depressão a adotar uma nova teoria econômica capaz de explicar os fenômenos econômicos das sociedades capitalistas e ao mesmo tempo propor soluções positivas para os problemas socioeconômicos dessas sociedades. A mudança na base teórica, isto é, o abandono da teoria econômica clássica e a adoção da Teoria Monetária de Produção, desenvolvida por John Maynard Keynes no entre guerras, provocou uma verdadeira transformação nas proposições de resolução dos problemas sociais. Durante o século XIX, a forma como o *novo liberalismo* escolhia fazer face aos problemas socioeconômicos era via *reformas pontuais*, isto é, reformas que não visavam alterar estruturalmente a forma como o capitalismo funcionava. Com a adoção do novo quadro teórico keynesiano, o novo liberalismo passou a ser capaz não apenas de fazer o diagnóstico correto do funcionamento e, logo, dos problemas do sistema capitalista, como também passou a ter as ferramentas para reformar o sistema em bases substancialmente mais eficientes, sem sacrificar a *liberdade individual* e ainda garantindo *justiça social*. O trabalho conclui ressaltando a existência do *novo liberalismo*, demonstrando como ele derivava sua visão de mundo de economistas amplamente considerados como liberais, tais como John Stuart Mill e Alfred Marshall. Ademais, demonstra como a nova teoria econômica keynesiana se inseria nesse diálogo liberal, na busca por um sistema econômico mais justo e eficiente, aliado às bases morais do liberalismo.

Palavras-chave: liberalismo, *novo liberalismo*, teoria econômica ortodoxa, teoria monetária da produção, John Maynard Keynes

ABSTRACT

*The work is dedicated to exploring the hypothesis of the existence of a liberal strand largely ignored by the economic and political sciences literature: **the new liberalism**. In this sense, the objective of the study lies in pointing out the similarities and divergences between these two liberalisms, at the same time that it affirms the existence of this **new liberalism**. It is postulated that the similarities are in the worldview and the centrality of the individual, so that for both the defense of individual freedoms is a substantial part of their concerns. With regard to the divergences, these are located, in the 1920s and 1930s, in the field of economic theory. In fact, the **new liberalism** underwent a substantial transformation in its theoretical bases, given that it arises within the scope of classical orthodox economic theory, but is forced, by the First World War and the Great Depression, to adopt a new economic theory capable of explaining the economic phenomena of capitalist societies and at the same time propose positive solutions to the socioeconomic problems of these societies. The change in the theoretical basis, that is, the abandonment of classical economic theory and the adoption of the Monetary Theory of Production, developed by John Maynard Keynes in the inter-war period, caused a real transformation in the proposals for solving social problems. During the 19th century, the way in which the **new liberalism** chose to tackle socio-economic problems was via one-off reforms, that is, reforms that were not aimed at structural changes in the way capitalism functioned. With the adoption of the new Keynesian theoretical framework, the **new liberalism** was able not only to make the correct diagnosis of the functioning and, therefore, of the problems of the capitalist system, but also to have the tools to reform the system on bases substantially more efficient, without sacrificing individual freedom and still guaranteeing social justice. The work concludes by emphasizing the existence of the **new liberalism**, demonstrating how its worldview was derived from economists widely regarded as liberals, such as John Stuart Mill and Alfred Marshall. Furthermore, it demonstrates how the new Keynesian economic theory was present in this liberal dialogue, in the search for a more just and efficient economic system, allied to the moral bases of liberalism.*

Key-words: *liberalism, new liberalism, orthodox economic theory, monetary theory of production, John Maynard Keynes*

SUMÁRIO

RESUMO	9
ABSTRACT	10
SUMÁRIO	10
INTRODUÇÃO	9
1. ENTRE ECONOMIA E POLÍTICA: TEORIAS E DISCURSOS DO LIBERALISMO ECONÔMICO CLÁSSICO	17
1.1. “LIBERALISMO ECONÔMICO”: NARRATIVA DE SUPREMACIA E ORIGENS HISTÓRICAS	18
1.2. TEORIA ECONÔMICA CLÁSSICA.....	31
2. LIBERALISMO E A HEGEMONIA BRITÂNICA	44
2.1. TERRA: LOCUS DO PODER POLÍTICO, NEXO DE TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS.....	47
2.2. TRABALHO: DA INTERDEPENDÊNCIA COMUNITÁRIA PARA O INDIVIDUALISMO COLETIVIZADO DAS FÁBRICAS	61
2.3. O ESTADO LIBERAL INGLÊS DO SÉCULO XIX PARA O SÉCULO XX: O LIBERALISMO E A DEFESA DA DESIGUALDADE E DO IMPÉRIO	74
3. REFORMULANDO O LIBERALISMO: O <i>NOVO LIBERALISMO</i>	90
3.1. AS BASES DO NOVO LIBERALISMO: DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX AO INÍCIO DO SÉCULO XX	92
3.2. DISSENSO E RUPTURAS: A TEORIA MONETÁRIA DE PRODUÇÃO E O SEU MUNDO.....	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	127

INTRODUÇÃO

Comunidades, famílias, indivíduos, empresas, assim como outros objetos de estudo do cientista social, coexistem em Estados-Nações interdependentes. Um dos traços fundamentais das ciências sociais é a tentativa de compreender as características desses objetos, buscando avançar para o entendimento sobre as suas propriedades e como eles se inserem em redes de interação, sistemas nacionais e internacionais, tão caros à ciência social, sobretudo à ciência econômica. Esses objetos e suas interações engendram, solucionam ou agravam problemas e disfunções de ordem política e social, de tal maneira que se fazem necessários estudos que aprofundem a compreensão coletiva sobre o processo histórico conformativo das instituições sociais e das ações individuais.

É intenção desta dissertação contribuir com questionamentos legítimos e respostas que auxiliem essa *compreensão coletiva sobre o processo histórico conformativo das instituições sociais e ações individuais* no século XX. Destarte, o campo de estudo no qual o presente trabalho está inserido pode ser visto como pertencente a esse emaranhado que constitui a história social contemporânea. O tema desta pesquisa, as relações entre o liberalismo econômico e político, pode ser classificado como pertencente ao campo da economia política, na medida em que ele, para descrever e explicar a realidade, aglutina elementos políticos e sociais, nacionais e internacionais, inerentes aos processos de criação, distribuição e destruição de riqueza, do esforço produtivo coletivo e das satisfações de necessidades individuais. Posto isso, o objetivo da investigação reside em explicar e distinguir, no plano conceitual e prático, a existência de dois tipos de liberalismo econômico. Estes *liberalismos* teriam vigorado em tempos distintos, sendo eles: o *liberalismo clássico*, cujo início e referência encontram-se no trabalho desenvolvido por Adam Smith no século XVIII, e o “*novo liberalismo*”, que teria emergido mais claramente em meio às crises humanas, políticas e econômicas da primeira metade do século XX. Em resumo, um liberalismo do livre mercado e um novo liberalismo do Estado Social.

A essência desse objetivo transparece no processo de enfatizar as diferenças entre dois modos distintos de apreender a economia e as diferentes relações sociopolíticas às quais esses liberalismos se vinculam¹. Desdobrando ainda o tema, é possível colocá-lo nos seguintes

¹ Não se trata aqui de “*descortinar*” a realidade social ou seus elementos constitutivos, como se esses fossem dados extrínsecos e extemporâneos à vivência do cientista, como pretendem algumas correntes de pensamento econômico (HODGSON, 2001). Concede-se que toda narrativa pertencente às ciências sociais se alia a determinadas visões de mundo, frequentemente, em disputa com visões distintas. Parece-nos que a saída para esse problema atemporal e inerente à atividade do cientista social reside na sua enunciação, enquanto componente de

termos: estabelecer os devidos campos aos quais se vincularam o liberalismo econômico clássico e o novo liberalismo, ao mesmo tempo em que se busca suas principais convergências e divergências históricas e teóricas.

Esta dissertação trabalha com a noção de que o *novo liberalismo* do século XX representou uma *ruptura teórica* no domínio da ciência econômica em relação ao liberalismo clássico e ao mesmo tempo deu *continuidade filosófica* à preocupação humanística e à profunda ligação com os conceitos de liberdade também presentes no liberalismo clássico².

Nessa abordagem, compreende-se que os pensadores filiados ao *novo liberalismo*, após reconhecerem as divergências entre a filosofia humanística emergente do Iluminismo, tão cara ao movimento liberal, e os resultados sociais oriundos da aplicação da doutrina do *laissez-faire*, viram-se obrigados a revisitarem as teorias que desaguavam nas recomendações políticas de forte caráter livre concorrencial. Assim, no século XIX, devido a essas divergências, emergiu, então, a possibilidade de uma apreciação mais favorável dos aspectos não concorrenciais da economia capitalista, aspectos que enfatizavam a colaboração. Durante o transcorrer da segunda metade desse século a nova ênfase em uma combinação entre concorrência e colaboração levou diversos pensadores do *novo liberalismo* a advogarem reformas e esquemas cujos objetivos eram a redução das desigualdades e uma melhora nas condições de vida das classes trabalhadoras (JOLL, 1990).

O século XX viu a evolução dessas recomendações, enquanto resposta direta ao agravamento das crises enfrentadas. É justamente esse agravamento que conduz à revolução da ciência econômica na década de 1930. A gravidade dos problemas internacionais - guerra e crise - se impôs com tamanho peso que as teorias convencionais da explicação dos fenômenos econômicos foram consideradas inadequadas, abrindo, assim, espaço para a fundamentação teórica das recomendações políticas “não convencionais”.

Posto nesses termos, as bases teóricas das recomendações econômicas do novo liberalismo do século XX, em especial do *New Deal* americano e do Estado de Bem-Estar Social europeu, apresentavam-se antagônicas à teoria econômica clássica da livre concorrência, e ao

um debate político interminável no qual a humanidade foi lançada pela evolução do caráter social, e não na sua negação através de expedientes metodológicos a duras penas aplicáveis às ciências sociais, mas que parecem se prestar muito bem aos objetivos e limites das ciências ditas naturais, e que desejam conferir às primeiras o mesmo caráter de neutralidade que conferiram às últimas (LACEY, 2008).

² Essa continuidade, no entanto, não se estende ao campo metodológico, de maneira que o *novo liberalismo* não compartilha, com os economistas neoclássicos, o método lógico-dedutivo baseado em abrangentes abstrações. A teoria desenvolvida por Keynes, principal desenvolvimento da ciência econômica filiada ao campo do *novo liberalismo* também apresentou forte divergência em relação às abordagens neoclássicas, nas quais o indivíduo abstrato é o foco de análise, algo que fica demonstrado pela preocupação de Keynes com os agregados econômicos, conceitos que se tornaram proeminentes após a 1ª Guerra Mundial (ARIDA, 2003; DAVIDSON, 2011).

mesmo tempo buscavam aprofundar e difundir as premissas e promessas do liberalismo político, porque davam continuidade às preocupações liberais do século anterior.

Para que se alcance o objetivo geral - afirmar a existência dessas duas versões do liberalismo e contrapô-las - o estudo se interessa pelas relações conceituais entre os campos econômico, lugar de reprodução material da vida individual e coletiva, e político, no qual se expressam as filosofias sociais, que criam, regulam e resolvem conflitos coletivos, dentre os quais aqueles que emergem do campo econômico.

A justificativa para tal pesquisa atravessa diversos aspectos. O primeiro versa sobre uma associação pouco explorada por economistas e cientistas políticos e se configura como ponto chave do trabalho. A análise da história do pensamento econômico, quando leva em consideração aspectos de filosofia social, deve ser capaz de associar a teoria keynesiana ao liberalismo. O campo no qual se processam as análises econômicas, bem como as disputas e intervenções dos “agentes econômicos” não é apenas econômico, é, também, político, isto é, a economia não é um fim em si mesma e se vincula a outros aspectos sociais que escapam o pensamento meramente econômico. A administração da economia, portanto, não tem como finalidade apenas a renda e riqueza enquanto categorias econômicas, mas também como dispositivos indispensáveis para uma vida digna em uma sociedade de mercado. Além do mais, as diferentes análises sobre o processo econômico e possíveis soluções para os problemas econômicos estão associadas e *prestam serviço* a diferentes visões de mundo, mas para que se vincule uma determinada corrente de pensamento econômico a uma visão de mundo específica, tal como esse trabalho busca realizar, é preciso extrapolar as categorias puramente econômicas. A implicação dessa metodologia para o presente trabalho é rejeitar a noção de uma *teoria keynesiana intervencionista*, ou ainda de um “Keynes socialista” (CROTTY, 12019; WATTEL, 1986).

Outra justificativa e uma das mais relevantes diz respeito aos *atuais problemas sociais, políticos e econômicos*, em outras palavras, o trabalho histórico encontra valor para além da análise história em si, no que diz respeito aos esses problemas sociais, elenca-se a seguir apenas os mais expressivos.

- O retorno de altos níveis de desemprego e da oscilação do produto nos países centrais, em especial após o fim do sistema de *Bretton Woods*, o regresso e agravamento da desigualdade econômica de renda e riqueza com o advento dos processos de “*liberalização*” da economia, síntese das recomendações neoliberais após a década de 1970 (WOLFF, 2000; PIKETTY, 2004; WOLFF).
- A degradação da situação do trabalho resultada das novas formas de relações

trabalhistas: terceirização, migração das atividades produtivas para os países asiáticos e africanos, enfraquecimento dos sindicatos e legislações de proteção ao trabalho (Braga, 2006).

- A deterioração acelerada do meio ambiente, fruto de práticas exploradoras, da pressão de grupos institucionalizados de *lobby* e sancionadas por alterações legislativas. Os impactos negativos que essa deterioração causa nas possibilidades futuras que as economias terão diante de si, via redução dos estoques de recursos naturais do planeta, assim como o aumento da fração da população exposta aos efeitos adversos das mudanças climáticas e o consequente risco que isso impõe às suas condições de vida são elementos, relativamente, novos para os quais não se conseguiu construir consenso sobre a melhor maneira de enfrentamento.
- O fraco desempenho das economias nacionais na construção de condições de crescimento sustentado e inclusivo após mais uma crise sistêmica, processo que adicionou mais tensões econômicas e distributivas às já quase quatro décadas de oscilações do produto concentradoras de renda.
- *As ameaças por vias democráticas aos valores democráticos*³ na esteira de mais uma crise econômica são características que impõem a necessidade de uma reflexão histórica e funcional para que se compreenda os processos que têm conduzido as sociedades contemporâneas ao atual estado de “esfacelamento democrático”, que se não é um fenômeno inteiramente novo, tem sido aventado com mais frequência nos tempos atuais⁴ (OXFAM, 2017B; A; LEVITSKY E ZIBLATT, 2018).

É justamente porque se observa, ao longo da história, uma associação entre a emergência de contestações políticas autoritárias e o desarranjo da economia, que um estudo histórico sobre as diferentes maneiras de compreender e *intervir* na economia, visando o crescimento inclusive

³ Esse é um processo que ocorrer quando a *política de intolerância*, de segregação, dos “muros”, normalmente associadas aos extremos ideológicos triunfa nos pleitos eleitorais e com a *chancela formal* das urnas, ameaça o espírito democrático. Não há nessa afirmação uma tentativa de caracterizar a democracia como um movimento naturalmente cosmopolita, um regime que dissolva o nacional no internacional, ou que ignore as profundas divergências existentes entre diferentes grupos dentro de um mesmo espaço nacional, contudo a democracia também está longe de ser, como pretendem os regimes antiliberais democraticamente eleitos, um sistema homogêneo. A democracia, parece ser, sem prejuízo de outras definições, uma maneira pela qual se produzem “consensos” mais ou menos estáveis que permitem a convivência em sociedade, sem que as facções divergentes queiram exterminar umas às outras constantemente.

⁴ É preciso reconhecer que as formas pelas quais as sociedades enfrentam seus problemas sociais não são aspectos da natureza, tampouco as soluções coletivas para os problemas coletivos são inatas aos homens (HODGSON, 2001). Portanto, os argumentos políticos que dizem que existe apenas uma forma, seja ela qual for, para que as coletividades enfrentem os desafios coletivos tiram o espaço da complexidade e pluralidade de ideias e reduzem o debate político a um determinismo naturalista ou a uma teleologia social. Com relação ao estado das sociedades contemporâneas é essa a função deste trabalho, demonstrar que não há, nem nunca houve uma forma natural e pré-definida de resolver os conflitos sociais.

e sustentável, se faz necessário. Ademais, segundo Hodgson (2001) as sociedades e seus problemas são historicamente construídos, sendo que as respostas aos problemas da atualidade podem passar por um estudo do passado. Investigar os caminhos históricos que as sociedades contemporâneas percorreram para que chegassem ao estado em que agora se encontram, caracterizado pelos problemas sociais expostos acima, é essencial para se compreender o presente (HOBSBAWM, 1995). Dessa maneira, buscar semelhanças entre os problemas atuais e aqueles do passado pode permitir que as sociedades contemporâneas avaliem os caminhos que têm diante de si sob uma nova luz.

Sem esgotar o tema e ainda a título de justificativa, pode-se elencar três dessas semelhanças. Primeiro, o “recrudescimento” democrático ao qual se tem assistido, no mínimo, ao longo das últimas duas décadas; a radicalização dos movimentos políticos não tradicionais – a esquerda grega e espanhola, a direita húngara e francesa – exemplificam as instabilidades contemporâneas que, assim como no passado, emergiram após desarranjos econômicos e tentaram preencher o vácuo deixado pelas expressões políticas mais tradicionais, o trabalhismo de esquerda e a direita conservadora. Na atualidade é possível localizar em eventos, como a crise de 2008, diversas alterações políticas e sociais que, ancoradas no desarranjo econômico propiciado pela crise, levaram a profundas transformações políticas, em especial nos países europeus do mediterrâneo, contudo, essas alterações políticas não estão associadas apenas aos eventos ou crises “visíveis”, também as transformações lentas e graduais - como o advento do neoliberalismo, por exemplo - desenvolveram as situações políticas que desaguarão em convulsões sociais explosivas, vide o caso das revoltas chilenas de 2019.

Se, em 2015, a edição comemorativa de 25 anos do *Journal of Democracy* apresentava artigos cujos argumentos levavam a uma indecisão a respeito do estado da democracia até aquele período, quatro anos depois, com a vitória de Donald Trump nos Estados Unidos (2016), Rodrigo Duterte nas Filipinas (2016), Jair Bolsonaro no Brasil (2018) a balança parece tender cada vez mais contra a democracia. Assim, a esse “recrudescimento” soma-se o ressurgimento da extrema direita exacerbada em sua capacidade institucional. Novamente Orbán na Hungria, Duterte nas Filipinas, o *Front National* na França, Trump nos Estados Unidos, a *Lega Norde*⁵ na Itália são todos representantes da nova lógica política que tem se imposto no atual cenário que, se não promovem rupturas institucionais, certamente testam e abalam as instituições

⁵ Conhecido até 2018 como *Front National*, Frente Nacional, desde julho deste ano o partido político de extrema-direita chama-se *Rassemblement National*, Reunião Nacional. *Lega Norde*, Liga Norte partido político italiano de extrema-direita que, junto ao Movimento 5 estrelas, compôs uma coligação política que governou a Itália entre 2018 e 2019.

democráticas (LEVITSKY, ZIBLATT, 2018).

Segundo, a ocorrência de crises econômicas mais ou menos frequentes, inclusive no centro do mundo capitalista, que evoluíram em termos de escala e efeito destruidor após o período de estabilidade que vigorou entre 1945 e 1975. Nesse sentido, Belluzzo (2009) argumenta que a crise de 2008 notabilizou-se por ser uma das mais profundas no rol das crises pós-1975, superada apenas, assim indicam as projeções iniciais, pela crise econômica causada pela pandemia mundial de Covid-19, em curso no momento em que esse trabalho é escrito. Um terceiro fator de similaridade reside nas substanciais desigualdades sociais. Diversos estudos têm demonstrado a redução da pobreza extrema, em meio ao aumento da concentração de renda nos estratos mais elevados das pirâmides socioeconômicas nas últimas quatro décadas (PIKETTY, 2004; WOLFF, 2007; ATKINSON, 2011). Hoje, como no início do século XX, esses três elementos continuam interligados e se influenciando mutuamente de maneiras não facilmente apreensíveis.

Assim, se se comprovar a tese de que o novo liberal foi uma resposta adequada aos problemas sociais do início do século XX, tanto no seu aprofundamento dos princípios liberais quanto na sua nova teoria econômica, então o trabalho se justifica não apenas do ponto de vista histórico, mas também como indício de parte de uma possível solução aos problemas sociais das últimas quatro décadas.

Essas duas justificativas, histórica e propositiva, se conectam na hipótese que dá sustentação a essa investigação. Ela se encerra na afirmação de que houve duas grandes formas de liberalismo econômico, em alguns aspectos radicalmente distintas entre si. A primeira remontaria à meados do século XVIII e encontra na evolução da teoria econômica clássica a sua principal roupagem. A essência das suas recomendações políticas repousa na máxima da não intervenção do Estado na economia, na incessante defesa da livre concorrência, na primazia quase absoluta da propriedade privada, no compromisso com a individualidade decisória calcada no ideário de que os indivíduos são irrevogavelmente auto-interessados a ponto de serem egoístas (BROCKWAY, 1995).

O segundo liberalismo, conhecido no tempo da sua emergência como novo liberalismo⁶, tem suas origens na segunda metade do século XIX e surge pressionado pelos fatos estilizados da pobreza e desigualdade na economia mais rica à época. Apesar de não renunciar aos preceitos básicos do liberalismo político - liberdade de expressão, liberdade religiosa, dentre outros - admite uma participação mais substancial e efetiva do Estado na economia. Aponta para o fato

⁶ Liberalismo avançado, ou liberalismo reformado também são algumas das expressões utilizadas para designá-lo.

de que a liberdade formal não equivale à liberdade substantiva e que a liberdade dos indivíduos oscila conforme oscila sua riqueza material.

Tais liberalismos, devido às suas idiossincrasias, implicavam relações entre Estados, sociedade e indivíduo também distintas. Ou seja, o tipo histórico de liberalismo econômico conformou e foi conformado por relações políticas diferentes entre si.

O alcance do objetivo geral do trabalho repousa no reconhecimento da existência de uma *transformação*⁷ *histórica* na forma como as sociedades ocidentais se organizaram durante o século XX. Essa transformação, que se inicia ainda no século XVIII, pode ser encontrada nas novas relações por meio das quais se processava a interação entre indivíduo e sociedade. Primeiro, a partir de meados do século XVIII fica claro que a sociedade capitalista industrial não pode tratar os trabalhadores como mera matéria-prima. Esses indivíduos possuem agência e se organizam em prol dos seus direitos. Segundo, a intensificação das animosidades imperialistas apontavam para um novo século no qual os desenvolvimentos econômicos internacionais assumiriam papel preponderante “no desenrolar” da história. O início do século XX, com suas guerras e crises, não apenas confirma essas duas tendências, como as exacerba ao limite. É nessa chave que se processa a transição do liberalismo clássico para o novo liberalismo.

O que se pode afirmar com relação à essa *transição liberal* é que a herança intelectual política e econômica do século XIX, o *liberalismo econômico clássico*, representante do progresso e do domínio ingleses, não sobreviveu aos três eventos de ruptura do século XX: a Grande Guerra (Primeira Guerra Mundial - 1ª GM), a Crise de 1929/Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial (2ª GM).

Segundo essa linha de pensamento, o trabalho se divide em 3 capítulos. O primeiro capítulo aborda a teoria econômica clássica e suas principais teses. Reconhecendo que os “economistas clássicos” recorreram sistematicamente a algumas características essenciais do

⁷ Nessas transformações podem ser encontradas rupturas e continuidades. A transformação oriental em 1917 foi mais radical, implicou a passagem de um regime a outro completamente distinto, política e economicamente. O socialismo soviético logrou transformar as principais características russas em história. Em grande medida obteve êxito. Por outro lado, a vasta extensão territorial das repúblicas soviéticas, e o caráter pouco democrático da adesão ao projeto socialista, especialmente após a 2ª GM, e em alguns momentos claramente autoritário, fez existir no Oriente, assim como no Ocidente, um dos principais traços do imperialismo do século XIX, o domínio do destino político de povos por forças estrangeiras. No Ocidente, o que se torna história uma vez terminada a 2ª GM é o domínio europeu sobre a política e economia internacionais, em nenhum outro ponto da história do século XX, os países europeus gozaram da primazia internacional do século anterior. Entretanto, do lado das continuidades pode-se salientar que o sistema produtivo permaneceu marcadamente de caráter privado e a democracia representativa nunca deixou de ser o sistema político padrão. De qualquer maneira, os custos dessas transições foram imensuráveis, muito além daquilo que até o mais ardente defensor da revolução proletária, ou o mais irreductível banqueiro conservador americano poderiam imaginar.

Iluminismo, o trabalho analisa o caráter *universalista* reivindicado por essa doutrina econômica. Ademais, usando como hipótese o argumento liberal de que a obediência aos ditames do *laissez-faire* era a principal explicação para o domínio inglês no século XIX, empreende-se uma revisão das suas principais concepções teóricas e das relações que podem ser estabelecidas entre essas concepções, visto que a economia clássica é o substrato intelectual do *laissez-faire*.

O segundo capítulo investiga *as principais transformações sociais* que permitiram à Inglaterra se tornar o país dominante durante o século XIX - política e economicamente. Segundo Arrighi (1996), até o século XVII, a Inglaterra não aspirava ao posto de economia dominante, assim, é necessário tentar discernir quais foram as transformações que lhe permitiu, já a partir da segunda metade do século XVIII, se apresentar, no cenário internacional, como a principal potência econômica e política (POLANYI, 2001 [1944]). Na relação história-teoria, a questão primordial é tentar avaliar o argumento da teoria econômica clássica que postula a não intervenção do Estado como aspecto indispensável para o desenvolvimento econômico de um país.

O terceiro capítulo se dedica à avaliação do novo liberalismo. Esse capítulo divide-se em duas partes, a primeira aborda aspectos relacionados às mudanças intelectuais que sobrevieram ao movimento liberal na segunda metade do século XIX e que caracterizam um novo olhar sobre as antigas teses liberais. A segunda parte, ainda no âmbito teórico, apresenta a principal teoria econômica desenvolvida na primeira metade do século XX dentro do quadro das aspirações liberais. Essa teoria de Keynes é abordada buscando enfatizar os principais aspectos que a diferenciava da teoria econômica clássica e neoclássica.

1. ENTRE ECONOMIA E POLÍTICA: TEORIAS E DISCURSOS DO LIBERALISMO ECONÔMICO CLÁSSICO

Um estudo da história da opinião humana é um prelúdio necessário à emancipação da mente.
John Maynard Keynes

Em 1926, o economista britânico John Maynard Keynes postulou que o *liberalismo econômico* do tipo “*laissez-faire, laissez-passer*”, uma instituição que se tornou britânica em caráter, não obstante seu nome francês⁸, estava com os dias contados, sobretudo pela experiência da 1ª Guerra Mundial e seus efeitos econômicos. Essa constatação, realizada antes da Crise de 1929 e da Grande Depressão foi, na verdade, validada por esses dois acontecimentos, que, efetivamente, puseram fim a esse paradigma.

Em análise retrospectiva, é possível argumentar que o mundo, de fato, caminhava para esse desfecho da economia liberal clássica, assentada sobre as forças militar e financeira do Império Britânico no século XIX, mas que as perdeu em função de um acúmulo de fatores. Primeiro, o bem-sucedido caso de desenvolvimento capitalista americano e alemão, que, aparentemente, fizeram um uso menor de estratégias imperialistas. Segundo, o colapso ocasionado pela sucessão de guerras e crises econômicas, especificamente, entre 1914 e 1945. Essa é a visão do analista da história, contudo o fato primordial é que, em 1926, o *liberalismo econômico clássico*, ainda que questionado pelas experiências históricas da industrialização americana (com seus *trusts*) e germânica (com seus cartéis), reinava sem sérios concorrentes. Isso se dava porque seus principais críticos - Karl Marx, Thorstein Veblen, Thomas Robert Malthus - haviam sido relegados à marginalidade da ciência econômica por aqueles que se alinhavam ao discurso “respeitado” da profissão, ou seja, pelos economistas que se filiavam à doutrina da livre concorrência.

Essa supremacia intelectual aceita, por alguns, como *necessidade* para o bom fazer teórico e imposta, por outros, como condição de participação no discurso econômico tem se perpetuado há quase três séculos. Não obstante as transformações produtivas e sociais às quais

⁸ Essa doutrina teve origem na primeira escola econômica, a fisiocracia. Esse foi um movimento influente na França pré-revolucionária que advogava uma forte separação entre Estado e economia. Apoiando-se em uma analogia da anatomia humana, advogava que o comércio, assim como o sangue no corpo humano, não deve encontrar obstáculos ao seu desenvolvimento. Outra famosa conclusão dessa escola de pensamento é que todo o valor criado na economia advinha da terra e que a indústria era uma atividade estéril, seus principais expoentes foram Anne Robert Jacques Turgot e François Quesnay, autor do famoso *Tableau Economique* publicado em 1758. Essa escola influenciou fortemente o pensamento de Adam Smith (HUNT, 1989; SCREPANTI E ZAMAGNI, 2005; SCHUMPETER, 2006 [1954]).

as sociedades ao redor do globo foram e continuam sendo submetidas, suas ideias se recolocam com novas elaborações ou expressões, mas sempre mantendo o compromisso do passado, a defesa do livre mercado como condição *sine qua non* de respeitabilidade científica nesse ramo da ciência.

Para abordar o pensamento econômico dominante nas sociedades industriais da virada do século XIX para o século XX, assim os liberais argumentam, a primeira trata da *narrativa de supremacia* do liberalismo econômico (e os interesses que o sustentam) e a segunda busca identificar o *local de nascimento* dos princípios fundamentais do liberalismo econômico.

1.1. “LIBERALISMO ECONÔMICO”: NARRATIVA DE SUPREMACIA E ORIGENS HISTÓRICAS

O liberalismo econômico clássico é uma corrente de pensamento - doutrina - que pode ser investigada por diversos ângulos⁹. As duas principais abordagens são: i) especificar o contexto histórico no qual emergiu e ii) analisar suas estruturas teóricas¹⁰. Antes de serem antagônicas, essas abordagens são complementares e bons trabalhos foram realizados nessa direção¹¹.

Dentro da primeira abordagem, e levando em consideração a cronologia do desenvolvimento dessa corrente do pensamento, é importante iniciar não pelo liberalismo econômico em si, mas pela doutrina a qual ele se opôs: o mercantilismo. A historiografia econômica tradicional concluiu que a primeira *escola de pensamento econômico* merecedora desse nome foi inaugurada por Adam Smith, em 1776, com a publicação da *Riqueza das Nações*¹² (SKINNER, 1972). O que esse ponto de partida implica para o mercantilismo é

⁹ Nesse trabalho o liberalismo econômico clássico segue uma definição próxima da utilizada por Keynes (2013 [1936]), a diferença primordial é a não inclusão do ramo marxista. Assim, o que os livros de história do pensamento econômico denominam Escola Clássica (Smith, Ricardo e Malthus) e Escola Neoclássica (Stuart Mill, Marshall, Pigou e outros) estão juntas sob o termo *liberalismo econômico clássico*. A classificação dessas duas escolas de pensamento sob o termo “liberalismo clássico” deriva da compreensão de que, não obstante os desdobramentos teóricos, elas concentram-se sobre as mesmas recomendações políticas e essas gravitam sempre ao redor da não intervenção do Estado na economia, haja vista que, para essas teorias econômicas, a economia se autorregula. Outro ponto relevante é a convergência entre os termos liberalismo econômico clássico e teoria ortodoxa. Esses “quase sinônimos” dependem do tempo histórico que se está estudando, para os objetivos desse trabalho é suficiente reconhecer que a teoria clássica/neoclássica foi, de fato, a teoria ortodoxa, ou seja, a mais aceita pelos principais economistas e aquela da qual se extraía as principais recomendações políticas.

¹⁰ A presente seção ocupa-se de uma análise dentro da primeira abordagem, na qual é importante além de ressaltar a época da sua emergência, investigar como o liberalismo econômico clássico se relaciona com o liberalismo político clássico. A segunda seção do capítulo aborda os principais aspectos teóricos da versão clássica do liberalismo econômico.

¹¹ Ver Screpanti e Zamagni (2005) e Roncaglia (2006). No que tange a análise das estruturas teóricas consultar Schumpeter (2006 [1954]).

¹² *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations* escrita pelo economista e filósofo moral escocês Adam Smith e publicada em 1776.

suficientemente claro, segundo os historiadores econômicos tradicionais, que o mercantilismo não constitui uma *escola de pensamento econômico*. Nesse sentido, (Screpanti e Zamagni, 2005) apontam para o fato de que “uma escola de pensamento que se definiu como ‘mercantilista’ nunca existiu - mesmo como uma corrente de opinião consciente de sua própria homogeneidade teórica”¹³. Os mesmos autores dizem, contudo, introduzindo a “*economia smithiana*”:

O mercantilismo, um sistema teórico relativamente homogêneo que dominou o pensamento europeu por 300 anos e quase criou uma comunidade científica internacional, foi subitamente atacado de diferentes posições e desapareceu de cena em um quarto de século (SCREPANTI, ZAMAGNI, 2005).

Ainda que os historiadores da atualidade não estendam ao mercantilismo a categoria de *escola de pensamento*, ou ainda que digam que a teoria mercantilista é “não existente”, o fato de Adam Smith ter escrito o que ficou conhecido como o principal trabalho da escola clássica *contra* as bases do mercantilismo é algo relevante para a historiografia do liberalismo econômico clássico. Quando Smith trata no capítulo 1 do livro 4 (O Princípio do Sistema Comercial ou Mercantil) sobre as diferentes recomendações dos mercantilistas no que diz respeito à proibição da exportação de metais preciosos e posteriormente ao cuidado com a balança comercial - aspectos abordados por Schumpeter (2006 [1954]) no capítulo 3 - ele diz que Smith (1977 [1776]) “de uma preocupação inútil, a atenção do Governo deslocou-se para uma preocupação muito mais complexa, muito mais embaraçosa e igualmente inútil.”

Dado que as recomendações econômicas a que ambas as doutrinas - liberalismo e mercantilismo - chegaram eram substancialmente distintas e incompatíveis e que a análise desenvolvida por Smith se situava em claro contraste com os preceitos mercantilistas, não se pode simplesmente ignorar o papel desempenhado pela “existência do mercantilismo” na emergência do liberalismo econômico, posto que este surgiu em contraposição àquele (MAZZUCHELLI, 2017).

O mercantilismo é tido como a doutrina que enfatiza a relevância do comércio internacional como fonte de riqueza da Nação, com especial atenção a uma posição positiva na balança comercial (SCREPANTI, ZAMAGNI, 2005; SCHUMPETER, 2006 [1954]). Keynes, (2013 [1936]) por refutar os pressupostos essenciais da teoria econômica ortodoxa, vai além

¹³ Roncaglia (2006) apresenta argumentos semelhantes. Schumpeter (2006 [1954]) diz que a teoria mercantilista é “não-existente”. Na busca pelo início da ciência econômica, mesmo um “começo” com os mercantilistas é uma escolha arbitrária. Isso porque muito se escreveu sobre economia antes de Smith e dos mercantilistas. Os três trabalhos sobre a história do pensamento econômico que acabaram de ser citados fazem um amplo levantamento de autores em diferentes épocas e países que se dispuseram a escrever sobre assuntos econômicos, nas palavras de Screpanti e Zamagni (2005) “intelectuais que levaram os assuntos econômicos entre outras coisas”.

dos historiadores econômicos e estabelece a relação fundamental entre o estoque de metas preciosos, política econômica essencialmente mercantilista, com o nível de taxa de juros que fosse compatível com a máxima utilização dos fatores de produção. Em outras palavras, Keynes atribui aos mercantilistas uma percepção de fundamental importância para uma economia capitalista, isto é, a relação entre atividade econômica e a taxa de juros¹⁴. Em decorrência do seu caráter prático, o pensamento mercantilista influenciou a abordagem dos países europeus - primordialmente a França, Espanha e Inglaterra - no que diz respeito à condução dos assuntos econômicos. Assim, o comércio internacional, questões monetárias, cambiais, os setores econômicos nos quais os países buscavam se especializar formam o principal campo ao qual essa doutrina foi aplicada. As políticas econômicas protecionistas cujos objetivos não eram apenas *proteger*, mas em muitos casos *criar* mercados específicos, fizeram parte da *caixa de ferramentas* dos países europeus durante praticamente todo o período que vai do século XVI até o século XIX.

Ao se ter mente que esse período ficou marcado pelos processos de emergência e consolidação dos Estados-Nação, que envolviam elevados custos de conquista e proteção de territórios, torna-se compreensível a existência e o apelo de uma corrente de pensamento como o mercantilismo que desempenhou

[...] um importante papel de apoio cultural à ascensão dos Estados-nação, contra o universalismo da Igreja Católica e o império medieval, por um lado, e o localismo da estrutura do poder feudal, por outro. Para os autores da época, o objetivo não era tanto o bem-estar individual, mas o poder político-militar do estado (RONCAGLIA, 2006).

No entanto, sua relevância vai além da sua praticidade no campo da “arte de governar”, o fato de essa doutrina reconhecer a importância do acúmulo de *riqueza monetária* a coloca no cerne da discussão sobre a essência do capitalismo. Explicitar que não apenas o *acesso ao mercado*, mas a *própria existência do mercado capitalista se dá via dinheiro* confere uma relevância ao mercantilismo que outras correntes de pensamento econômico não alcançaram. Tais considerações eram ainda mais relevantes para o Estado, posto que essa conclusão também se aplicava ao mercado da guerra em “uma época na qual as guerras eram vencidas com ouro” (SCREPANTI, ZAMAGNI, 2005). É contra esse “estado de coisas” e pensamento que o liberalismo econômico clássico surgiu.

Com esses breves comentários é possível resumir os aspectos mais relevantes do mercantilismo contra os quais o liberalismo econômico clássico foi construído. Parece um

¹⁴ É certo que a preocupação primordial dos mercantilistas era com a proposição de recomendações de política econômica válidas, mas não se pode negar que essas emergem de *observações científicas*, assim como Smith chegou à conclusão de que o preço de qualquer bem se desdobra em salários, lucros e aluguéis.

equivoco a noção de que o mercantilismo era apenas o reflexo prático da corrente de pensamento que recomendava o acúmulo de riqueza metálica como *fin em si mesmo*. Do ponto de vista econômico, os metais preciosos eram riqueza em si, e disso nem Smith discordava, mas eram também o *meio* para o acréscimo de riqueza futura através da redução das taxas de juros e da possibilidade de importação das matérias-primas necessárias para a continuação do processo produtivo, ou seja, a abundância dos metais preciosos poderia apontar para uma economia dinâmica que funcionasse em níveis mais elevados de emprego e produto. Do ponto de vista político, o mercantilismo também representava as condições financeiras necessárias para a transição do Estado feudal para o Estado absolutista (BELLUZZO, 1980; MAZZUCHELLI, 2017).

Esses comentários introdutórios servem para salientar que o liberalismo econômico clássico não foi a primeira tentativa sistemática de compreender a economia capitalista. O fato de os historiadores econômicos não terem classificado o mercantilismo como uma escola de pensamento parece dizer mais sobre os historiadores do que sobre o mercantilismo. De qualquer maneira, é suficiente para os nossos propósitos que o próprio Adam Smith tenha enxergado no mercantilismo uma maneira de pensar a economia suficientemente legítima e influente, ainda que, segundo ele, fundamentalmente errada, contra a qual valeria construir uma forma distinta de explicar e compreender a economia capitalista que amadurecia e se tornava mais complexa.

Há outros benefícios em reconhecer a existência dessa outra maneira de pensar a economia capitalista antes do liberalismo clássico. Ela aponta e implica a existência de uma *estrutura econômica complexa* antes da Revolução Industrial, que era digna de ser *observada e explicada*. O capitalismo que seria transformado na Inglaterra do período da Revolução Industrial - na transição do século XVIII para o século XIX - era um sistema de certa complexidade produtiva e organizacional espalhado por toda a Europa, com inúmeras ligações econômicas de longa distância, tanto a leste com o Levante quanto a oeste com o Novo Continente. Resumidamente, o “sistema mercantil” que emergiu da proeminência das cidades italianas nos séculos XI-XIII e das suas disputas e cooperação com os muçulmanos, deu origem às rotas e práticas comerciais que uniram não apenas os distintos pontos do continente europeu, mas também estes aos distantes territórios da Ásia e posteriormente aos territórios ameríndios. É nesse contexto que desponta o mercado como sistema social, processo que se consolidaria ao longo dos séculos subsequentes (PIRENNE, 1968 [1933]; ARRIGHI, 1996; HEILBRONER, 1996).

Para os objetivos desse trabalho é necessário, portanto, reconhecer a distinção entre dois momentos econômicos da Era Moderna. O primeiro é a emergência dessa “sociedade de

mercado”, que como foi exposto, levou séculos para se consolidar. O segundo momento é aquilo que se convencionou chamar de Revolução Industrial (BRAUDEL, 1977). Entre a primeira e a segunda fase da história do capitalismo passaram-se não simplesmente séculos, mas séculos nos quais países, regiões lutaram pela hegemonia no processo de transformação social, séculos que ficaram marcados pela “descoberta” de novos continentes, por inovações tecnológicas e organizacionais relevantes na agricultura, no comércio e nas finanças, marcados por conquistas, guerras e tratados¹⁵.

Pela discussão acerca do mercantilismo fica claro que ele esteve associado à primeira fase do capitalismo, geralmente denominada *capitalismo comercial ou mercantil*, a fase na qual a *força e relevância dos mercados* era indissociável da *força e relevância* das estruturas políticas dentro das quais se localizavam ou às quais se associavam no seu esforço de suplantação das antigas formas de reprodução material da vida (MAZZUCHELLI, 2017). Não é tanto com a primeira fase do capitalismo que o trabalho se preocupa presentemente, senão em posição de contraste com o período da Revolução Industrial. Posto isso, e não negligenciando o papel dos outros países - Holanda, Espanha e França - no cenário econômico internacional, é que o trabalho concentra-se no liberalismo econômico clássico e nos autores britânicos, pois, primeiro coube a esse povo a tarefa de revolucionar a sociedade de mercado existente e, posteriormente, no século XIX, “fornecer uma explicação” para esses fenômenos, que para os historiadores do pensamento econômico ficou conhecida como a primeira escola de pensamento dessa disciplina¹⁶.

Tendo esses comentários como ponto de partida, pode-se avançar no estudo do liberalismo econômico clássico, objetivo deste capítulo. O primeiro ponto é reconhecer que o período de transição do mercantilismo para o liberalismo clássico se dá em meio à Revolução Industrial. É comum situar essa revolução na segunda metade do século XVIII, ainda que suas bases tenham sido lançadas décadas antes (BAIROCH, 1992 [1971]). Dada a relevância dos acontecimentos que tiveram lugar na Inglaterra entre os séculos XVIII e XIX, é importante caracterizar a Revolução Industrial e isso pode ser feito de diversas maneiras. A primeira delas, e uma das mais enfatizadas, trata da incessante inovação tecnológica, fato simbólico do capitalismo desde antes da Revolução Industrial, mas que ficou associado a esta, e que do ponto

¹⁵ Assim, a Revolução Industrial é compreendida como uma revolução de uma *sociedade de mercado já existente*.

¹⁶ As regiões dos Países Baixos, hoje Bélgica e Holanda, e também algumas cidades francesas despenharam um papel importante no circuito industrial dos séculos XVIII e XIX, contudo não se atribui a elas o papel de berço do capitalismo industrial, tampouco foram os seus intelectuais aqueles responsáveis por fornecer a respeitabilidade de que necessitava a nova atitude que acabou por ser resumida no lema *laissez-faire, laissez-passer* (deixar fazer, deixar passar) (ARRIGHI, 1996; HEILBRONER, 1996).

de vista técnico-material pode ser visto como um movimento contínuo até os nossos dias. Uma discussão acerca da emergência do capitalismo industrial que enfatizasse apenas as suas tecnologias fundamentais permaneceria, contudo, incompleta. Efetivamente, a transformação da economia capitalista em uma economia capitalista industrial e a “emergência da sua sociedade” não podem, sob pena de permanecerem mistificadas, serem *reduzidas* apenas às questões materiais e tecnológicas.

Assim, a segunda característica fundamental para a compreensão da Revolução Industrial, e do capitalismo já existente e que dela se alimentou, foi a *institucionalização de uma estrutura intelectual peculiar*, capaz de acolhê-la e justificá-la, sem, contudo, recorrer às velhas formas de controle e justificação das transformações sociais, *i.e.* a tradição e a mística (HEILBRONER, 1996). A essa *estrutura intelectual* denominou-se *liberalismo econômico clássico*¹⁷.

As relações estabelecidas entre as ciências e os modos coletivos de criação de riqueza, que se complementam e antagonizam, podem ser encontradas, desde muito cedo, nos mais diversos ramos da atividade humana. Logo, não surpreende que na era do Iluminismo, “da razão e do esclarecimento”, a explicação e a justificativa do capitalismo, baseadas nas suas supostas vantagens sociais, tenham sido prontamente fornecidas. Assim, John Locke, David Hume, Adam Smith, Robert Malthus e outros foram apontados como os marcos para a *explicação, a fundamentação teórica e justificativa (defesa) social* de que necessitava o capitalismo enquanto prática social, face às formas concorrentes de produção econômica (BLYTH, 2013). A emergência dessa *estrutura intelectual* capaz de justificar as transformações econômicas e a nova atitude das classes capitalistas na virada do século XVIII para o século XIX guardam alguma semelhança com o que se passou nos *processos* de explicação do mundo natural com Galileu, Descartes, Newton e outros. No caso de o liberalismo econômico clássico explicar a economia e outros fenômenos sociais não implicava desvelar o desconhecido, ainda que essa linguagem tenha sido amplamente utilizada, mas se tratava antes de *forjar e defender* uma posição contra ou a favor de certos grupos e interesses, o que também não significa que as explicações científicas fossem função apenas de interesses econômicos (BOURDIEU, 2000).

¹⁷ Cientes da “arbitrariedade” e da possibilidade de existência de um certo anacronismo quando se fala em liberalismo nos séculos XVII e XVIII, por exemplo, esse trabalho defende que o *liberalismo econômico clássico* pode ser tido como um conjunto de *discursos, práticas e ideias* que se consolidaram entre os séculos XVIII e XIX, cuja longa linhagem intelectual pode-se dizer que remonta aos filósofos ingleses e escoceses, tais como: Smith, Hume dentre outros. Especificamente, esse conjunto englobava concepções específicas sobre uma série de tópicos, os mais relevantes são: i) a natureza do homem, ii) as relações que os homens estabelecem entre si e com as *instituições* do seu tempo, iii) seus *direitos* e iv) o modo de *organização social da produção* vigente na sua sociedade. Diversos desses conceitos serão retomados examinados ao longo das próximas seções e capítulos.

É nesse embate de ideias e concepções, mas também de interesses que a relação entre mercantilismo e liberalismo econômico clássico precisa ser compreendida e a própria Riqueza das Nações carrega uma “centelha” das novas *percepções* e relações entre o público e o privado devido às implicações presentes nos livros quatro e cinco, que tratam, respectivamente, dos sistemas de economia política e das receitas do Estado.

O que se pode concluir dessas observações é que a tarefa de aprofundar o conhecimento sobre as transformações sociais pertencentes ao período em que o liberalismo clássico era dominante, século XIX, requer mais do que um estudo a respeito da base material da *sociedade capitalista*, porque não obstante a inegável importância da base material, ela não *se* justifica, mas depende de uma estrutura intelectual específica para tal. Ela demanda também uma investigação sobre as maneiras pelas quais o liberalismo clássico concebia, compreendia e *justificava* a organização social da qual se tornou representante, ou seja, um estudo sobre as *ideias* (GALBRAITH, 1989; HEILBRONER, 1996).

Levando adiante o argumento, é preciso tecer um comentário sobre a natureza das teses liberais. A noção de que a *explicação científica* é um produto do tempo histórico específico torna-se sobremaneira relevante quando o assunto em questão é *liberalismo econômico clássico*; não porque as doutrinas liberais produziram análises robustas sobre esse processo epistemológico, mas antes porque elas dizem pouco a respeito¹⁸. Assim, está fora do *discurso liberal* considerações sobre a *contingência histórica* dos seus axiomas, premissas e conclusões, não obstante a preocupação que Smith demonstrou com a análise histórica (SKINNER, 1972). Aparentemente os pensadores liberais clássicos simplesmente não estavam conscientes de que as explicações que propunham para os fenômenos do seu tempo estavam *condicionadas* por um certo período histórico, no qual vigoravam sociedades com características peculiares com trajetórias específicas de evolução social, compostas por indivíduos e instituições que, não obstante algumas similaridades básicas, diferiam de forma substancial no espaço e no tempo.

Essa análise sobre a natureza das teses liberais é evidenciada tão logo o conteúdo dos seus discursos é levado em consideração. Se de um lado os materialistas, em especial os de vieses marxistas, postulam que as ideias são dependentes de *tempos históricos específicos*, do outro lado as teorias liberais - tanto as econômicas, quanto as políticas - estão repletas de premissas e argumentos *universais*, cujo desdobramento lógico é a validade também universal das suas conclusões e, mais importante, das suas recomendações políticas. Assim, os liberais

¹⁸ Se se toma como base Hodgson (2001) então os problemas metodológicos sobre o papel da especificidade histórica só aparecem na literatura econômica no século XIX. Parte dos argumentos presentes nos próximos parágrafos baseiam-se nesse trabalho.

fariam crer que o que valia para Inglaterra da Revolução Industrial, valia igualmente para a Índia. A maneira pela qual as teorias econômicas ortodoxas obtêm a generalização das suas recomendações se dá mediante a *abstração* de características e comportamentos encontrados em alguns indivíduos e instituições e a *universalização* para todos os indivíduos e instituições relevantes. Assim quando Smith (1977 [1776]) atribui ao ser humano uma “certa propensão [...] de permutar, negociar e trocar uma coisa pela outra”, ou quando afirma que “o desejo de poupar é desejo de melhorar nossa condição, um desejo que, embora geralmente calmo e desapassionado, vem conosco do útero e nunca nos deixa antes de irmos para o túmulo” o que ele efetivamente está fazendo é selecionar características importantes de *alguns* indivíduos da sua sociedade, provavelmente a minoria, e projetando-as em outros indivíduos, os quais podem não se comportar dessa maneira. O resultado necessário desse processo é que as conclusões que seriam válidas para um pequeno grupo de pessoas que, de fato, possui inclinações para o comércio ou um desejo de melhorar a própria condição, se tornam válidas para toda uma sociedade¹⁹.

Parte substancial dessa maneira de teorizar emerge daquilo que se reconhece como o padrão na atividade científica. As influências das ciências naturais sobre a maneira pela qual os economistas clássicos e, em especial, os neoclássicos concebiam os fenômenos sociais é um aspecto relevante para compreender as *escolhas* realizadas por esses economistas. Hodgson (2001) falando a respeito da teoria do equilíbrio geral, expõe um ponto presente em diversas teorias econômicas, incluindo, em alguma medida, a teoria clássica e neoclássica:

Abstração e simplificação são necessárias para qualquer teoria. Os teóricos gerais, no entanto, baseiam-se em características que são consideradas comuns ou universais, e não histórica ou culturalmente específicas. Seus exemplos norteadores a esse respeito são as unificações explicativas bem-sucedidas e as teorias gerais encontradas nas ciências naturais. Por exemplo, na economia, os teóricos do equilíbrio geral fizeram suposições ostensivamente gerais sobre agentes humanos, seus recursos e suas interações. Com eles, eles tentam deduzir alguns resultados gerais sobre o equilíbrio econômico (HODGSON, 2001).

Seguindo o caminho de Adam Smith, o que os economistas clássicos e neoclássicos buscam fazer durante o século XIX era construir uma *narrativa de supremacia* do liberalismo econômico. O objetivo dessa narrativa era deslocar as outras formas de explicação dos

¹⁹ A abstração é um elemento presente nas explicações oferecidas pelos economistas liberais clássicos, em especial quando tratam do comportamento das pessoas, contudo apenas a abstração não representa a totalidade do processo explicativo. Isso se dá porque a abstração implica a existência dessas características que então seriam isoladas das demais para que se pudesse compreender suas influências. O que realmente ocorre é a *projeção* de comportamentos e características a objetos que não necessariamente os possuem. Esse processo de *homogeneização* dos objetos de estudo, ou *universalização* das características de interesse encontradas em apenas alguns indivíduos, comum no processo de criação de teorias, tem implicações importantes para relevância das teorias.

fenômenos econômicos - o mercantilismo, que até o final do século XVIII era dominante - e também de intervenção econômica²⁰. Parte importante dessa *narrativa* deriva diretamente do caráter abstrato, e por esse motivo *universal*, que atribuíram à teoria econômica clássica.

O padrão comum do fazer científico é avaliar as teorias segundo a abrangência das suas conclusões, aquelas cujos domínios explicativos são maiores são consideradas “mais gerais” e, portanto, mais adequadas para descrever os fenômenos da realidade, essa forma de fazer científico também presente na ciência econômica, não obstante sua natureza intrinsecamente distinta daquela das ciências naturais (ARIDA, 2003; REGO, 2003). No entanto, os axiomas a partir dos quais as teorias econômicas, em especial, as suposições sobre humanos e suas “dotações” ou objetivos, dificilmente passam por um processo de escrutínio capaz de limitar seu escopo e conseqüentemente sua validade. Isso porque um aspecto relevante do liberalismo econômico clássico é a existência de noções sobre a *natureza humana*, em muitos casos moldada a partir das experiências mais imediatas do autor e transpostas para outros contextos históricos, nos quais validam as premissas do pensador. É baseando em um esquema semelhante a esse descrito que, aparentemente, o início do Livro V da Riqueza das Nações, que trata da emergência do governo civil e da subordinação entre os homens, foi construído, ou que Jeremy Bentham pode construir sua argumentação sobre o utilitarismo.

Marx (2008), quando *estabeleceu* as relações entre superestrutura e estrutura, capturou um elemento essencial no estudo das ideias, a noção de que as ideias que legitimam, condenam, informam e conduzem as ações humanas *variam* de acordo com o tempo histórico, ideias essas que são “moduladas” pelas forças produtivas vigentes em cada período histórico. Assim, não obstante o reconhecimento concedido por Skinner (1975) da “quase dependência marxista” em relação ao papel das forças econômicas na análise histórica do Livro III da Riqueza das Nações, a verdade é que muito da análise liberal advém do processo de transformar características que são historicamente localizadas em aspectos de natureza universal, no sentido em que essas características e comportamentos poderiam ser encontrados independentemente do período ou lugar em questão.

Em resumo, a *narrativa de supremacia* das teses liberais é resultado da confluência de três fatores. Primeiro, a alteração das alianças políticas e econômicas que simbolizou um realinhamento de interesses entre o Estado e os agentes privados, que durante alguns séculos

²⁰ Resumidamente, uma das últimas grandes “batalhas” do século XIX entre recomendações políticas antagônicas se deu em torno das Leis do Milho (*Corn Laws*) que opunham dois lados, um que buscava a proteção estatal dos mercados nacionais de grãos e outro que advogava a extinção dessa proteção e a conseqüente redução do papel do Estado na economia.

passaram por um processo confluyente de consolidação. Essa alteração de alianças e realinhamento de interesses aconteceram em um momento no qual os Estados-Nação já não eram mais os velhos estados feudais, e no qual algumas das sociedades europeias já haviam percorrido grande parte do caminho na sua transformação de uma sociedade baseada nos costumes, na tradição e religião para uma *sociedade de mercado*²¹.

Segundo, essa *narrativa de supremacia* também deriva do caráter universalista que foi atribuído às teorias liberais, a partir do qual elas, *aparentemente*, conseguiam explicar uma variedade maior de observações empíricas. Efetivamente o sucesso do liberalismo econômico clássico dependeu da aceitação da “economia como deveria ser” em detrimento da “economia como é” ou segundo Bourdieu (2000):

No entanto, sob o pretexto de dizer o que uma coisa realmente é, o que é na realidade, sempre se pode dizer o que deveria ser para ser realmente o que é, e assim desliza-se do descritivo para o normativo, do que ‘é’, para o ‘deve ser’ (BOURDIEU, 2000).

Em outras palavras, durante praticamente todo o século XIX e início do século XX, o que vigorou nas ciências econômicas foram aspectos normativos e não aspectos descritivos. A economia *abstrata* do longo prazo em detrimento da economia real do curto prazo²². De acordo com Hodgson (2001), “[O]s economistas clássicos e outros argumentavam a partir de suposições *universais*, como o indivíduo a-histórico e abstrato”.

O terceiro fator pode ser atribuído ao papel dos historiadores. As maneiras pelas quais cientistas - historiadores e pensadores - julgam os méritos e os deméritos do conhecimento científico econômico sofreram diversas influências positivistas oriundas da forma como as ciências “exatas” são avaliadas. Isso faz com que parte do sucesso que hoje se atribui ao liberalismo econômico durante o século XIX derive da maneira pela qual os historiadores do século XX *analisaram* o trabalho dos clássicos.

O efeito prático dessa narrativa foi fazer pender, a favor das teorias liberais durante o século XIX, os pratos da balança nos quais se desenrolou a disputa para *explicar os fenômenos econômicos associados e resultantes* da Revolução Industrial. Mas é preciso ressaltar que essa narrativa estava envolta em processo de disputa e que as transformações econômicas do século

²¹ Não pode haver confusão a respeito desses “dois tipos” de sociedade. A *sociedade de mercado* não é uma sociedade sem costumes, tradição ou religião. Todos esses elementos continuaram existindo na sociedade capitalista, mas já não eram os elementos primordiais que ditavam a evolução dessas sociedades. Seja como for a relação entre o capitalismo e os antigos costumes e tradições, o mínimo que se deve observar é que o capitalismo criou seus próprios costumes e tradições.

²² Schumpeter (2006 [1954]) analisando o trabalho de Keynes em relação à teoria neoclássica de Alfred Marshall diz que “Era necessário perceber que o que de fato surge e pode ser observado é o resultado de uma sucessão de eventos de curto prazo e respostas de curto prazo a eles e, em geral, terá pouca semelhança com o equilíbrio perfeito que surgiria se o tempo fosse concedido para que tudo funcione sem que ocorram outros distúrbios.”

XIX talvez sejam mais bem explicadas por outros conjuntos de teorias²³.

Tendo investigado brevemente o quadro no qual as teorias do liberalismo econômico emergiram, assim como sua natureza abstrata e universalista que sustentaram a *narrativa de supremacia* da explicação liberal dos fatos econômicos, é importante compreender quais são as bases dessa natureza. Isso deve ser feito recorrendo-se aos movimentos intelectuais que abrem a Era Moderna: o Renascimento e o Iluminismo.

Tem-se associado, não sem razões, a emergência da burguesia capitalista ao processo que fez emergir, também, os “períodos” conhecidos como Renascimento e Iluminismo²⁴. Resumidamente, no que diz respeito ao nexos entre o Renascimento e a economia, a “*burguesia*” emergiu em algumas cidades da península italiana - Gênova, Pádua, Florença dentre outras - e foi, em grande medida, responsável pela aventura do comércio de luxo de longa distância que desempenhava a função de intermediar as trocas entre os territórios do Levante e o restante do continente europeu; são também essas cidades que ficaram associadas ao que se denominou Renascimento Italiano, uma vez que cumpriram um importante papel no *resgate* dos trabalhos

²³ Talvez ainda mais importante do que as atividades *explicativas* são as *tentativas de conformação* das ações dos agentes econômicos relevantes, uma disputa pelos “corações e mentes” daqueles atores sociais com agência institucional capazes de atuar dentro dos processos de transformação, seja no sentido de reforçar o caminho em curso ou alterar sua direção. Essencialmente todos os indivíduos possuem poder de agência nesse sentido, uns mais do que outros, uns de forma direta e ininterrupta, outros indiretamente e em “intervalos”. Por exemplo, o Estado é um agente social com capacidade institucional e que exerce esse poder a todo instante em praticamente todos os seus atos, já as pessoas o fazem *enquanto* exercem seus papéis economicamente; o impacto desse exercício depende, obviamente, da relevância do papel desempenhado. O grande banqueiro internacional com capacidade de realizar empréstimos aos governos, como os Rostchids, possuem uma capacidade institucional muito diferente do pequeno artesão no interior da Inglaterra que trabalha no sistema de *put out*, no qual os meios de produção não são seus, tampouco o resultado do seu trabalho. O capitalista que decide em qual região implantar uma nova fábrica, que escolhe quais técnicas e ferramentas devem ser empregadas no processo produtivo também tem um poder institucional diferente do trabalhador que apenas operacionaliza esse processo produtivo. A ciência econômica ao propor explicações para determinados fenômenos visa não apenas esse caráter explicativo, mas também influenciar as decisões desses agentes sociais. Para uma abordagem substancialmente divergente dessa proposta ver Schumpeter (2006 [1954]).

²⁴ De acordo com Bunnin e Yu (2008, p.210, 602) em um sentido amplo o Renascimento “trata da história europeia do início do século XIV ao início do século XVII, envolvendo uma depreciação da Idade Média, mas o termo cronológico está intimamente relacionado ao desenvolvimento da cultura e da arte. Esse período também é chamado de era da aventura, representada por viagens de exploração e descoberta de novas terras. Testemunhou a Reforma religiosa, desencadeada por Martin Luther e John Calvin. Este período é admirado por causa do enorme progresso da ciência e da tecnologia, representado pela teoria heliocêntrica copernicana. Este período também foi notável por suas realizações no aprendizado clássico, nas artes e na literatura, que foram produtos de seu humanismo. O movimento humanista foi estimulado pela descoberta de grandes quantidades de literatura anteriormente desconhecida da Grécia e Roma antigas.” Iluminismo, por sua vez é “[u]m movimento intelectual amplo e poderoso na Europa dos séculos XVII e XVIII, particularmente na Grã-Bretanha, França e Alemanha, caracterizado por uma rejeição à superstição e mistério e um otimismo em relação ao poder da razão humana e do esforço científico. Por causa desses recursos, também é chamado de Idade da Razão. O movimento colocou a razão secular como o juiz supremo de todo tipo de dogma ou autoridade e tentou superar o controle da Igreja Católica sobre os assuntos humanos. Segundo os principais pensadores do Iluminismo, todos são iguais e têm o mesmo status em virtude de sua racionalidade. O movimento defendia investigar tudo aberta e livremente, de acordo com os métodos das ciências naturais. Tudo o que não podia sustentar uma investigação racional tinha que ser abandonado. O slogan desse movimento era ‘Tenha coragem de usar sua razão!’”.

políticos, filosóficos e artísticos da Antiguidade (PIRENNE, 1968 [1933]; ARRIGHI, 1996).

Já em relação ao Iluminismo, o que se percebe foi a difusão do ímpeto mercantil e consequentemente da burguesia, sua classe por excelência, para o restante da Europa. Assim, durante aproximadamente os sete séculos antes da Revolução Industrial inglesa, diferentes reinos e povos engajaram-se, simultânea e sucessivamente, na produção e distribuição de artigos manufaturados, conectando não apenas as partes mais relevantes do continente Europeu, mas também os outros continentes, engajamento esse que serviu como fio condutor para inúmeras guerras e disputas. As outras faces desse “movimento econômico” foram o “movimento político” de construção dos Estados absolutistas e os “movimentos intelectuais” que produziram as justificações para as novas relações sociais que emergiram na esteira da queda do feudalismo. Não coincidentemente, os países que foram economicamente relevantes também foram aqueles nos quais o movimento iluminista exerceu grande influência: França, Inglaterra, Países Baixos, Espanha (ARRIGHI, 1996).

Esses movimentos, porém, como acabou de ser mencionado, não eram expressões específicas de transformações econômicas e por terem representações em inúmeros áreas também podem ser abordados de distintos pontos de vista. (Fleischacker, 2013) em sua análise da resposta de Kant ao desafio de especificar “O que [era] o Iluminismo” demonstra a pluralidade de visões acerca desse conceito:

Zöllner e Möhsen foram respondidos por uma enxurrada de artigos, discutindo tudo, das faculdades mentais necessárias para a **iluminação** até a relação entre iluminismo e felicidade, religião e liberdade de imprensa. De longe o mais famoso [desses artigos] foi uma pequena peça escrita por Kant denominada “O que é Iluminismo?” (WE), que apareceu no *Berlinische Monatsschrift* um ano depois de Zöllner e Möhsen terem lançado o seu desafio. O ensaio de Kant é distintivo, entre as respostas para Zöllner e Möhsen, pela forte liberdade de imprensa que ele advoga, pelo seu individualismo, e pelo fato de que ele identifica iluminismo com um tipo de *ato*, ao invés de um tipo de teoria (FLEISCHACKER, 2013). [griffo adicionado, itálicos no original]

Hobsbawm (2015) expõe que o Iluminismo, que determinou as bases intelectuais para a Revolução Francesa, visava os modos racionais de justificação e condução das sociedades em detrimento da velha fundamentação religiosa do poder político. Já Belluzzo (1980) resume o papel de divisor de águas entre a ordem descoberta e a “ordem revelada” desempenhado pela *dúvida cartesiana* “[A] dúvida cartesiana libertara a razão e, desta forma, despertara o sujeito de sua submissão objetiva a uma ordem revelada”.

O alicerce dessa nova *atitude e disposição* para com as relações sociais era a crença na capacidade da razão humana, auxiliada pelas “ciências”, de *formular e compreender* as leis que determinavam o funcionamento da sociedade. Leis que ultimamente tinham o objetivo de *legitimar* determinadas formas de convívio social. Parte substancial dessas “descobertas” eram,

na verdade, esforços normativos de *conformação* das relações sociais. Para Waldron (1987):

Locke não escreveu os *Dois Tratados* para *ser* liberal, assim como Burke não escreveu *Reflexões sobre a Revolução na França* para *ser* conservador. Em vez disso, cada um foi desenvolvido como *uma* teoria de governo, *uma* teoria da sociedade ou *uma* teoria da economia política, e pretendia ser julgada como uma contribuição para um debate que não conhecia fronteiras ideológicas e no qual quase todas as pessoas pensantes da época estavam interessadas (WALDRON, 1987, p. 127). [itálicos no original]

Seguindo Bourdieu (2000), é necessário não esquecer que *uma* teoria de economia política não diz apenas como a economia funciona, mas também como os indivíduos nessa sociedade se comportam para que essa economia funcione como essa teoria diz que funciona.

Resumidamente, o que se afirma é que o aspecto elementar do movimento iluminista, o papel do binômio dúvida-razão humana, é um dos principais elementos que unem as diversas doutrinas emergentes entre os séculos XVII e XIX. Isso é válido para o “liberalismo político de Locke”, para o “socialismo” da Revolução Francesa e para o “liberalismo econômico da economia política”, não obstante as inúmeras diferenças entre essas doutrinas²⁵.

O que se argumenta é que as constatações sobre a natureza da *narrativa* do liberalismo econômico clássico não podem ser compreendidas sem se recorrer às características do Iluminismo enquanto um movimento intelectual mais amplo que dominou a mentalidade dos principais atores econômicos entre os séculos XVII e XVIII. Não apenas porque o pensamento científico associado ao liberalismo econômico clássico, com sua ênfase no indivíduo e sua busca por *leis naturais*, se colocou como um dos principais portadores das promessas do Iluminismo, romper com a “submissão objetiva a uma ordem revelada”, ou ao menos com o seu lado econômico, mas também porque multidão de pontos e opiniões abstratas sobre o Iluminismo, tal como atestada por Fleischaker, se condensaram em algumas teses bem definidas dentro do conjunto de premissas do liberalismo econômico, por exemplo o papel da racionalidade e a primazia do indivíduo (BELLUZZO, 1980; SCREPANTI, ZAMAGNI, 2005).

Pressionada pelas transformações materiais em curso e penetrada, até os ossos, pelo *racionalismo iluminista*, a Economia Política nasce com a responsabilidade de desvendar e enunciar a “lei natural” que regia a nova sociedade econômica. Essa preocupação com a “lei natural” pressupunha a identificação de um princípio unificador que reduzisse todos os fenômenos da vida econômica a um sistema inteligível e coerente (BELLUZZO, 1980, p. 18-19).

Assim, o *racionalismo*, peça fundamental do Iluminismo que encontrou uma expressão

²⁵ A “tentativa científica” de Adam Smith de traçar uma linha entre o Estado, espaço da administração coletiva, e o mercado, local de encontro das relações de trocas, o cálculo utilitarista de Bentham, a Lei Malthusiana da população são todos exemplos, que com maior ou menor conexão com o espírito racionalista do iluminismo se inserem nessa lógica. Tais ideias seriam inconcebíveis em contexto distinto no qual não estivessem presentes a influência do Iluminismo.

específica no liberalismo econômico clássico ao se associar ao individualismo e posteriormente ao utilitarismo hedonista, desempenhou um papel importante no embate entre as divergentes explicações para “a riqueza das nações”, isso porque a substituição de como a “realidade é” por como a “realidade deve ser” (o que funciona na física, mas dificilmente funciona na economia) permitiu aos liberais compatibilizarem harmoniosamente a busca individual dos interesses particulares, desembaraçada da intervenção do Estado, com um aumento da riqueza de uma nação.

O apelo à razão, contudo, não garante automaticamente ao liberalismo validade nas suas análises sobre a economia. Que o apelo à razão pode, no nível argumentativo, diferenciar o liberalismo econômico clássico das práticas religiosas parece ser algo razoável; a religião não apelava para a razão para justificar ou defender suas posições políticas, antes recorria à fé, à mística e à tradição. O que o liberalismo econômico busca apresentar é uma série de argumentos que, em tese, poderiam ser avaliados por qualquer um que dispusesse da faculdade da razão. A coerência interna das suas explicações, contudo, não necessariamente implicava uma ligação entre seus axiomas e a realidade, de maneira que algumas premissas que sustentavam as teorias econômicas liberais clássicas dificilmente poderiam ser sustentadas à luz da observação da realidade.

1.2. TEORIA ECONÔMICA CLÁSSICA

A teoria econômica clássica, enquanto um conjunto de conhecimento constituído pela contribuição de vários pensadores, possui alguns suportes epistemológicos - peças conceituais – que, trabalhando em conjunto, ajudaram a dominar o pensamento econômico de meados do século XVII até o início do século XX.²⁶ Como exposto na seção anterior, é comum creditar à publicação da Riqueza das Nações²⁷ (1776) o papel de marcar o início do domínio da teoria econômica clássica. A consequência dessa abordagem da história do pensamento econômico é fazer coincidir o nascimento desta ciência aos ideais e, mais importante, ao discurso liberal que dominou o pensamento europeu durante o século XVIII – ainda que isso significasse ignorar uma longa tradição do pensamento econômico (SCREPANTI, ZAMAGNI, 2005;

²⁶ As diversas correntes de pensamento críticas da economia clássica, especialmente aquelas vindas do socialismo e do marxismo, foram pouco eficazes em destronar a ortodoxia econômica ou, solenemente, ignoradas quando capazes de provocar algum dano real ao cerne teórico dominante.

²⁷ Livro que desempenhou um papel importante dentro da tradição da economia liberal clássica, normalmente associada à tradição britânica. Parte substancial do que se discute nessa seção em termos teóricos podem ser rastreados até as ideias contidas nesse livro e apesar de as teses centrais do liberalismo econômico terem sido desenvolvidas e aprofundadas por outros autores, elas permaneceram, em sua essência, smithianas até o século XX.

RONCAGLIA, 2006).

Assim, um estudo acerca da relevância da teoria clássica dentro da história do pensamento econômico e no âmbito da evolução das sociedades modernas passa pela investigação desses *suportes epistemológicos*, uma vez que são eles, além dos interesses práticos, que informaram as principais recomendações políticas, econômicas e sociais da economia liberal. É nesse sentido que se podem elencar alguns dos conceitos, talvez os mais importantes, segundo Galbraith (1989) e Hunt (1989), que serviram de base sobre as quais a teoria econômica clássica, ou liberal, foi construída:

- a. Racionalidade maximizadora: os indivíduos são agentes racionais, ou seja, são eles que sabem o que é melhor para si, e agem no intuito de maximizar o seu bem-estar (medido por lucro ou utilidade/satisfação);
- b. O capitalismo e a harmonia social: é a partir das ações individuais auto-interessadas que a sociedade atinge o bem-estar coletivo;
- c. A moeda é neutra: só as mercadorias importam e não há incertezas em relação ao futuro;
- d. *Lei de Say*: a oferta cria a sua própria demanda.²⁸

A primeira, a terceira e a quarta características, em conjunto com o aprofundamento da divisão do trabalho e o crescimento dos mercados, garantiriam o crescimento econômico e o progresso material; tomadas em conjunto elas formam a base econômica para o *mistério da riqueza das nações*. A primeira e a segunda dão o tom *majoritariamente harmonioso* que, com poucas exceções dentre as quais estão David Ricardo, Thomas Robert Malthus e Karl Marx, marcou os primeiros dois séculos da ciência econômica e da visão política na fronteira do desenvolvimento capitalista, a Inglaterra.

Assim, é da junção dessas características que se origina a importância da ciência econômica neste primeiro capítulo. Enquanto *visão de mundo*, o liberalismo econômico clássico se constituiu em uma das forças motrizes do alastramento capitalista pelo globo; a bordo dos navios do Império essa ideologia e seus axiomas foram capazes de ditar a mais longa recomendação de política econômica de que se tem registro, vigente com pouca alteração ainda nos dias atuais. *Ao Estado compete apenas o mínimo para a manutenção da sociedade baseada na propriedade privada, e o mercado, na sua dupla dimensão – local de reprodução material*

²⁸ Seria possível caracterizar a economia clássica com outros predicados, contudo eles podem ser mais bem explicados como produtos ou consequências dessas quatro características principais. Por exemplo, a crença no papel do sistema de preços enquanto o melhor sistema de alocação de recursos depende não apenas da mobilidade do capital, mas também da racionalidade individual maximizadora e da neutralidade da moeda, e talvez mais dessas duas últimas do que da primeira. Hunt (1989) identifica cinco características que definem a teoria neoclássica, derivação da teoria clássica: “individualismo atomista, utilitarismo egoísta, dependência dos mercados, financiamento da industrialização com os lucros e o racionalismo calculista”.

da sociedade e campo de criação e desenvolvimento dos indivíduos e suas coletividades –, é o melhor “condutor” da vida social (SWEDBERG, 2010).

Existiram, ao longo dos séculos, diversas outras versões desse modo de vida em sociedade, variando naquilo que julgavam ser o espaço *mínimo* de atuação Estado, contudo, o que todas elas guardam em comum é a ênfase nesse mínimo, seja ele qual for. A simplicidade dessa recomendação é talvez um de seus pontos mais interessantes, o papel que o liberalismo econômico clássico atribuía a uma das mais importantes invenções humanas, o Estado, era jamais ir além do necessário para manter a nova ordem social, na qual a primazia cabia à burguesia e posteriormente aos capitalistas. Em uma espécie de "O Príncipe" às avessas, a economia clássica tinha como objetivo *apartar o Estado das decisões individuais sobre a condução corriqueira dos seus assuntos econômicos.*

Assinalados esses pontos introdutórios, a presente seção analisa em mais detalhes esses quatro pontos cardinais do liberalismo econômico clássico e quais suas implicações.

RACIONALIDADE MAXIMIZADORA

A racionalidade, enquanto objeto de estudo filosófico-científico é tema vasto.²⁹ Spohn (2002) argumenta que “o teórico da racionalidade nos diz como a mente humana funciona e porque esse ou aquele resultado comportamental de uma pessoa acontece, após uma *entrada perceptiva*”. Os economistas partidários das explicações racionais fazem exatamente isso. A racionalidade à qual uma parte substancial deles faz apelo possui, entretanto, um significado muito específico. Resumidamente, quando os economistas falam em comportamento racional, eles, geralmente, querem dizer que os indivíduos que agem racionalmente, agem de acordo com os seus interesses próprios e que estes estão relacionados, de uma maneira ou de outra, com aspectos monetários ou de satisfação. Racionalidade, para os economistas, significa indivíduos cujas ações racionais, tomadas após cuidadosa deliberação, são *autocentradas*, ou seja, que agem, deliberadamente, para melhorar a sua própria situação ou, no máximo, a daqueles que estão próximos de si (BROCKWAY, 1995).

Por ser um tema vasto, existiram e ainda existem diversas abordagens e nuances dessa mesma perspectiva conceitual dentro da economia, ainda que elas compartilhem as mesmas

²⁹ As noções de racionalismo tornaram-se conceitos difundidos nas mais distintas ciências sociais, especialmente, durante o século XX. Indo das “extrapolações” da ciência econômica na teoria das expectativas racionais, essa “característica” humana foi ou ainda é postulada, direta ou indiretamente, em ramos da ciência política, sociologia e antropologia. Um bom exemplo da prevalência da lógica racionalista nas ciências sociais é a utilização da teoria dos jogos em quase todas as disciplinas do campo social; das relações internacionais aos jogos eleitorais, às questões econômicas e ambientais, essa parece uma ferramenta quase universal para os cientistas sociais estudarem as decisões dos seres humanos. Ver Simon (2000) e Spohn (2002).

suposições básicas.³⁰ O próprio Adam Smith, a quem se credita o papel de fundador da ciência econômica e principal expoente do liberalismo econômico clássico, que caracterizava o ser humano como um agente racional que buscava o que era melhor para si, não era monocrático nessa questão. Basta lembrar que ele também atribuiu à simpatia o papel explicativo sobre como a mente humana funciona (SMITH, 1996 [1776]).

Existem substanciais similitudes, contudo, entre diversas correntes de pensamento a ponto de permitir falar de uma abordagem específica que tem dominado a ciência econômica. Uma das melhores definições de racionalidade maximizadora pode ser encontrada na sarcástica crítica que Veblen (1998) endereçou à teoria econômica ortodoxa que dominava o final do século XIX.

A concepção hedonista do homem é a de uma calculadora relâmpago de prazeres e dores, que oscila como um glóbulo homogêneo de desejo de felicidade sob o impulso de estímulos que o desloca pela área, mas o deixam intacto [...] Ele é um dado humano isolado e definitivo, em equilíbrio estável, exceto face às pancadas das forças impingentes que o deslocam em uma direção ou outra. Auto balanceado em espaço elementar, ele gira simetricamente sobre o seu próprio eixo espiritual até que um paralelogramo de forças se impõe sobre ele, fazendo, então, com que ele tome a linha da resultante. Quando a força do impacto se esvai, ele volta à posição de equilíbrio, um completo glóbulo de desejo de felicidade como anteriormente (VEBLEN, 1998, p. 380-90).

Hunt (1989) segue uma linha semelhante:

O comportamento humano nunca era explicado como meramente habitual, caprichoso, acidental, supersticioso, religioso, altruísta ou, simplesmente emocional e não-racional. Todos os atos humanos passaram a ser vistos como consequência de decisões calculadas, racionais, nas quais o indivíduo agia de modo muito parecido com um contador, ponderando todos os lucros (prazeres) a serem obtidos com determinado ato, deduzindo todos os custos (dor) a serem causados por este ato e, depois, escolhendo racionalmente o ato que maximizasse o excesso de prazer sobre a dor (HUNT, 1989, p. 147).

A obtenção de um conceito tão distante das observações cotidianas não foi um processo simples, ou uniforme, tão pouco realizado por apenas um pensador. Em realidade, é somente a partir da confluência das contribuições de dois dos mais importantes pensadores britânicos, Adam Smith e Jeremy Bentham, que ciência econômica ortodoxa se viu dotada de uma das suas mais importantes noções.

De Smith a *racionalidade maximizadora* tomou a ideia de que o indivíduo, ainda que

³⁰ Dentre essas abordagens podem ser citadas as já muito conhecidas teorias das expectativas adaptativas e das expectativas racionais, há também a moderna teoria da maximização de utilidade que esteve fortemente em voga ao final do século XIX. A teoria marxista na sua ergodicidade também expõe um certo racionalismo, talvez estrutural. Keynes ao salientar a posição central da incerteza na economia capitalista tornou racional o comportamento que antes era visto como irracional. Deve-se apontar ainda as contribuições de Jean Baptiste Say, francês pouco conhecido fora da ciência econômica, mas que influenciou profundamente o desenvolvimento do pensamento econômico no século XX.

levasse em conta uma série de *sentimentos morais* distintos, era primordialmente guiado por considerações sobre os seus interesses próprios, e que, na verdade, ele era o melhor juiz desses interesses, que eram na maioria das vezes de natureza econômica. Naquela que é, provavelmente, a citação mais conhecida da Riqueza das Nações:

Dê-me aquilo que desejo, e terás isto que desejas, é o significado de toda oferta assim, e é destarte que obtemos uns dos outros a franca maioria dos bons ofícios que necessitamos. Não é da benevolência do açougueiro, cervejeiro, ou padeiro, que esperamos nosso jantar, mas de sua preocupação por seu próprio interesse. Dirigimo-nos, não à sua humanidade, mas ao seu amor-próprio, e nunca lhes falamos de nossas necessidades, mas das vantagens deles (SMITH, 1996 [1776], p. 23).

No contexto social europeu dos séculos XVII e XVIII, que pode ser sucintamente descrito como um tempo marcado pelo conflito entre as novas classes emergentes e o despotismo e a tradição feudal, ao dar aos indivíduos o controle sobre seus próprios desejos e escolhas, Smith acabou fornecendo um poderoso argumento em favor da “revolução burguesa-liberal” no embate contra o domínio da tradição religiosa e política, que caracterizou o Iluminismo renascentista. Até mesmo a percepção de que os indivíduos não eram apenas escravos de uma necessidade natural que os impelia sempre em direção à maximização dos prazeres, visão defendida por algumas correntes utilitaristas, contribuiu para uma ressignificação do indivíduo na sociedade. Ao postular que os indivíduos eram motivados por uma gama de sentimentos, por vezes contraditórios, Smith evitou apenas substituir o senhor em relação a quem os indivíduos eram servos, isto é, Smith não retirou os indivíduos da condição de servidão em relação ao monarca para transformá-los em servos do seu próprio prazer, porque isto não faria deles “melhores juízes de si e das suas necessidades”, mas sim escravos de um hedonismo fugaz (EVENSKY, 1995).³¹

Do ponto de vista da evolução do pensamento econômico, a contribuição smithiana mais sólida e bem definida se deu menos no campo da teoria econômica em si - uma vez que essa passou por alterações importantes posteriormente - e mais na exposição da filosofia política do seu tempo, uma filosofia distinta daquela que regia as relações entre a fonte do poder político e os indivíduos - essa provou ser mais perene do que as “descobertas” teóricas realizadas por Smith, uma vez que o mote da liberdade dos indivíduos, na esfera econômica, face ao Estado é um tema caro ainda hoje a diversas visões de mundo.

A visão da racionalidade maximizadora foi complementada pelos escritos dos

³¹ A coleção de artigos reunidas no livro *Adam Smith and Philosophy of Law and Economics*, editada por Paul Robin Malloy e Jerry Evensky apresenta facetas do pensamento smithiano que, integrando sua análise econômica dentro do escopo maior que era sua visão filosófica, escapam do estereótipo atribuído a ele pelos economistas ortodoxos.

utilitaristas e em especial por Jeremy Bentham e seus seguidores. Sem o intuito de estender, para além do desejado essa parte da discussão, apresenta-se sucintamente qual foi a contribuição dessa corrente de pensamento. Em primeiro lugar há de se ressaltar que o utilitarismo é como outras correntes de pensamento um desceite direto do pensamento smithiano (SCREPANTI, ZAMAGNI, 2005). Se, como argumentou Evensky (1995), as transformações que Smith presenciou, em 1773, quando chegou a Londres, o levaram a questionar a eficiência da mão invisível na condução da sociedade, esse questionamento praticamente deixa de existir no pensamento dos utilitaristas, no qual já é bastante claro que os indivíduos agem unicamente com vistas a atender seus objetivos econômicos próprios mais imediatos.

Segundo Bentham (2000 [1781]), os indivíduos tomam suas decisões sempre entre dois polos, por um lado tentam aumentar a sua felicidade ou prazer, do outro evitar ou reduzir a tristeza ou dor:

A natureza colocou a humanidade sob o governo de dois mestres soberanos, a *dor* e o *prazer*. Compete somente a eles nos apontarem o que deveríamos fazer, assim como determinar o que devemos fazer. [...] Eles nos governam em tudo o que fazemos, em tudo o que dizemos, em tudo o que pensamos: todos os esforços que podemos empreender para nos livrarmos da nossa sujeição servirão apenas para demonstrá-la e confirmá-la. O homem pode, em palavras, pretender abjurar seu império: mas em realidade ele permanecerá sujeito a isso de qualquer maneira. O *princípio da utilidade* reconhece essa sujeição e a assume como fundamento desse sistema, cujo objetivo é criar o tecido da felicidade pelas mãos da razão e da lei (BENTHAM, 2000 [1781]). [ênfase no original].

Essa citação confirma diversos dos temas abordados até o momento. Vê-se que a gama de sentimentos que governava os indivíduos, segundo Smith, passa por um processo reducionista, dando lugar ao binômio linear da dor-prazer (RONCAGLIA, 2017). Nesse esquema, a existência humana consiste apenas na continua tentativa de se afastar do polo da dor e se aproximar do polo do prazer. Além disso, ainda que Bentham recorresse à razão para a construção do “tecido da felicidade”, o exercício da capacidade racional resta limitado a aquilo que os “dois mestres soberanos” desejam de nós; de fato, os homens são, mesmo que contra a sua vontade, apenas sujeitos [servos] da necessidade de elevar o prazer e reduzir a dor.

Filosoficamente, Bentham contribuiu para reforçar o racionalismo antropocêntrico oriundo do renascimento, em detrimento das visões tradicionalistas de subjugação do indivíduo, uma vez que contribuiu para uma visão consequencialista³² das ações humanas, baseada no

³² Segundo Bunnin e Yu (2008, p. 134) a “ética consequencialista ou teleológica sustenta que o valor de uma ação é determinado inteiramente por suas consequências e, portanto, propõe que a vida ética deve ser voltada para o futuro, ou seja, preocupada em maximizar o bem e minimizar as consequências ruins das ações. Utilitarismo e pragmatismo são importantes representantes do consequencialismo”.

utilitarismo (Screpanti e Zamagni, 2005; Roncaglia, 2006). Economicamente e na esteira da contribuição dos pensadores escoceses, Bentham ajudou a abrir o caminho para a sobreposição daquilo que durante muito tempo foi encarado como pernicioso aos seres humanos comuns ou ao menos para parte desses, a riqueza como a fonte de felicidade, desanuviada de considerações éticas e morais mais aprofundadas. Se cada indivíduo é o melhor juiz das suas aspirações, nos diria Smith, e se ele age sempre para aumentar a sua felicidade, é plenamente possível que a sua felicidade seja sempre elevada à medida que acumule riquezas e diminuída quando as perde.³³

Outro ponto de relevância substancial para a visão clássica do liberalismo econômico e que auxiliaria a escolha política pela menor intervenção estatal possível na esfera privada é o renovado atomismo ao qual o utilitarismo recorre. Se antes ele era latente em Smith, com Bentham e os utilitaristas ele se torna a base inequívoca para a análise econômica, isso se dá exatamente pelos mecanismos que determinam as ações que ele atribui aos indivíduos. Ao dissociar as ações humanas de um quadro ético mais amplo, e dado, em alguma medida *a priori*, Bentham encaminha as ações humanas daquele complexo vislumbrado por Smith na sua Teoria dos Sentimentos Morais, para a constituição da caricatura pintada por (VEBLEN, 1998). É dessa batalha entre os campos do prazer e da dor, disputa que aprisionou a ciência econômica e que foi criticada por Veblen, travada por aqueles que são os melhores juizes dos seus próprios interesses e que agem sempre em benefício de si, cuja contribuição para a vida social não deriva da benevolência, mas da busca pelo interesse próprio, que o ser humano complexo e multifacetado foi reduzido ao *homo economicus*, figura por excelência do liberalismo econômico clássico (BROCKWAY, 1995).

O CAPITALISMO E O BEM-ESTAR VIA A AÇÃO INDIVIDUAL

A segunda engrenagem conceitual aduzida nessa dissertação e que se mostra necessária para a emergência e defesa de um Estado cujo orçamento seja equilibrado independentemente das circunstâncias, ou seja, um Estado que não intervém, é a ligação entre a racionalidade maximizadora dos indivíduos e o “bem-estar geral da sociedade”.³⁴ Se na definição do

³³ Sullivan, (1983) e Hunt (1989) apontam para algumas nuances e transformações no pensamento de Bentham, contudo, mesmo face à suavização que esse propôs em relação à sua defesa da mínima interferência possível do Estado, a sua contribuição para o utilitarismo já havia sido realizada e seria incorporada à teoria econômica dominante.

³⁴ Os autores estão cientes do fato que o conceito de bem-estar é algo aberto a discussão, contudo, o que importa nesse quesito não é tanto o significado que subsidia esse termo, mas antes a ligação que os liberais clássicos acreditavam existir entre esse bem-estar, independente do seu conteúdo, e busca dos indivíduos pelo seu próprio bem-estar.

indivíduo enquanto um ser atomizado, que depende da sociedade apenas para uma “sobrevivência mais cômoda”, Smith e Bentham se complementavam, na relação que leva do bem-estar individual ao bem-estar coletivo eles correm em vias paralelas, mas não necessariamente convergentes.

O caminho que Smith acreditava levar do bem-estar individual à harmonia social passava, inexoravelmente, pela metáfora da mão invisível, mecanismos psicológicos que apelavam para os interesses econômicos das pessoas, individualistas sem sombra de dúvidas, mas que ainda retinham e também eram guiados por *sentimentos morais* (Evensky, 1995). A visão dos utilitaristas era substancialmente distinta da defendida por Smith, tanto em termos das suas premissas, quanto em termos metodológicos. O primeiro ponto de clivagem pode ser visto na fonte de motivação que Bentham e os primeiros utilitaristas atribuíram aos indivíduos. Como mencionado anteriormente, os que subscreviam a essa corrente de pensamento reduziram substancialmente a gama de motivações às quais os indivíduos estariam sujeitos, colocando-os sob a necessidade inevitável de aumentar a sua utilidade líquida.

O segundo ponto de divergência entre os primeiros utilitaristas e a tradição smithiana reside no vetor pelo qual se alcança o bem-estar coletivo. Para Smith o bem-estar social expressava-se pela abundância dos produtos que a divisão do trabalho, limitada pelo tamanho do mercado, poderia produzir no decorrer de um determinado período, logo os indivíduos buscando os seus interesses próprios, desimpedidos de aplicarem suas forças e capitais naquelas atividades que melhor os remunerassem, seriam capazes de elevar o produto nacional e conseqüentemente o bem-estar social, tudo isso mediante trocas livres e desembaraçadas das ineficiências criadas pelo Estado (Galbraith, 1989; Hunt, 1989; Smith, 1996 [1776]). Bentham, por outro lado, ao reduzir a gama de motivações que influenciam os indivíduos não apenas nas suas condutas econômicas, mas em todos os aspectos das suas decisões, é um dos propulsores do problema da agregação das preferências individuais, isto porque ele identifica que o bem-estar social é representado em processo de agregação onde o que conta é a maior felicidade para o maior número possível de indivíduos. De acordo com Warnock (2003 [1962]), “É em vão falar do interesse da comunidade, sem entender o que é o interesse do indivíduo”. No seu esquema de filosofia social esse estado de coisas é alcançado através de uma jurisprudência e um código legal condizente com a busca individual pela maximização da utilidade (WARNOCK, 2003 [1962]).

Outros pensadores contribuíram para a identificação da busca dos interesses privados com o bem-estar social, Nassau Senior e Frederic Bastiat, o precursor da escola austríaca, são dois claros exemplos, contudo, como as suas contribuições tiveram relevância transitória, eles

não modificam substancialmente o argumento até aqui desenvolvido. Uma vez que a mínima intervenção do Estado concorria tanto para um maior produto nacional quanto para tentativas bem-sucedidas dos indivíduos de equalizarem prazer e dor, é possível afirmar que o liberalismo econômico clássico subsidiava uma noção de harmonia social na qual independentemente da classe social ocupada pelas pessoas, elas estariam melhor representadas e teriam maiores chances de desfrutarem dos frutos do capitalismo industrial se aderissem à ótica liberal de não intervenção do Estado na economia. Os grandes contrapontos na evolução do pensamento econômico clássico foram, obviamente, David Ricardo e Karl Marx. Não curiosamente, ambos foram expoentes da vertente da teoria do valor trabalho, conquanto os utilitaristas, que após Bentham se tornaram os defensores da coincidência entre interesses privados e bem-estar coletivo, eram defensores da teoria do valor utilidade.

Assim, na convergência entre o bem-estar social e a busca dos interesses privados, a teoria econômica clássica, calcada no liberalismo de Smith e no utilitarismo de Bentham, avança para a redução da importância dos aspectos políticos da vida em sociedade. O espaço da agência do indivíduo durante o século XIX é o das relações econômicas.

A MOEDA NEUTRA E A *LEI DE SAY*³⁵

Esse é um dos principais fundamentos da teoria econômica clássica. De fato, a visão que os economistas têm sobre a moeda é um dos aspectos definidores de qualquer teoria econômica e como será exposto no capítulo 3, a noção de uma moeda neutra e suas consequências são as clivagens mais relevantes entre a teoria econômica clássica e a teoria desenvolvida por Keynes (DAVIDSON, 1972; ROSA; LOPES, 2015). Em um trabalho como o desenvolvido aqui, os aspectos estritamente pertencentes ao campo da teoria econômica têm menos relevância do que os seus efeitos práticos e resultados políticos, motivo pelo qual tais aspectos não são abordados apenas do ponto de vista da ciência econômica, contudo uma breve apresentação da importância do conceito da moeda neutra se faz necessária para que se compreenda qual a sua relevância para o desenrolar das ações estatais na virada do século XIX para o século XX.

Davidson (1972) expõe a importância da moeda para a ciência econômica, em geral, e para os teóricos clássicos, em específico, da seguinte maneira:

Enquanto os economistas provavelmente derramaram mais tinta das impressoras sobre o tema do dinheiro do que qualquer outro, e embora a teoria monetária

³⁵ As duas últimas características da teoria econômica clássica, tal como apresentadas no início dessa seção, foram reunidas em um único tópico. Procedeu-se dessa maneira porque elas dependem, necessariamente, uma da outra e porque ambas encontraram as suas melhores formulações nos escritos de Jean-Baptiste Say.

impregna-se em quase todos os outros ramos concebíveis da análise econômica, a confusão sobre o significado e a natureza do dinheiro continua afetando a profissão econômica. Os economistas neoclássicos pré-keynesianos tendiam a enfatizar o aspecto de troca do dinheiro, uma vez que os primeiros teóricos da quantidade enfatizavam uma relação estrita entre o agregado monetário e as transações (ou renda) (DAVIDSON, 1972, p. 11).

Quando se fala em moeda neutra é no sentido de essa ser secundária para o funcionamento de uma economia capitalista; a sua existência (inexistência) pode no máximo facilitar (dificultar) o mecanismo das trocas livres - cerne da teoria econômica clássica -, tornando-o menos (mais) dependente de uma coincidência de interesses entre as duas partes engajadas na troca³⁶; ela, a moeda, jamais entra nas considerações que embasam as ações dos indivíduos e nunca é o objetivo último das suas ações. Galbraith (1989) resume a visão clássica e neoclássica no que diz respeito ao papel da moeda nas seguintes palavras “Produtos são sempre comprados com produtos, ou com serviços; *o dinheiro é apenas o meio pelo qual essa troca é efetuada.*” Ou seja, a moeda é apenas um intermediário entre os dois polos da troca, que são ocupados por mercadorias, como tal, ela seria completamente dispensável e sua utilidade se resume a *facilitar* os processos de troca - que ocorreriam de qualquer maneira. Essa é uma doutrina que pode ser encontrada nos escritos dos principais expoentes do período da teoria econômica clássica, no entanto, poucos a expuseram tão claramente quanto Jean Baptiste Say, economista francês do século XIX:

E se um comerciante de tecidos dissesse: *não são outros produtos que eu demando em troca dos meus, é o dinheiro*, seria fácil provar que o seu comprador não está em posição de pagá-lo em dinheiro a não ser que ele venda as mercadorias que produz. Tal fazendeiro, podemos lhe responder, comprará seus tecidos se suas colheitas forem boas, ele comprará mais na medida em que tenha produzido mais. Ele não poderá comprar nada, se não produzir nada [...] **O dinheiro desempenha apenas um ofício passageiro nessa troca dupla, e, terminadas as trocas, verifica-se sempre que os produtos foram pagos com produtos** (SAY, 2011 [1846], p. 89) [griffo nossos].

Subjacente à ideia de que a moeda não desempenha qualquer outro papel na economia exceto o de servir de “ofício passageiro” entre uma mercadoria e outra, estão os dois principais tópicos anteriores. Os indivíduos, por um lado são racionais maximizadores, preocupados com os seus interesses particulares, do outro lado são hedonistas que somente encontram prazer e utilidade no consumo. Essa conclusão não surpreende porque a noção de uma moeda neutra já estava presente nos escritos de Adam Smith, e de outros escoceses de seu tempo, por exemplo,³⁷

³⁶ No sentido que ambas estejam interessadas no que a outra tem disponível para a troca, em espécie e quantidade.

³⁷ Assim como também está presente na teoria desenvolvida por Marx. No vocabulário marxista lhe é dada a alcunha de “mercadoria especial”, no linguajar de Say diz-se simplesmente que “a moeda é uma mercadoria” [la monnaie est une merchandise] (SAY, 2011 [1846]). Assim, ao que tudo indica é levando em consideração tanto a visão de Marx sobre a moeda e a sua adesão à teoria do valor trabalho, que Keynes classifica Marx entre os economistas clássicos.

nos *Political Discourses* de David Hume; efetivamente, essa abordagem sobre a moeda ficou conhecida como Teoria Quantitativa da Moeda (GALBRAITH, 1989; SOUSA, 2017).

Em última instância, o que essa teoria acaba por realizar, ainda que não intencionalmente³⁸, é esvaziar o capitalismo da sua característica mais marcante e que o tornou tão distinto de outros sistemas produtivos: a absoluta necessidade do dinheiro, como meio e como fim (ROSA; LOPES, 2015; SOUSA, 2017). O capitalismo é, entre tantas outras coisas, o sistema no qual os indivíduos vivem *pelo e para* dinheiro. Dizer, como disse Say, que tudo o que os indivíduos desejam são os bens e não o dinheiro é contradizer os fatos e a própria história do desenvolvimento do capitalismo. As crises econômicas na economia idealizada pelos defensores da moeda neutra nunca são, de fato, econômicas, estão sempre além dos fatores endógenos de uma economia e caracterizam-se em toda parte como frutos de fatores anômalos (ROSA; LOPES, 2015), já que o progresso do sistema capitalista nunca é levado a cabo por *empreendedores* visando o lucro monetário, mas corresponde simplesmente ao desejo dos indivíduos de consumir sempre mais (ROSA; LOPES, 2015).

A outra faceta da moeda neutra é a *Lei de Say*, argumento cujo nome ficou conhecido por ter sido formalizado pelo economista francês da seguinte maneira:

É bom notar que um produto acabado oferece, *a partir deste momento*, uma saída para outros produtos pelo valor total do seu valor. De fato, quando o último produtor terminou um produto, seu maior desejo é vendê-lo, de modo que o valor desse produto não fique parado em suas mãos. Mas ele não está menos ansioso para se livrar do dinheiro que sua venda lhe dá, de modo que o valor do dinheiro também não fique parado. No entanto, alguém só pode se livrar de seu dinheiro comprando outro produto qualquer. Vemos, portanto, que o simples fato da formação de um produto abre, a partir desse mesmo momento, uma saída para outros produtos (SAY, 2011 [1846], p. 89). [grifos no original]

Em termos modernos, a *Lei de Say* implica que a oferta cria a sua própria demanda - “Vemos, portanto, que o simples fato da formação de um produto abre, a partir desse mesmo momento, uma saída para outros produtos” - e que por este motivo não é possível a ocorrência de uma crise verdadeiramente econômica, no sentido de faltar demanda - ímpeto - para dinamizar a oferta. A demanda sempre estará posta em nível idêntico ao da oferta e como os produtores tentam sempre “se livrar do dinheiro que [a] sua venda lhe dá”, todo os recursos

³⁸ Ou talvez tenha existido alguma intencionalidade. Uma sociedade na qual as pessoas são hedonistas e o seu hedonismo se realiza *somente* no consumo de mercadorias, a ambição encontra rapidamente um limite e o desejo individual de “querer sempre mais” é limitado pela saciedade que o consumo pode conferir, a implicação disto são relações menos predatórias entre aqueles que estão no mercado. Se o hedonismo dos sujeitos se realiza na moeda a coisa se passa de maneira completamente distinta. A moeda não perece, sua depreciação é insignificante, ela está sempre pronta para ser convertida em qualquer outro ativo produtivo ou artigo de luxo, o limite relativamente baixo para a exaustão do desejo humano pelo consumo, praticamente não se aplica à sua vontade de acumular riqueza financeira, ao que se pode afirmar que também o desejo de acumular riqueza e os benefícios sociais que disso derivam levam a relações sociais menos harmoniosas do que aquelas previstas pelos economistas clássicos.

monetários despendidos na produção daquilo levado ao mercado encontrará sempre outros produtos nos quais se transformar, não existindo assim produto que não seja eventualmente vendido. A *Lei de Say* exclui, por definição e *a priori*, os problemas de demanda efetiva que seriam tão caros à história da economia mundial na primeira metade do século XX e, ao fazer isso, imuniza o capitalismo de falhas funcionais, todo problema econômico é explicado em termos de interferências externas a esse sistema, interferências usualmente atribuídas ao Estado que *distorceria* o correto funcionamento da economia.³⁹

Em resumo, a teoria econômica clássica apoiou-se em quatro noções para tentar explicar as relações econômicas durante o período de surgimento e evolução do capitalismo industrial. Ao enfatizar a noção de indivíduos hedonistas, racionais e maximizadores, os economistas contribuíram para a “libertação” das pessoas face às velhas estruturas de poder herdadas do medievo; ao despersonalizarem essas pessoas, elas passaram a ser consideradas agentes atomizados em um sistema produtivo caracterizado pela propriedade privada e por uma multiplicidade de concorrentes visando seus próprios interesses. A confluência dos múltiplos interesses privados em um estado geral de bem-estar, sem a necessidade de um poder central que defina esses interesses privados em termos religiosos ou de lealdades políticas, faz “desaparecer” os conflitos de classe e interesses e reduz a importância dos aspectos distributivos de riqueza que estão no cerne da história do capitalismo e da sua evolução. A noção da moeda neutra e a *Lei de Say* ao negarem a possibilidade da ocorrência de crises econômicas originadas dentro do próprio sistema capitalista, retira do capitalismo a sua característica capitalista mais saliente, o amor pelo dinheiro, e todos os problemas que podem advir dessa característica, colocando as sociedades industriais, complexas por natureza, em “modo automático”, nas quais os distúrbios econômicos se e quando existirem são sempre resolvidos automaticamente pelo próprio sistema econômico, sem a necessidade do poder “não econômico” do Estado.

Tomadas em conjunto, essas quatro características convergiram para afastar o Estado da economia e eximir-lhe da responsabilidade pela manutenção do pleno emprego das forças produtivas, estado de coisas que a teoria ortodoxa admitia tácita e implicitamente. Essa é, do *ponto de vista da teoria econômica*, a descrição das relações que se estabeleceram entre Estado e sociedade durante boa parte dos séculos XVIII e XIX. Acontece que essa descrição deriva de uma teoria econômica específica, a teoria econômica liberal clássica, na próxima subseção investigar-se-á quais as implicações para as ações do Estado, porque este não deixou de existir,

³⁹ Ao contrário do que se pode imaginar, o domínio dessa teoria não ocorreu por falta de visões contrárias, Malthus, ainda no século XIX durante os embates que travou com Ricardo, já chamava atenção para a necessidade de se investigar a demanda de maneira autônoma em relação à oferta (MALTHUS, [1820] 1996).

não obstante a visão ideológica do liberalismo econômico clássico.

2. LIBERALISMO E A HEGEMONIA BRITÂNICA

If we are to hold all that we have taken since 1870 and to compete with the new industrial nations in the further partition of empires or spheres of influence in Africa and Asia, we must be prepared to fight.

[...]

Imperialism—whether it consists in a further policy of expansion or in the rigorous maintenance of all those vast tropical lands which have been ear-marked as British spheres of influence—implies militarism now and ruinous wars in the future. This truth is now for the first time brought sharply and nakedly before the mind of the nation. The kingdoms of the earth are to be ours on condition that we fall down and worship Moloch.

Hobson, 2005 [1902], p. 129-130

Como foi exposto no capítulo anterior e como é defendido por algumas correntes de pensamento⁴⁰, a realidade social compartilhada não é apenas descrita e explicada por construções teóricas, mas é também influenciada e condicionada pelas construções teóricas que visam explicar essa mesma realidade, em um processo dialético ininterrupto. Essa visão das relações de dependência entre a realidade social e as visões de mundo consubstanciadas por concepções intelectuais e teóricas, sem mencionar as pragmáticas, é uma das principais premissas deste trabalho e também o que possibilita e substancia este capítulo.

Posto isso, e reconhecendo o pleito dos economistas partidários da teoria econômica liberal clássica de que as suas recomendações de políticas econômicas eram necessárias para o crescimento econômico, é necessário questionar: que papel desempenhou o liberalismo econômico clássico, enquanto *guia para as ações*⁴¹ dos agentes sociais economicamente relevantes: o Estado, os banqueiros, o empresário, o trabalhador? Posto em outros termos, teria o liberalismo econômico clássico desempenhado algum papel, em especial algum de relevância,

⁴⁰ Por exemplo, o campo que defende versões fortes do “construtivismo social”, segundo o qual “o mundo, ou parte relevantes dele, é de alguma forma constituído por teorias, práticas e instituições” (AUDI, 1999, 885). Não há, no entanto, uma necessidade de aderência estrita a tais princípios se se reconhece que parte das instituições sociais e econômicas, o sistema de metas de inflação, por exemplo, é um “produto teórico e prática social que molda a realidade objetiva”, objeto de estudo das ciências.

⁴¹ Compreende-se como *guia de ação* aquilo que exime, parcialmente, o ator social de realizar uma investigação sistemática acerca do ambiente no qual está inserido e das suas relações com outros atores, assim como sobre os possíveis resultados das suas ações, tanto em termos diretos, quanto indiretos naquilo que provocam de reação de outros atores sociais. Um *guia de ação* visto dessa maneira compreende e pode compreender uma série de doutrinas, preconcepções, *disposições* que funcionam como atalho entre os acontecimentos sociais e o posicionamento dos agentes em relação a esses acontecimentos. A composição de *guia de ação* não é algo predeterminado, para alguns pode incluir considerações religiosas, para outras políticas, econômicas, sociais de forma mais ampla. Nesse trabalho, *doutrinas econômicas* são consideradas guias de ação que permitem aos governos responderem a um aumento do desemprego, que permite aos empresários agirem face às mudanças concorrenciais, permite aos trabalhadores agirem dentro do campo do mercado de trabalho, etc. No entanto, as doutrinas econômicas não dizem respeito apenas a acontecimentos econômicos e permeiam diversas instâncias da ação social, assim como também o fazem as doutrinas políticas, religiosas entre outras. Talvez fosse possível equacionar um *guia de ação* com convenções, mas ao que parece as convenções são parte dos guias de ação, na medida em que convenções possuem um caráter mais situacional do que guias de ação.

nos processos de acumulação e transformação que caracterizaram a emergência e evolução do capitalismo moderno?

Por um lado, essas perguntas são de especial importância para que se possa avaliar a pertinência das teses do liberalismo econômico clássico⁴² e conseqüentemente contrastá-lo com o novo liberalismo⁴³ do início do século XX. Por outro lado, são demasiadamente abrangentes para serem tratadas com qualquer possibilidade de sucesso em um trabalho dessa natureza. Por esse motivo, optou-se por buscar um período histórico que ofereça um retrato factível dessas relações e que ao mesmo tempo seja passível de investigação. Assim, o trabalho busca investigar, a partir de três óticas⁴⁴, o processo de amadurecimento da economia britânica que desembocou no cenário de hegemonia econômica e política do século XIX.

Destarte é necessário ressaltar que um domínio tal qual o alcançado pela Inglaterra no século XIX não é uma situação simples que se desenvolve rapidamente, isso porque ele representou uma posição jamais vista anteriormente, tanto em complexidade organizacional, quanto em extensão territorial. A conclusão lógica que deriva dessa constatação é a necessidade de retroceder um período de tempo considerável na busca por aqueles momentos decisivos no caminho para a construção dessa hegemonia, com vistas a compreender qual papel as teses liberais podem ter desempenhado no seu desenrolar. O'Brien (2002) resume bem a situação.

Entre 1688 e 1815 os monarcas britânicos e seus aliados aristocratas elevaram os recursos fiscais e financeiros necessários para transformar o papel geopolítico da Grã-Bretanha no mundo e para engajar em sete grandes guerras contra a França e seus aliados. Quando Castlereagh assinou o Tratado de Viena em 1815, o então Reino Unido da Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda emergiu como uma potência naval hegemônica, possuía o maior império ocidental desde Roma, gozava de extraordinárias parcelas dos lucros do comércio internacional de bens e serviços e sua economia já havia atravessado, aproximadamente a primeira metade da primeira revolução industrial (O'BRIEN, 2002, p. 31).

Retornando ao que foi exposto no capítulo anterior, a abordagem que busca mesclar história e doutrinas pode ser justificada por algumas razões, as mais relevantes, dentro do escopo do objetivo desse trabalho, podem ser resumidas em três tópicos. Primeiro, do ponto de vista da teoria econômica, o ambiente intelectual do século XIX, ao menos aquele representado

⁴² Como foram definidas na última seção do capítulo anterior, em especial as que enfatizam a racionalidade maximizadora, a neutralidade da moeda e a Lei de Say.

⁴³ A defesa dos diversos modos de organização por vezes, mas não sempre, é baseada em julgamentos dessa natureza. Julga-se que determinado modo de organizar as relações sociais de reprodução da vida material, e.g. com mais ou menos intervenção do Estado, é mais ou menos adequado, ou eficiente do que as demais formas, e por isso deveria ou não deveria ser perseguido. Ora, se se compreende que inúmeras decisões políticas são dessa natureza e impactam sobremaneira as possibilidades dentro das quais os indivíduos conduzem suas vidas e realizam suas escolhas, então estudar as justificativas dessas defesas e os êxitos dessas formas de organização social torna-se algo relevante.

⁴⁴ O papel da terra, do trabalho e do Estado na formação da economia capitalista inglesa.

nas correntes de pensamento dominante, fora amplamente influenciado pela teoria econômica liberal de origem smithiana (KEYNES [1926b] 2013). Ainda que as formulações e reformulações dos trabalhos de Malthus e Ricardo, dentre outros, tivessem dado ares mais sombrios⁴⁵ às conclusões de Smith e que as contribuições dos utilitaristas tivessem estreitado as considerações iniciais da economia política, pode-se afirmar quase sem questionamentos que a teoria e o fazer econômico no mundo anglo-saxão do século XIX, nas suas bases mais elementares, continuaram sendo dominados pelo liberalismo econômico que Adam Smith sintetizou⁴⁶. Segundo, no campo da política, o fato novo e dominante foi a emergência⁴⁷ de uma classe trabalhadora organizada, e “antagonista” àquela dos capitalistas (burgueses), cujas demandas e a própria existência seriam, durante quase a totalidade do século XIX, um importante componente remodelador da relação entre liberalismo político e liberalismo econômico (LANDA, 2010). Terceiro, no âmbito das relações entre nações e impérios, o período que ficou conhecido como o século da paz europeia, que sucedeu as guerras napoleônicas, foi, concomitantemente, o século do imperialismo e, segundo a “mitologia” do liberalismo econômico, também o século do livre-comércio (BAIROCH, 1995; CHANG, 2004).

Com efeito, os três elementos do último tópico: a paz europeia, o imperialismo e o livre-comércio estiveram em uma relação muito mais simbiótica do que muitos economistas liberais admitiriam, o que já constitui justificativa suficiente para um estudo do liberalismo econômico no século XIX. Em realidade, é no âmbito internacional que os dois primeiros tópicos, a teoria econômica liberal e o surgimento de classes trabalhadoras organizadas, convergem e alcançam a sua maturidade em termos de complexidade, pois após as guerras napoleônicas algumas das principais variáveis responsáveis pelo crescimento europeu: um forte investimento britânico e um comércio cada vez mais intenso foram deslocados para fora do centro capitalista, assim como também o foram as disputas econômicas com potencial bélico, ao menos até o início do

⁴⁵ Que podem ser resumidas no problema “populacional” e de insuficiência de demanda identificado por Malthus e na estagnação do capitalismo via renda da terra - tese dos retornos decrescentes da terra proposta por Ricardo.

⁴⁶ Em especial no final do século XIX, pode-se dizer que a teoria econômica ortodoxa havia abandonado alguns temas centrais das teorias econômicas clássicas: a teoria do valor trabalho e a análise das classes sociais (MAZZUCHELLI, 2017). No mais, suas conclusões permaneceram essencialmente liberais e smithianas quanto às políticas econômicas mais relevantes. Exceto alguns casos específicos nos quais os economistas advogavam em favor da intervenção estatal, por exemplo, nos problemas habitacionais da Londres do final do século XIX, que remetem às recomendações desenvolvidas por Alfred Marshall, a teoria econômica ortodoxa falhou em incorporar explicações para tais “problemas”, logo não produzia contestações mais robustas acerca do funcionamento sistema capitalista desregulamentado. De maneira geral, mantinha-se a defesa da livre concorrência, da iniciativa privada, da não intervenção no sistema de preços e no comércio internacional (GALBRAITH, 1989) – e a base disso é mais Ricardiana do que Smithiana.

⁴⁷ Esse surgimento seguiu quase à risca o exemplo histórico das classes burguesas, portadoras por excelência do liberalismo político clássico, é, portanto, também fruto da confluência das revoluções Francesa e Industrial.

século XX (BAIROCH, 1995). Sendo assim, a aparente contradição entre a união do liberalismo político das sociedades pós-monarquias absolutistas e do liberalismo econômico do livre-comércio, de um lado, e a viabilização dessa união por intermédio da criação, consolidação e expansão de impérios planetários de outro e pelo aumento da interdependência econômica, há de ser levada em consideração em qualquer estudo que almeje avaliar a relevância do liberalismo econômico clássico⁴⁸. Isso se dá, porque foi por intermédio das relações econômicas internacionais, que evoluíram desde o comércio italiano de longa distância, e das suas modernas instituições de sustentação, o padrão libra-ouro e o imperialismo, que o capitalismo atingiu o estágio em que se encontrava no século XIX, cujo representante não poderia ser outro a não ser a Inglaterra (POLANYI, 2001 [1944]).⁴⁹

Antes, no entanto, a Inglaterra necessitou passar por transformações que se afigurariam essenciais para que essas *modernas instituições* pudessem desempenhar seu papel na consolidação da hegemonia britânica, cuja explicação científica ficou a cargo da doutrina liberal. É das transformações pré-hegemonia britânica que a próxima seção se ocupa, a isso segue uma análise da posição internacional britânica na segunda metade do século XIX, auge da sua hegemonia e por fim, a última seção do capítulo busca caracterizar o Estado britânico no período da *Pax Britannica* e o papel desempenhado pelas doutrinas liberais.

2.1. TERRA: LOCUS DO PODER POLÍTICO, NEXO DE TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS.

Na Inglaterra da era moderna, as inúmeras transformações nas relações que os indivíduos estabeleceram com a terra - enquanto formas de distinção social, de riqueza material e reprodução sociocultural - representaram a continuidade de transformações sociais e políticas colocadas em movimento ainda no reino de Henrique VII (1485-1509), em alguns casos podendo ser traçadas até os séculos XIII-XIV e inclusas em um cenário pan-europeu de transformações similares⁵⁰. Tais transformações, dada a tendência transfronteiriça de formação

⁴⁸ Essa contradição existe porque existem divergências importantes entre, de um lado, as práticas substanciadas pelas pressões capitalistas de um sistema econômico desregulamentado e, acima de tudo, instável e, de outro lado, o discurso e a narrativa imersos em temas que eram caros ao Renascimento e ao Iluminismo, por exemplo, o uso da razão, a liberdade e igualdade dos homens. No capitalismo do século XIX e início do século XX não poderia haver compatibilidade entre o discurso moral, que a um só tempo misturava diferentes aspectos oriundos da matriz cristã e iluminista, e as necessidades impostas pelo sistema econômico e financeiro desregulado e instável.

⁴⁹ Em termos científicos isso significou não tanto uma concentração britânica na ciência econômica, mas o seu domínio na produção das explicações aceitáveis para os fenômenos econômicos, tal fato é facilmente constado na preponderância que os britânicos tiveram no processo de reconstrução pós 2ª Guerra Mundial. A relutância francesa em abandonar o padrão-ouro, produto tipicamente britânico, também exemplifica o alcance das ideias anglicanas.

⁵⁰ Certamente é importante apontar a complexidade de tais relações. Por um lado, há uma distinção relevante a ser feita entre *propriedade* e *direitos de uso*. É dessa clivagem que emerge as inúmeras relações legais e quase-legais

dos Estados Modernos, podem ser compreendidas como inerentes aos *processos de consolidação das nações e da emergência de identidades nacionais*, ainda que diversas noções relacionadas à nação e a identidade nacional, como as conhecemos hoje, sejam fruto do século XIX (Clark, 2000; Gillingham e Griffiths, 2000; Mazzucchelli, 2017). No entanto, não obstante um certo anacronismo na aplicação dos conceitos modernos de *identidade* na Inglaterra do início da Era Moderna, um fato permanece inalterado, a terra, enquanto fator social, detinha a centralidade da vida coletiva, assim como a religião, pois as relações que as comunidades e os indivíduos estabeleciam com esse recurso natural extrapolavam o seu aspecto econômico, base da economia e pressuposto da Revolução Agrícola, e se inseriam no conjunto dos fatores que definiam os termos da existência dos indivíduos (NEESON, 1996).⁵¹

Sevilla-Buitrago (2012), tratando da questão territorial na Inglaterra pré-industrial, expõe que:

Território ‘não é um objeto’, mas ‘um processo em evolução perpétua’; ele não é apenas um produto, mas também um meio de produção. Não é apenas o fim do poder - um conjunto de recursos e ativos com os quais os atores sociais mantêm um relacionamento último (*ultimate relationship*) - mas também o instrumento usado por esses atores para controlar e sujeitar outros indivíduos - o ponto da triangulação pelo qual um grupo hegemônico medeia as suas relações com classes subalternas (SEVILLA-BUITRAGO, 2012, p. 211)⁵².

É por essas razões que, extrapolar a análise e a relevância da terra para além do seu conteúdo econômico não é negar, ou minimizar o caráter produtivo desse fator, mas sim atribuir a ele o seu devido peso na formação da Inglaterra moderna⁵³. Por exemplo, nas guerras civis britânicas do século XVII a posse da terra vinculava-se como ponto de disputas políticas enquanto habilitação para participar das decisões coletivas no quadro das possíveis reformas propostas em meados de 1647.

Mas a maioria dos líderes do exército concordavam com a visão de Ireton de que essas noções [uma república com sufrágio masculino] eram uma ameaça aos direitos de propriedade e que somente aqueles que governavam eram os que deveriam ter ‘um interesse fixo permanente nesse reino... isso é, as pessoas a quem todas as terras pertencem, e aquelas nas corporações às quais todo o comércio pertence’

de uso que os indivíduos estabeleceram com a terra ao longo dos séculos: *copyholders, freeholders, land-leasing*, é também nesse contexto que se vê a proliferação das relações feudais e de “subinfeudalização” Para uma visão detalhada dessas e outras questões relacionadas ao direito de posse e uso da terra ver Overton (1996).

⁵¹ A imutabilidade do cosmos aristotélico, a severidade eclesiástica, os contenciosos religiosos e a ligação hereditária para com a terra onde se nasce, e logo os direitos que se pode estabelecer com ela, eram talvez os principais fatores a definir a existência do indivíduo no final da época medieval.

⁵² Toda a primeira parte dessa subseção que trata da questão da terra apoia-se substancialmente no trabalho de Sevilla-Buritago, Overton e nos trabalhos por eles utilizados.

⁵³ Apenas a título de exemplificação do peso econômico e das suas implicações políticas, Mingay (2001, p. 141) estima que em 1700 o setor agrícola mantinha ocupado “diretamente 45% da população” aproximadamente 2,25 milhões, ainda segundo o autor em 1800 esse percentual havia caído para 36%, no entanto isso representava cerca de 3 milhões de pessoas.

(EDWARDS, 2001, p. 353).

E mesmo antes desse período, a detenção de terra, enquanto origem de prestígio e de riqueza material, já se afigurava relevante para o cenário e para as transformações políticas da Inglaterra, que emergia da sociedade feudal. Esse fato revela-se nas alterações que sobrevieram à economia agrícola feudal entre os séculos XII e XVIII⁵⁴. Com efeito, as três principais “facções” presentes nas disputas políticas que definiram e solidificaram os arranjos políticos ingleses - o Parlamento, a Igreja e a Monarquia - retornavam à terra como maneira, positiva ou negativa, de fazer face umas às outras⁵⁵.

No plano econômico, como será enfatizado ao longo dessa subseção, os séculos anteriores à emergência de um capitalismo comercial mais desenvolvido, ou da pequena manufatura artesanal rural, eram representados por um ritmo e um estilo de vida completamente distintos daquele que viria a caracterizar a economia do período industrial. Havia em certa medida uma complementariedade entre os ciclos das estações do ano e os ciclos de vida dos indivíduos que compunham essa sociedade e na medida em que os ciclos das estações possuíam uma importância vital em relação ao produto da terra, ao comércio e às guerras, desse modo, ter ou não ter posse de terras ou de terras muito inférteis se tornam uma questão primordial nas chances de sobrevivência (CLARKSON, 1985; GILLINGHAM, GRIFFITHS, 2000). Um dos inúmeros resultados das transformações na posse da terra, além do impulso na transformação do trabalho em uma categoria econômica, foi justamente o de romper com essa “sincronia” entre os ciclos do campo e os ciclos de vida dos indivíduos. Na economia capitalista, crescentemente, o que passou a ditar o ritmo do trabalho, no campo ou na cidade, eram as pressões dos mercados nos quais a propriedade rural e suas lógicas produtivas foram inseridas, e não mais as necessidades biológicas ligadas aos ciclos de vida e das estações do ano.

O que se pode afirmar sem grandes discordâncias é que as mais diversas transformações do período que se inicia em meados do século XIII, e com mais ímpeto no século XV, e se estende, significativamente, até o século XIX estiveram, em maior ou menor medida, ligadas ao *acesso* à terra e a *capacidade de comandar poder* que derivava desse acesso, seja na forma de possuir independência e não ser obrigado a depender completamente do mercado para

⁵⁴ Em nenhum aspecto a relevância da terra como fator político era uma exclusividade inglesa. Para discussão sobre País de Galês ver Davies (1978).

⁵⁵ É necessário observar que tais alterações tiveram início ainda no período mercantilista, isto é, antes que Adam Smith pudesse expor o arcabouço sobre o qual a economia liberal seria erguida. Tal cronologia faz sentido do ponto de vista da sequência dos desdobramentos teóricos - e representa parte da ligação inicial entre liberalismo político e econômico -, haja vista que a economia liberal é a economia da *propriedade privada* amplamente difundida, portanto, para que ela pudesse ser efetivada era necessário que as velhas formas feudais de posse e uso da terra fossem eliminadas ou estivessem em franco declínio

subsistir, seja na forma mais complexa de influenciar a política local; essa segunda forma de poder, geralmente, restrita aos grandes proprietários de terra. Por mais que a teoria lockeana apontasse a fundamentação do poder, segundo Rawls (2008), como não dependente da propriedade, uma vez que essa *procederia a emergência do Estado*, o que as ações e estratégias dos agentes políticos relevantes demonstravam é que todo o curso histórico inglês desde o início da modernidade dependia da riqueza e, conseqüentemente, da terra, enquanto sua principal roupagem, fosse a nível das estratégias individuais ou ao nível do Estado e suas chances de continuidade temporal. Essa dependência derivava tanto da *capacidade de comandar poder*, quanto da necessidade de proteger e fazer avançar as noções de propriedade e os conceitos a ela correlatos, mas não subalternos. Ao lado da revolução comercial da segunda metade do século XVII, a “liberação” da terra das modalidades feudais e a sua inserção nas relações de posse capitalistas estão entre os principais fatores modernizantes e definidores da capacidade britânica de se colocar no cenário mundial da forma como ocorreu nos séculos subsequentes, isto é, de maneira ativa e pujante (OVERTON, 1996).

Uma vez que a posse da terra passa a exercer uma importância crescente na vida coletiva da Inglaterra, não surpreende que argumentos representativos da origem do liberalismo econômico estivessem ligados ao debate cujo cerne era a propriedade desse recurso. Há inúmeros exemplos dessa linha de pensamento. Um desses, levado ao paroxismo foi a doutrina fisiocrata⁵⁶, que via na terra a única fonte produtora de riqueza. Na Inglaterra, as relações que Locke percebia entre propriedade e legitimidade, assim como Ricardo e a questão da renda decrescente resultante do alastramento da agricultura para terras menos férteis também são exemplos que não poderiam ser completamente compreendidos sem o contexto histórico no qual foram discutidos, ou seja, sem levar em consideração a centralidade da propriedade da terra e as funções primordiais por ela desempenhada, no âmbito econômico e político.

É em meio às questões concernentes à posse da terra que primeiro se pode, portanto, discernir a emergência das teses centrais do liberalismo econômico, ao menos na Inglaterra. Uma forma de compreender as ligações entre as “questões de liberdade e a posse da terra” pode ser buscada na redistribuição das terras controladas pelas ordens religiosas, evento que ficou

⁵⁶ A fisiocracia foi uma “escola de pensamento” com ampla influência na França do Antigo Regime, seu principal expoente François Quesnay. Segundo Screpanti e Zamagni (2005, p. 56) essa doutrina pode ser caracterizada primordialmente em quatro pontos. “[Primeiro], as noções de trabalho produtivo e improdutivo, a partir do qual a real fonte de riqueza encontrava no produto líquido obtido, pela aplicação do trabalho à. [Segundo], a ideia de interdependência entre os diversos setores produtivos e a ideia correlata de equilíbrio macroeconômico. [Terceiro], a representação das trocas econômicas como um fluxo circular de dinheiro e bens entre os vários setores econômicos. [Quarto], o deslocamento do interesse científico do estoque de riqueza para o fluxo do produto líquido”. Cumpre ainda ressaltar que essa escola de pensamento exerceu importante influência no pensamento liberal de Smith.

conhecido como “a Dissolução dos Monastérios”, levada a cabo no reinado de Henrique VIII no final da década de 1530. Segundo Overton (1996), a porcentagem de terras que a Igreja detinha caiu de uma estimativa de 20% - 30% em 1436, para 10% em 1873; em Norfolk, um condado inglês, até 1535 os monastérios detinham 18% das terras e após essa data perderam completamente suas possessões.

A questão dos territórios monásticos é relevante, porque ela está relacionada com aspectos mais abrangentes que envolvem as noções de liberdade. No que diz respeito a esse último aspecto é necessário que se compreenda que nos primórdios da Era Moderna, tão ou mais importante que as liberdades individuais era a “Liberdade das Comunidades”, no sentido em que os indivíduos jamais poderiam usufruir da liberdade se o seu Estado não fosse livre, assim, o caminho que levava às liberdades individuais começava de fato com a liberdade do corpo político (SKINNER, 1999). Esquemáticamente, pode-se vislumbrar as tentativas de desembaraçar o Estado da Igreja Católica, empenhadas pelos monarcas ingleses, como uma etapa no percorrer desse “caminho da liberdade”, o que não implica a existência de uma consciência ou mesmo intenção dos monarcas ingleses em “estender a liberdade” aos súditos do reino. De qualquer maneira, tais tentativas não poderiam se dar por outro meio que não despojar a Igreja Católica da posse de seus territórios e dos seus benefícios, o que demonstra a posição absolutamente central que a terra detinha nas estratégias e disposições dos agentes políticos durante o feudalismo.

Em todo caso, é plausível argumentar em favor da ligação entre a necessidade de justificar a propriedade da terra em um período de intensas transformações políticas, como o período das guerras civis britânicas, e as subsequentes abstrações liberais sobre o direito a propriedade de maneira geral⁵⁷. Uma outra instância na qual esse argumento pode ser defendido reside, ainda, na constatação de que o núcleo da economia liberal circundava as noções de propriedade, a própria divisão do trabalho lhe era subjacente, e da terra, sendo a principal e mais relevante forma na qual a propriedade se manifestava, é razoável defender que as principais propriedades do liberalismo clássico tenham sido elaboradas tendo como pano de fundo as disputas que envolviam o direito de posse e uso da terra.

Como a posse da terra era fonte não apenas de riqueza material, mas também de poder político, não surpreende que os *princípios* das doutrinas que enfatizavam a liberdade e a

⁵⁷ Nesse sentido a argumentação desenvolvida por Locke (2007 [1698]) no “Segundo Tratado do Governo” é ponto relevante, não apenas porque fornece uma justificativa, mas também porque o faz em termos da teoria do valor trabalho que seria fundamental para Smith e posteriormente para Marx.

propriedade⁵⁸ emergissem no mesmo contexto histórico. Logo, duas importantes conclusões podem ser extraídas dos argumentos apresentados até o momento.

Primeiro, para que uma *nação industrializada* pudesse exercer o domínio do espaço econômico internacional, tal como a Inglaterra o fez no século XIX, era necessário que as fases vanguardistas do capitalismo comercial e agrário superassem alguns obstáculos remanescentes da época feudal. Essa superação, contudo, em lugar algum toma o estilo de uma ruptura abrupta e irrevogável, antes tentativa e vacilante e procede somente muito lentamente ao longo de quase 300 anos. Do lado político, a própria emergência do Estado Absolutista, que não encontra correspondente no feudalismo, demonstra a gradação entre o capitalismo e as formas que o antecederam. Ao que tudo indica, o primeiro desses obstáculos pode ser encontrado nas relações sociais contidas nas formas arcaicas de uso da terra. Assim, as *transformações lentas e graduais* dos hábitos e costumes relacionados à gestão da terra iniciadas entre os séculos XIII e XV e as transformações do direito e das leis localizadas após as Guerras Civis do século XVII estão contidas dentro das condições sociopolíticas indispensáveis ao domínio econômico alcançado pela Inglaterra⁵⁹.

Um contra-argumento pode ser proposto em relação a essa necessidade. Resumidamente, ele poderia ser sintetizado nos seguintes termos: outras *potências econômicas* anteriores à Inglaterra dominaram durante décadas, e até séculos, o mundo econômico relevante do seu tempo sem empreenderem “reformas agrárias” tais quais as inglesas. Certamente quem fizer uso desse contra-argumento tem em mente as Cidades-Estados italianas e os Países Baixos no período que vai dos séculos XII até o século XVII. No primeiro caso, o das Cidades-Estados italianas, até houve transformações relevantes na posse das terras promovidas pela acumulação de capital oriunda do comércio, mas elas nunca foram levadas ao patamar das que ocorreram na Inglaterra, tampouco foram fruto de processos semelhantes. Nesse caso, o reordenamento fundiário foi uma função da proeminência econômica obtida em outras áreas, especialmente em uma incipiente produção manufatureira e no comércio com o Levante, e uma forma de acomodação social por parte da classe comercial e financeira ascendente, não uma pré-condição para a ascensão de um poderio comercial e produtivo. No caso dos holandeses, a exiguidade do

⁵⁸ Liberalismo político e liberalismo econômico. O primeiro lidando com as fontes *legítimas* para a posse e exercício do poder e o segundo com a *legitimidade* da propriedade de coisas materiais baseada no argumento da maior eficiência e racionalidade na sua utilização.

⁵⁹ A relevância dessa conclusão, para esse trabalho, reside, por um lado, no fato de que é esse o contexto histórico no qual emergem as teses tradicionalmente vinculadas ao liberalismo político e econômico, um contexto marcado por uma forte atuação estatal. Por outro lado, é recorrente na narrativa liberal atribuir o sucesso inglês justamente aos princípios dessa corrente de pensamento, sem, no entanto, enfatizar o papel do Estado na execução dessas transformações, dando destaque, sobretudo, a uma mítica ação individual espontânea.

território que formava base do império holandês se quer permitia alterações profundas na posse da terra. Em todo caso, mesmo nas colônias ultramarinas holandesas, especialmente naquelas do sudeste asiático, os colonizadores jamais se preocuparam em deter sob o seu controle vastas porções de terra - outra diferença para com os ingleses na Índia, por exemplo - a base holandesa de dominação da economia mundial era fundada em preceitos distintos daqueles dos ingleses, os holandeses foram os intermediários internacionais de um comércio em expansão que ainda estava sendo alçado à condição de comércio mundial, jamais foram a “fábrica do mundo”, como foram os ingleses, logo, prescindiram por completo de reorganizações fundiárias relevantes porque prescindiram também dos seus frutos: aumento da produtividade agrícola e mão-de-obra para a indústria (POLANYI, 2001 [1944]).

A segunda conclusão relevante é a seguinte: ainda do ponto de vista histórico, é necessário enfatizar que a pedra angular do liberalismo econômico clássico, o direito a propriedade, jamais foi uma noção universal, mas surgiu antes como resultado de desenvolvimentos históricos específicos altamente politizados e conflituosos, localizados no tempo e pertencentes a uma certa trajetória social. A visão harmoniosa dos pescadores que trocam o resultado do seu “trabalho” com caçador não condiz com evolução das condições indispensáveis do capitalismo. Portanto, aquilo que subjaz a visão idílica, apolítica e não conflituosa da propriedade, isto é, *a universalidade d’O Mercado* não encontra amparo na realidade. Essa constatação nega a *narrativa de supremacia* baseada nos princípios universais, tal como abordada no primeiro capítulo. Como os pressupostos do capitalismo não são onipresentes, segue que o surgimento lento e vacilante do direito a propriedade também se deu em outros lugares, ou contextos, mas, aparentemente, em nenhum lugar isso aconteceu de forma tão “harmônica”, segundo a narrativa liberal, quanto na Inglaterra.

Concretamente, essa transformação na posse da terra foi representada de diversas maneiras, as mais importantes, no entanto, foram os movimentos de cercamentos das terras comunais e seus efeitos na “correlação de forças” do pós-guerras civis do século XVII e na estruturação da agricultura capitalista⁶⁰. Cumpre enfatizar que esse fenômeno, dentro da ótica da emergência do capitalismo, pode, à sombra do peso histórico da Revolução Industrial, ter a

⁶⁰ O movimento de cercamento consistiu na substituição do antigo regime de “propriedade compartilhada”, por uma propriedade privada exclusiva. No antigo sistema, as terras aráveis abriam-se, nas entressafras, para que aqueles com direito comum (*common rights*) pudessem utilizar a terra para pastagem dos seus animais (SHAW-TAYLOR, 2001). Essa é a descrição econômica dos antigos *Common Rights*, Sevilla-Buitrago (2012) apresenta uma visão sociológica e política muito mais ampla e rica “Duas vezes por ano, os proprietários ou cottagers locais - ou, às vezes, toda a comunidade - concordavam e redigiam as ordens protocoladas, documentos que regulavam o regime de uso da terra comunal para todas as famílias. [...] No final das reuniões, eles bebiam para comemorar as decisões tomadas, a resolução foi anunciada no vilarejo e uma cópia da ordem foi pregada na porta da igreja para todo mundo ver”.

sua importância relativizada, especialmente se se concentra apenas nos aspectos econômicos dos períodos finais desse processo (ASHLEY, 1906 [1893]). A abrangência das modificações nas relações de uso da terra e suas consequências não devem, contudo, ser subestimadas, posto que representaram uma *refundação dos hábitos e costumes vigentes* na transição da Idade Média para a Idade Moderna. A abordagem costumeira, quando muito, enquadra esse fenômeno como sendo responsável por “desenraizar” os indivíduos dos locais aos quais as histórias dos seus ancestrais os haviam fixado e os enviar para se tornarem “exército de mão de obra industrial” nas cidades.

A respeito do período mais recente do movimento dos cercamentos, já dentro do ciclo da Revolução Industrial, ou seja, depois de 1800, houve ao longo do século XX um intenso debate acadêmico sobre o papel que esses cercamentos desempenharam na formação da mão de obra industrial ou da concentração fundiária⁶¹. Alguns estudos argumentam que isso de fato aconteceu, outros, contudo, relativizam o impacto dos cercamentos na mobilização da mão de obra agrícola e, posteriormente, industrial. Levando, entretanto, em consideração os pontos abordados no começo dessa subseção e enfatizando a *preponderância* não econômica da terra, ou seja, os papéis mais amplos das relações que os indivíduos e comunidades estabeleciam com esse recurso, uma crítica que pode ser proposta em relação a esse debate acadêmico. As transformações sociais relacionadas à posse e ao direito de uso da terra, fossem elas os cercamentos ou a migração voluntária no sentido campo-cidade, indicam consequências que vão além do econômico, adentrando firmemente no campo sociológico e político, isso somente pode ser percebido ao se abandonar a visão estreita da economia, algo que os historiadores dos condados ingleses não realizaram na construção das suas narrativas, o que levou a todo tipo de discordância sobre os reais efeitos dos cercamentos, desde a superestimação dos efeitos até quase à negação dos mesmos (NEESON, 1996; EDWARDS, 2001; MINGAY, 2002).

Existem duas grandes explicações para o movimento de cercamento das terras comunais, uma apoia-se no comércio internacional e nos preços da lã, matéria-prima que fazia parte do circuito industrial lanífero responsável por lançar a Inglaterra no comércio de longa distância, a outra que se contrapõe à visão que preconiza os preços enfatiza aspectos agrícolas, em especial uma suposta redução da fertilidade do solo, fruto de séculos de cultivo que esgotaram a capacidade produtiva das terras comuns (ASHLEY, 1906 [1893]; LENNARD, 1922; BRADLEY, 2001 [1918]). Quaisquer que tenham sido as *causas* desse movimento de

⁶¹ A seguinte lista de trabalhos exemplifica a amplitude das discordâncias, sem, no entanto, ser exaustiva: Chambers (1953), Gray (1910), Davies (1978), Mingay (1983 [1968]), Hunt (1959), Shaw-Taylor (2001) e Turner (1973); Turner (1975).

cercamento das terras comunais, elas fogem ao escopo desse trabalho, mais importante para os objetivos agora em vista foram as *consequências* desse acontecimento⁶². Estas podem ser separadas em duas categorias: política e econômica; ambas com repercussões sociais relevantes. A constatação de que a Inglaterra, no século XVII, ainda estava longe de ser uma potência econômica do primeiro ranque, aponta para que a investigação comece pelas *consequências políticas*.

Edwards (2001) caracteriza o final das guerras civis inglesas, período de transformações políticas-governamentais, nos seguintes termos:

Sem dúvida, houve uma mudança política significativa e, embora o capitalismo inglês estivesse em andamento há algum tempo, não se deve subestimar a morte do feudalismo fiscal ao avaliar o crescimento da agricultura capitalista ou a abolição de monopólios e no sucesso da promoção da “revolução comercial” da segunda metade do século XVII (EDWARDS, 2001, p. 401).

Que os cercamentos tiveram um papel importante no que ele chama de “crescimento da agricultura capitalista” parece estar além de sérias discussões, seja por ter possibilitado o aumento da racionalização da exploração da terra, ou pelos ganhos de escala no seu cultivo. A nova configuração do campo acrescentou, todavia, novos fatores à vida política inglesa do final do século XVII e início do século XVIII, o que pode ser visto por duas vias.

Primeiro, o período de transição do feudalismo para o capitalismo viu uma *normalização* das noções de propriedade⁶³ próprias ao capitalismo moderno, para além daqueles setores econômicos nos quais a propriedade é um fator indispensável, como no comércio; essa normalização há de ser creditada, ao menos parcialmente, aos aspectos legais presentes na *chancela estatal* dos cercamentos (parlamentares), especialmente nos séculos XVIII e XIX (SEVILLA-BUITRAGO, 2012). Entretanto, mesmo antes do período mencionado é preciso ressaltar o impacto de tais transformações; não apenas a Igreja, a monarquia e a alta nobreza detinham o direito de possuir terras e utilizá-las ativamente nas suas estratégias de ascensão social e disputas de poder, mas também a pequena aristocracia e a burguesia emergente nos círculos comerciais, essa é uma transformação que não pode ser negligenciada. Ao passo que as transformações fundiárias promoviam a *redistribuição e concentração ou dispersão do poder*, a inserção da terra, um fator político e econômico, na lógica capitalista

⁶² A ideologia das motivações que sustentaram os cercamentos estão inseridas, contudo, dentro do escopo mais amplo desse segundo capítulo, que é o de identificar o papel desempenhado pelas teses do liberalismo clássico nas transformações sociais que propiciaram o domínio britânico no século XIX. A relação entre a ideologia e suas motivações será abordada ao final do capítulo.

⁶³ Tal normalização não implica o surgimento, mas sim a difusão de uma concepção diferente daquela vigente no que diz respeito à propriedade. Tais transformações não estiveram confinadas apenas no campo, *locus* dinâmico da vida política medieval, as cidades também passaram por esse processo de mudanças nas percepções da propriedade privada e dos espaços coletivos, propriedade da comunidade (HARDING, 2002).

serviu como uma espécie de *acomodação* das classes mais altas da escala social com os preceitos capitalistas⁶⁴.

Segundo, se o período de transição da Idade Média para a Idade Moderna pode ser compreendido como de busca por justificativas do poder não lastreadas *apenas* na tradição e na mística e, *a priori*, disponíveis para todos aqueles que gozavam das faculdades da razão, então as questões relacionadas à legitimidade dos poderes constituídos estavam no cerne do debate político (RAWLS, 2008). Como a terra era uma das fontes de poder e estava sendo inserida no contexto do capitalismo emergente, há de ser considerada como uma das principais pontes entre o passado feudal e o futuro capitalista. Entre a política do passado, uma na qual havia uma miríade de determinantes e marcas de distinções: a família, o casamento, o local de nascimento, os cargos ocupados na máquina governamental e outros, para a política do futuro, na qual esses fatores ainda que continuem a exercer sua influência seriam obrigados a conviver com o peso cada vez maior da riqueza material (SCOTT, 1982; WRIGHTSON, 2013). Compreensivelmente, as ligações entre o público e o privado - uma das abordagens do problema da legitimidade -, isto é, as obrigações para com os poderes seculares e eternos e as contrapartidas desses poderes para os indivíduos estavam na ordem do dia. Obviamente, essas ligações não se davam, como se dão hoje na esfera dos direitos universais, estavam, antes, relacionadas às questões religiosas e principalmente aos fluxos que garantiam a subsistência do governo, ou seja, à taxaço e à *existência, perpetuidade e segurança* da propriedade privada. Esse é um dos pontos dos quais se pode derivar a absoluta importância dos direitos de posse e uso da terra (ver a citação de Edwards no início dessa subseção).

Nesse ponto os cercamentos parlamentares (*Parliamentary Enclosures*) do século XVIII e XIX desempenharam um papel relevante. Do ponto de vista econômico, se os custos financeiros relacionados ao movimento de cercamento das terras forem tão elevados quanto expôs (TURNER, 1973), então temos mais uma indicação do potencial deletério que poderia causar naqueles proprietários ou ocupantes que alugavam as terras, uma vez que esses provavelmente não poderiam fazer aos custos relacionados ao cercamento, o que reforça o potencial de criação da reserva industrial de mão de obra.

É também na esteira dos cercamentos que emerge uma série de perturbações

⁶⁴ E no caso do direito à propriedade de terras, não se tratava apenas da posse de mais um bem material como no caso do comércio local, ou dos “pequenos profissionais”, por exemplo, sapateiros, costureiros, e profissões afins, onde o grosso dos recursos estavam sob a forma de capital circulante, ou imobilizado em ferramentas de baixo valor. A terra dava acesso a toda uma série de oportunidades de progresso socioeconômico capazes de fazer o futuro de várias gerações. Situações semelhantes só estariam disponíveis naquelas atividades características da Revolução Industrial: a indústria de larga escala, o comércio de grande volume e as altas finanças.

socioeconômicas, ligadas ao empobrecimento do campesinato, das quais derivaram as *working houses*⁶⁵ e uma atitude voltada para a caridade e para o alívio dos infortúnios dos mais pobres⁶⁶. As transformações legais e econômicas representadas pelo movimento de cercamento das terras comunais, seus efeitos na *estruturação e estratificação social* do mercado de trabalho e suas relações com a vindoura Revolução Industrial são abordagens importantes para investigar os pensadores e reformistas sociais e as soluções que propuseram para os crescentes problemas da pobreza, desemprego e miséria. Como diversos desses pensadores podem ser incluídos com alguma ressalva na grande família do liberalismo econômico clássico, por exemplo, Jeremy Bentham, Nassau William Sênior e outros, as suas propostas de enfrentamento, suas mudanças de posição ou até mesmo o fato de negarem frontalmente a existência de quaisquer problemas sociais representam um dos pontos de conexão entre as transformações sociais que catapultaram a Inglaterra ao topo da dominação econômica e o liberalismo clássico.

A questão relativa à morte do *feudalismo fiscal*, ou seja, relativa às formas pelas quais a Coroa se mantinha financeiramente, e mais especificamente, as relações pelas quais *indivíduos e famílias*, ou grupos, buscavam manter, ou adquirir poder é de crucial importância para ilustrar a relevância que a propriedade da terra e as relações sociais baseadas nessa posse detinha na sociedade britânica.

Do ponto de vista político, enquanto a posse da terra era a “unidade política” básica, a concentração da terra implicava uma “*concentração de poder político*” fora da máquina governamental representada pela monarquia absolutista. O feudalismo inglês era a divisão desigual do poder político entre monarquia e as estruturas sociais que a sustentavam: lordes, barões, campesinato etc., e o próprio corpo político monárquico foi forçado a concentrar-se, não apenas geograficamente em Londres, mas também administrativamente devido a sucessivas guerras contra a França.

O surgimento do absolutismo no Ocidente causou transformações nos aspectos fiscais, militares e administrativos do estado feudal. Anteriormente, o monarca suserano, o maior proprietário de terras feudal, à frente da hierarquia, comandava obediência com base em laços de juramentos de lealdade prestados por vassalos que possuíam terras dele. O soberano comandava obediência não como a pessoa que residia no ápice da hierarquia, mas como o representante simbólico destacado da

⁶⁵ Casas mantidas, geralmente, em conjunto pela Igreja local e a administração pública nas quais os pobres recebiam acomodação e eram colocados para trabalhar, também eram conhecidas como *poorhouses*, casa dos pobres.

⁶⁶ Não que não houvesse ações de caridade anteriores à intensificação dos cercamentos das terras comunais. Tal atitude sempre foi uma parte relevante das paróquias inglesas e uma característica presente no comportamento das camadas mais altas do estrato social. O aprofundamento dos efeitos nocivos causados pelas transformações sociais, aumento populacional, desemprego, imigração exacerbaram, contudo, a necessidade das ações de caridade e também o endurecimento das ações “preventivas” contra a “vagabundagem”. Ver Beier (1978) para uma análise dos problemas sociais em Londres no século XVII.

unidade da classe dos proprietários. A posse de extensões extensivas do país não era mais um fator-chave na legitimação de seu poder, que se estendia por todo o reino (MARTIN, 1986 [1983], p. 110).

A “*concentração de poder político*” baseado na terra é a outra faceta, e o contrapeso, da racionalização expansiva da maquinaria estatal monárquica, haja vista que o monarca absoluto, apesar de não ser apenas o maior detentor de terras, não se desvincula da classe que lhe dá sustentação, tampouco pode se impor constantemente sobre as outras formas de expressão do poder, como fica claro nas Guerras Civis do século XVI.

Após a Reforma, a coroa possuía quantidades enormes de terra à sua disposição, e até o fim do seu reinado, Henry VIII havia vendido dois terços das antigas terras monásticas. O grosso dessas terras havia sido adquirida pela alta burguesia e por mercadores, que, assim, fortaleceram sua aliança com a coroa (SCOTT, 1982, p. 26).

Esse movimento representa duas tensões políticas interessantes do período. É, por um lado, um reforço da lógica política medieval - que possuía nas alianças entre burguesia agrária e Coroa o seu nexos - e, por outro lado, o esboço de uma nova lógica política “*semissecularizada*”. A primeira constatação baseia-se no fato de que os participantes políticos continuavam utilizando as mesmas ferramentas de acúmulo e exercício do poder, já a segunda constatação apoia-se no deslocamento, para as franjas da cena política, de uma instituição política relevante: a Igreja. Esse segundo movimento, no entanto, não retira dos “cálculos políticos” a religião, posto que esta foi transformada em ponto contencioso entre monarquia e parlamento e, talvez, mais importante ainda, entre as diferentes facções sociais que em momentos distintos se aliavam à coroa ou ao parlamento, o que permite caracterizar a nova lógica política como “*semissecularizada*”. Ou seja, a continuidade do exercício das lógicas antigas de redistribuição e angariamento de alianças apontava para o passado, enquanto a transposição da importância da Igreja na qualidade de instituição para a religião como exercício e direito apontavam para o futuro.

Scott (1982), ao ressaltar a relevância da terra, apenas confirma o que é possível intuir: qualquer modificação que sobreviesse às modalidades de posse e organização fundiária do reino só poderia resultar em transformações sociais substanciais:

Direitos de propriedade em relação à terra eram de fundamental importância para a determinação das chances de vida, relações de mercado sendo apenas de limitada importância em relação à propriedade fundiária. *Antes, os direitos de propriedade eram uma característica integral da ordem política feudal. A forma legal da propriedade na sociedade feudal estava inextricavelmente envolvida nas relações políticas que definiam e regulavam a posse da terra. Propriedade estava ligada à apropriação dos meios de violência, poder político e administração.* Nesse sistema, a unidade política e a unidade de produção coincidiam em uma estrutura coercitiva de exploração aberta e direta. Havia, resumidamente, ‘um amalgama jurídico de exploração econômica com autoridade política’ (SCOTT, 1982, 7). [grifo nosso]

É parte dessa análise o reconhecimento de que a economia agrícola não dizia respeito somente àqueles que dependiam dela diretamente, *i.e.* fazendeiros, proprietários, trabalhadores rurais, mas era também de suma importância na vida da pequena vila longe dos grandes centros urbanos. Assim, as alterações na distribuição e no uso da terra não impactava apenas os que perdiam acesso à terra e aos direitos comunais, mas também os profissionais liberais das vilas, dos condados interioranos, os pequenos comerciantes e por último, mas não menos importante, impactava fortemente os grandes proprietários de terra, já que o seu prestígio, posição política e a sua influência local dependiam do nível de riqueza e status que alcançavam (WILSON, 2002).

Uma última observação basta para delimitar o papel político que a propriedade da terra detinha naquela sociedade que foi o berço do liberalismo político-econômico e do capitalismo moderno.

A Revolução Industrial pode ser considerada a principal gênese dos atores e papéis sociais que definiram a contemporaneidade. Assim, independentemente de termos como referência em mente os mercadores globais e suas redes de comerciantes locais ou os industrialistas que comandavam seus “exércitos de mão de obra” e as relações internacionais que estabeleciam, é preciso sempre retornar à Revolução Industrial não tanto como o marco histórico zero, mas como uma história da difusão da sua racionalidade. É nessa perspectiva que a Revolução Industrial prova ser o marco de um novo mundo, um mundo “distinto e distante” do mundo medieval.

Apesar da ruptura com o passado, mesmo esses novos atores sociais pagavam o dízimo à velha ordem social, e isso se dava independentemente das vias pelas quais amealharam as suas riquezas. Tivessem eles “se construído” no comércio, na indústria ou nas altas finanças, a inserção em uma sociedade que se industrializava ainda era realizada pelas antigas vias da respeitabilidade, era realizada no entremeio das relações características de uma sociedade proprietária de terras.

Além das atrações sociais, a terra produzia rendas estáveis (ao menos em comparação com o comércio), permitia a obtenção fácil de empréstimos baseados na sua segurança, e provinha as qualificações de propriedade necessárias que eram essenciais para se tornar um juiz de paz e M[embros] do P[arlamento] ... Enquanto os recém-chegados vivessem de acordo com regras não escritas da antiga alta nobreza latifundiária, apreciassem a caça, o tiro e, antes da década de 1770, a rinha de galo, não fossem extremistas na religião, política, e enquanto fossem acolhedores, aparecessem nas assembleias locais e nas reuniões de corrida, tratassem os inquilinos de maneira generosa e justa, educassem seus filhos como os dos outros proprietários de terra, e no geral mostrassem as boas maneiras da sociedade educada, eles rapidamente foram aceitos no condado... Verdade, o pariato [*peerage*] se mostrava uma crosta no topo quase impenetrável, no entanto, nos níveis mais baixos houve uma clara aceitação, em suas fileiras, daqueles recém-chegados que conheciam os mundos

das finanças, do comércio e da indústria... Claramente, todas as partes desfrutavam do poder político, recursos culturais e de lazer e benefícios econômicos que a propriedade de terra conferia. A busca por objetivos não parece ter impedido a maioria dos proprietários de terra visionários que participaram, e de fato encorajaram, essas mudanças que um comércio interno e internacional e o desenvolvimento agrícola exigiam (WILSON, 2002, p. 170).⁶⁷

Ao mesmo tempo em que a reorganização e concentração fundiária contribuía para fazer avançar a racionalização e concentração do poder político, ela, também, alijava a terra dos antigos usos para inseri-la no processo capitalista de geração de excedentes monetários e possibilitar à Inglaterra uma inserção nos mercados internacionais em um patamar superior àquele de tempos anteriores (SEVILLA-BUITRAGO, 2012). A *agricultura capitalista*, da qual falava Edwards (2001), fruto econômico das transformações fundiárias - cujas principais expressões foram cercamentos parlamentares das terras comunais e as inovações nas técnicas produtivas - desempenhou diversos papéis importantes no advento da modernização inglesa. Foi a avenida para a criação do mercado de mão de obra nacional, contribuiu para elevar, em algumas partes do reino, a produtividade do campo, forneceu alimentos para uma população que crescia rapidamente⁶⁸ e matéria-prima para consolidar o monopólio inglês na indústria lanífera e assim subir na escala do valor agregado da sua produção. As *regras de sociabilidade do campo* serviram ainda para acomodar as transformações sociais causadas pelo desenvolvimento econômico, fato que não poderia deixar de reverberar na política inglesa.

Os cercamentos das terras comunais não *ajudaram apenas* a criar uma massa de trabalhadores sem-terra, dependentes no mercado para obterem uma renda; não *contribuíram apenas* para a concentração fundiária, tampouco *foram apenas* movimentos com implicações políticas. Os cercamentos fizeram tais coisas e fizeram mais, é possível construir uma metáfora tomando emprestado uma palavra que era chave para entender a economia agrícola feudal e que representou a concretude dos cercamentos das terras comunais. Os cercamentos alteraram profunda e irreversivelmente o *campo (field)* no qual se desenrolava a vida, coletiva e individual, fizeram isso porque, assim como outras avenidas, foram parte do caminho trilhado na “modernização” que o capitalismo representou face ao feudalismo. Entremeio a essas transformações, a nobreza buscava se “modernizar” e a burguesia buscava a aceitação social da sociedade que tinha na terra uma das suas principais representação de poder, aparentemente

⁶⁷ As tendências estruturais por mais relevantes que possam ser, e um dos objetivos primordiais dessa dissertação é enfatizar a relevância de tais aspectos, não podem ser consideradas como responsáveis por todos os desenvolvimentos que vieram à luz no período, a “política de interesse”, por exemplo, desempenhou um papel substancial nas decisões econômicas parlamentares (ROGERS, 2002). A dinâmica colonial é outro fator a ser considerado no que diz respeito às transformações do século XVIII e XIX.

⁶⁸ Estima-se que na Inglaterra e no País de Gales a população tenha “quadruplicado entre 1700 e 1860” (WILSON, 2002).

sem planos de longo prazo, mas em busca dos ganhos financeiros de curto prazo é que se criaram as condições para a transformação da Inglaterra.

2.2. TRABALHO: DA INTERDEPENDÊNCIA COMUNITÁRIA PARA O INDIVIDUALISMO COLETIVIZADO DAS FÁBRICAS

Toda a *cronologia e sequência lógica* que levou as sociedades, primeiro a britânica, do período feudal para o período capitalista-industrial está sujeita a debates, isso porque ela é marcada por continuidades e descontinuidades, por inovações organizacionais e de mentalidade e por retornos às formas antigas de estruturação das relações socioeconômicas.

Por um lado, dada a natureza gradual das mudanças, é complexo traçar uma linha demarcatória clara e precisa entre os dois sistemas, ou mesmo estabelecer com precisão as diversas fases de transição, mesmo porque houve períodos nos quais a sociedade caminhava em direção a uma maior consolidação daquelas características essenciais do capitalismo, como o aumento do trabalho assalariado no século XII, seguidos por “retornos” aos modos feudais de organização produtiva, como o aumento do trabalho servil e a queda do comércio nos séculos XIII e XV (DOBB, 1950 [1946]). Em outros termos, houve avanços, mas não uma marcha impetuosa para a consolidação do capitalismo; mesmo em pleno século XIX há indícios de resistência das antigas formas de sociabilidade não capitalistas (NEESON, 1996).

Tendo exposto tais argumentos, é necessário reconhecer como um fato bem estabelecido empiricamente que diversas características indissociáveis do capitalismo moderno, dentre as quais: o trabalho assalariado, a produção manufatureira, a utilização da moeda, a busca pelo lucro monetário, o *mercado*⁶⁹ já existiam antes que se pudesse falar em capitalismo (GILLINGHAM, GRIFFITHS, 2000). Ao mesmo tempo, essas características, ditas capitalistas, não fazem parte da definição de feudalismo, ou seja, não eram *centrais* para aquela estrutura social baseada na dispersão do poder político e em um sistema produtivo cuja sustentação era o trabalho servil não voltado para uma acelerada acumulação material. As características *ditas capitalistas* surgiam, antes, como novos aspectos, ainda que não seja possível estabelecer precisamente a data da sua emergência, que transformavam e direcionavam o feudalismo em caminhos que este não havia trilhado, apenas para depois retrocederem devido

⁶⁹ Mercado compreendido enquanto um conceito com dois significados distintos, mas correlacionados. Primeiro, e, talvez, mais significativo para uma sociedade pré-capitalista, um *espaço físico* onde pessoas compram e vendem produtos uns às outras. Segundo, a existência contínua da *possibilidade* de comprar e vender um produto *específico*: um mercado de roupas, por exemplo. Desnecessário enfatizar, que o mercado compreendido dessa maneira está longe da abstração que possui na ciência econômica dos dias atuais; todas essas expressões do conceito *mercado* estavam *imersas* em tradições, peculiaridades e contingências históricas, geográficas e temporais.

a alguma força externa ao sistema, e.g.: a Grande Peste do século XIV, alguma guerra mais prolongada, sucessíveis colheitas ruins.

Por outro lado, se a tarefa de delinear o momento “exato de transição” do feudalismo para o capitalismo é algo complexo ou, pela natureza do problema, impossível, não há quaisquer dúvidas de que por volta de meados do século XIX a Inglaterra era um país plenamente capitalista, não obstante as resistências práticas e ideológicas pertencentes a uma visão tradicional remanescente dos tempos da *economia moral*.

A Grã-Bretanha desenvolveu assim a combinação característica de uma base social revolucionária e, pelo menos em um momento - o período do liberalismo econômico militante - um triunfo abrangente da ideologia doutrinária, com uma superestrutura, aparentemente, tradicionalista e que muda lentamente (HOBSBAWM, WRIGLEY, 1999 [1968], p. 34-35).

Na seção anterior investigou-se a questão da *propriedade e uso da terra*, enfatizando, em especial, o aspecto político desse recurso. Nesta seção parte-se da mesma concepção de transição gradual para analisar o *trabalho*, aspecto ligado à questão da terra e elemento relevante no transcorrer do feudalismo e na emergência e consolidação do sistema capitalista de produção.

O trabalho é uma peça indispensável no processo de industrialização de modo geral, assim o foi nas primeiras experiências nos séculos XVIII e XIX, não tendo sido diferente com a Inglaterra. Tão importante quanto as colônias e os mercados que elas proporcionavam, foi a *capacidade produtiva* para abastecer esses mercados e justificar o domínio político, econômico e militar exercido sobre esses territórios. O que se pode argumentar sobre essa capacidade é que ela era composta, primordialmente, por dois fatores: mão de obra e capital produtivo-tecnológico. Esta seção, como exposto no parágrafo anterior, tem por objetivo o primeiro desses fatores. Dentro do quadro da formação histórica desse componente alguns comentários já foram expostos na seção anterior, busca-se aqui abordar outros aspectos sobre ele, bem como a relevância de algumas teses liberais a seu respeito. Algumas observações mais gerais sobre a Revolução Industrial se fazem necessárias, entretanto.

É interessante notar que a Revolução Industrial foi mais uma etapa no *processo de evolução do capitalismo*. O que essa Revolução realizou foi dar uma dinâmica distinta, possivelmente mais veloz, do que aquela que regulava o funcionamento do capitalismo até finais do século XVIII. Ao lado da mercantilização pela qual passaram as sociedades europeias ocidentais, a Revolução Industrial pode ser vista como a principal “ponte econômica” entre o feudalismo e o capitalismo.

Essa dinâmica nova pode ser caracterizada por três fatores. Primeiro, ela desencadeou

um aumento acelerado da produção, capaz de suprir não apenas o mercado interno, mas também de ser exportado em grandes quantidades para os demais países. Segundo, foi, em partes, consequência de uma aceleração no ritmo das inovações produtivas que se iniciaram na agrícola (OVERTON, 1996). Por fim, *iniciou importantes transformações sociais e econômicas, assim como consolidou inúmeras outras que já haviam sido colocadas em movimento desde, no mínimo, o século XV*⁷⁰.

Investigar a Revolução Industrial nessa luz permite adotar uma visão mais realista da evolução econômica e social pelas quais passou a Inglaterra na Era Contemporânea. Por meio dessa abordagem, o capitalismo pode ser visto como um fluxo histórico de longa data, no qual diversas atitudes e transformações podem ser vistas como pertencentes ao mesmo processo de constituição do capitalismo, ainda que em fases distintas. Por exemplo, as iniciativas no campo da agricultura de grande escala, que visavam mover seus produtos dentro de um mercado nacional, são estratégias empresariais claramente pertencentes ao capitalismo, mesmo que sua estrutura guarde resquícios do passado feudal, seja nas suas relações de poder ou nas modalidades de trabalho que lhe dava sustentação. O mesmo caráter capitalista pode ser vislumbrado nos movimentos de cercamento das terras comuns (*common lands*), das quais se poderiam extrair maiores rendas e produção. Há ainda um terceiro exemplo, a industrialização rural, por mais incipiente que tenha sido durante o século XVII, com indícios de que ela não fosse tão incipiente assim, também faz parte das estratégias capitalistas de aumento da renda e riqueza, ao menos por parte dos “empresários” e mercadores que viabilizaram a sua existência, o que possibilita incluí-la no processo de transição do feudalismo para o capitalismo, ou seja no processo de emergência da economia de mercado, dentro da qual, e apenas dentro da qual, uma Revolução Industrial poderia fazer sentido⁷¹.

Dentre os diversos exemplos citados acima, há um, a industrialização da produção manufatureira realizada no campo, que desempenhou uma conexão histórica e lógica entre as sucessivas fases do capitalismo, e que ao mesmo tempo tem *implicações importantes para o trabalho*. Do ponto de vista do indivíduo, as incipientes atividades industriais espalhadas pelo campo permitiam que os pequenos proprietários e trabalhadores rurais não estivessem completamente à mercê das oscilações agrícolas em um período em que ainda não se haviam

⁷⁰ É dentro desse terceiro ponto que a discussão sobre o *trabalho* pode melhor ser levada a diante, o que não implica que essa categoria não tenha sido relevante para os dois outros fatores.

⁷¹ Reconhecer essas transformações sociais e as estratégias individuais localizadas no seu cerne, mesmo em meio a todas as suas limitações, como etapas em um processo mais longo, permite que essas atitudes econômicas sejam encaradas como elementos coerentes, o que não requer consciência de classe, dentro do processo de consolidação da mentalidade capitalista, que pode ser resumida como a busca ativa por lucros monetários cada vez maiores.

difundido as importantes inovações em matéria de cultivo. Do ponto de vista estrutural, o sistema de *put-out*, no qual os intermediários (*middlemen*) distribuíam as matérias-primas pelos pequenos centros rurais de produção e se ocupavam de organizar a distribuição da produção nos centros urbanos, era um dos componentes de ligação entre o campo e a cidade, para além da produção meramente agrícola. A existência dos intermediários acarretava o aumento da integração econômica entre duas *espacialidades* com dinâmicas distintas e na emergência de um mercado nacional (OVERTON, 1996)⁷².

Tem-se, então, no aumento da produção rural não agrícola dois aspectos que merecem ser ressaltados. Primeiro, essa produção de uma gama de bens manufaturados - vestuário, utensílios domésticos, ferramentas e outros - cujo consumo não se dava primordialmente no local de produção, permitia às pessoas reduzirem sua exposição às oscilações do clima e das colheitas por meio de uma *tática* de diversificação de renda. Pode-se dizer que essa produção rural funcionava como *válvula de escape* para momentos de safras ruins e como meio de elevar o consumo nos momentos de boas safras ou ainda de entressafras. Segundo, a existência dessa alternativa foi um dos fatores que contribuiu para a inserção dos trabalhadores rurais na lógica de produção capitalista. Se por um lado ela funcionava como válvula de escape, era por outro um *estágio de treinamento* para as posteriores fases capitalistas, nas quais o trabalho puramente industrial não funcionava mais segundo as variações climáticas das estações ou da quantidade de luz natural, mas, antes, respondia às pressões de demanda e às oportunidades de ganhos monetários dos produtores locais e em especial dos intermediários. Por servir de *treinamento* a uma classe de homens, mulheres e crianças para o capitalismo industrial, a produção rural não agrícola deve ser encarada como um dos fatores da *proletarização* do trabalho.

Argumentou-se que a industrialização rural representa uma conexão lógica entre diversos aspectos do capitalismo emergente, porque suas premissas estão relacionadas aos aspectos mais amplos da economia agrícola, em especial, às mudanças nos direitos de posse e uso da terra, já discutidas na seção anterior.

Ter direito à terra, em um momento no qual a produção lanífera adquiria importância, era ver-se diante de um maior número de potenciais atividades econômicas. Possuir “direito” à propriedade da terra, em especial de grandes extensões, à medida que novas práticas e valores comerciais se irradiavam pela economia agrícola era estar na posição de extrair benefícios e riqueza material de uma maneira muito mais intensa do que seria possível sob o regime feudal, porque neste a produção nunca ou quase nunca visava excedentes vendáveis em larga escala.

⁷² O vigoroso crescimento urbano do século XVIII não pode ser posto de lado quando se analisa a necessidade e as tentativas de aprimoramento das técnicas de produção agrícola.

As transformações que a indústria têxtil desencadeou e que sobrevieram à organização do espaço produtivo rural implicava uma menor necessidade de mão de obra e uma maior possibilidade para a concentração fundiária, isso porque a atividade de pastoreio ligada ao circuito lanífero requeria substancialmente menos trabalhadores. Assim, aqueles que não possuíam terras eram obrigados a se dedicar ao setor no qual poderiam encontrar demanda para o seu trabalho. Se houvessem perdido o seu direito de acesso à terra, independentemente do expediente - elevação substancial dos aluguéis, cercamentos ou quaisquer outros - dificilmente poderiam fazer o caminho inverso, de trabalhadores que dividiam seu tempo entre o trabalho agrícola e a produção manufatureira localizada no campo.

Essa é uma das distinções primordiais entre, por um lado, os proprietários de terra e os demais acima desses e, por outro lado, os pobres, desprovidos e trabalhadores de toda sorte; o aprofundamento do capitalismo significava, para os primeiros, a possibilidade de acúmulo de renda e riqueza - de capital - para eles, a mobilidade social estava aberta e poderia ser galgada, com diferentes níveis de esforços, dependendo de onde se partia. Já para os trabalhadores, as diferentes profissões, fossem na agricultura ou na indústria, representavam pouca diferença real, eles permaneceriam pobres quaisquer que fossem as poucas escolhas que pudessem efetivamente realizar. Dentro do circuito lanífero ou na fábrica de alfinetes, observada por Smith, havia pouca importância entre as diversas posições que se poderia ocupar. As diferenças entre “cortar o fio, apontá-lo ou colocar-lhe a cabeça” pouco importavam, nenhuma delas trariam distinção social, raramente seriam notadas, a não ser pelos teóricos, e quase nunca resultariam em riqueza material. É partindo dessa *homogeneidade* que se avança para um dos pontos primordiais a respeito do trabalho e das teses liberais, *a pobreza*.

Em termos gerais, a maioria dos trabalhadores no século XVIII era pobre e muitos deles incapazes de sobreviver com as suas rendas sem alguma forma de suplementação oriunda dos auxílios *aos pobres (poor relief)*. Alguns eram miseravelmente pobres e a pobreza dependente podia ser uma condição prolongada, ou uma ocasional vivenciada em momentos de dificuldade particular ou em estágios desfavoráveis do ciclo de vida. Estimou-se, por exemplo, que entre 1760 e 1802 em Staffordshire, de maneira alguma entre os condados mais pobres, em um ano normal, cerca de 10% das famílias não conseguiriam comprar pão suficiente durante o ano, mesmo que gastassem todo o seu salário nisso. Em anos de preços mais altos dos alimentos, essa proporção dobrava, enquanto em anos de crises alimentícias, como em 1766 [ano da publicação da Riqueza das Nações], 1795-6 ou 1800-1, mais de 40% estariam nessa situação (RULE, 2002, p. 185).

O transcorrer do século XVIII pode ser caracterizado como o período no qual se deu a formação básica de um mercado de trabalho em escala nacional na Inglaterra. Portanto, a economia da qual Rule (2002) fala é uma na qual as premissas do capitalismo já se encontravam em estágio avançado de desenvolvimento. Se os trabalhadores desse século eram pobres, não

há muitos motivos para imaginar que os servos feudais estivessem em situação melhor em termos de riqueza ou de possibilidades de melhoria de vida. O feudalismo, ainda que não produzisse miséria difusa, jamais produziu acumulação material na mesma velocidade que o capitalismo, haja vista que era um sistema que visava a subsistência. A situação de baixo, ou inexistente, acúmulo de capital na qual estava inserida grande parte da população de que falava Gillingham e Griffiths (2000, p. 68) “os 44% da população que detinham 45% das terras [...] os 32% de *cottars* [trabalhadores agrícolas que ocupavam uma pequena propriedade rural em troca de trabalho] que possuíam 5% da terra [...] ou 14% de ‘homens livres’ que não possuíam terra alguma” indica que, não obstante a transição entre os diferentes regimes de produção, os trabalhadores “verdadeiramente capitalistas” não se encontravam em uma situação substancialmente melhor do aquela na qual se encontravam as pessoas que viveram no feudalismo.

A ponte pela qual os trabalhadores passaram de uma margem do rio para a outra era, indiscutivelmente, a ponte da pobreza. Esse elemento é a característica essencial da evolução da “classe” de indivíduos que efetuou a transição do sistema feudal, baseado na produção comunitária e na existência de direitos comuns, para o sistema capitalista, no qual cada um era responsável por seu próprio sustento. No século XVIII, a explicação mais aceita para o fenômeno da pobreza era a malthusiana. Ainda que Malthus tenha encontrado inúmeros e implacáveis críticos, o seu dogma moral e religioso permeava as respostas e análises até mesmos dos reformadores sociais, de sorte que a visão que embasava o olhar dos industrialistas, proprietários de terra e dos funcionários públicos tendiam a enfatizar a falta de *previdência* dos pobres. Contrariamente aos argumentos que foram expostos até o momento, que enfatizam uma série de arranjos institucionais e a concentração de poder político-econômico como elementos que permitiram a uma pequena parte da população negar à outra o acesso aos meios de produção, as doutrinas malthusianas e tantas outras correntes colocam *os pobres como responsáveis pela sua própria pobreza*. A improvidência, o baixo nível moral que faziam com que os pobres tivessem “mais bocas do que pudessem alimentar” e a sua tendência a trabalhar apenas até obter os meios necessários para se manterem no nível de subsistência eram os principais fatores explicativos da situação que acometia a vasta maioria da população (HUNT, 1989).

A importância do problema da pobreza pode ser apreendida através das maneiras pelas quais o poder aristocrático se posicionou face a tais questões. Exemplar nesse quesito é o fato de a primeira Lei dos Pobres (*Poor Laws*) ter sido promulgada no final do século XVI, mais especificamente em 1597. A relevância que essa legislação e suas revisões adquiriram ao longo

dos anos parece responder às mudanças no cenário econômico, bem como às transformações da “opinião pública”. Outro aspecto interessante reside em como essas legislações definiram obrigações para o Estado no que diz respeito às tentativas de aliviar a pobreza, tais obrigações, por serem verdadeiras *políticas públicas*, deixam um “rastro” de dispêndios públicos e por isso permitem investigar qual peso um determinado assunto, nesse caso o alívio da pobreza, detinha face a outras preocupações.

Nesse sentido Boyer (2006) realizou um amplo estudo sobre a Lei dos Pobres entre 1750 e 1850 na Inglaterra. Seu trabalho demonstrou que a Lei dos Pobres se torna relevante já nas décadas subseqüentes à sua promulgação, assumindo grande relevância como ação anticíclica em momentos de alta dos preços agrícolas, nos quais havia uma tendência à contração dos salários reais dos trabalhadores rurais⁷³.

O aumento do preço do trigo levou a um aumento acentuado no valor das terras aráveis, o que, por sua vez, levou a mudanças significativas na distribuição de propriedades nas regiões produtoras de grãos do sul e leste. Em áreas onde o sistema de campo aberto ainda existia em 1750, como East Anglia e South Midlands, a redistribuição de propriedades foi realizada em grande parte pelas grandes ondas de cercamentos dos campos abertos, campos comuns [*commons*] e áreas não utilizadas [desperdiçadas - *waste*] que ocorreram durante os anos de 1760 e 1770 e também durante as guerras francesas (1793-1815). Nas áreas produtoras de grãos, onde as terras aráveis haviam sido cercadas antes de 1750, incluindo grande parte do sudeste, as terras que antes eram consideradas marginais e deixadas para os trabalhadores agrícolas eram agora reclamadas por seus proprietários, uma vez que os altos preços do pão as tornavam lucrativas para serem cultivadas (BOYER, 2006, p. 32).

Na transição do feudalismo para o capitalismo, as ações de mitigação da pobreza desempenharam outros papéis além daquele explícito de aliviar a situação dos indivíduos mais desfavorecidos da sociedade. Uma vez que as maneiras de exercer o controle social do feudalismo se diluíam à medida que suas sociopolíticas estruturais baseadas na terra desapareciam, era necessário a implementação de outros mecanismos que pudessem ser utilizados na estruturação do mercado de trabalho; nesse campo as políticas de *alívio da pobreza* foram usadas intensamente e em todos os níveis.

No plano intelectual, seja na explicação malthusiana, que é a *antiajuda social* ou na visão de muitos reformadores, que compartilhavam algumas premissas malthusianas, o caráter

⁷³ Outro ponto interessante é a ampla gama de instrumentos de que dispunham as paróquias (as unidades políticas) responsáveis pela administração da Lei dos Pobres. Tais instrumentos podiam ser divididos em dois grupos: *outdoor relief* e *indoor relief*. As ações que caíam na primeira categoria, geralmente, envolviam medidas de complemento de uma renda mínima de subsistência utilizada em momentos de depressão da atividade econômica ou de preços substancialmente elevados. Já o *indoor relief* centrava-se em uma instituição chamada *Wookhouse*, locais mantidos pelas paróquias, sozinhas ou em consórcio, destinadas admitir os demandantes de ajuda pública, nessas casas de trabalho, os trabalhadores poderiam ser colocados para desenvolver algum tipo de atividade econômica, o que segundo Boyer redundou em fracasso em praticamente todas as tentativas. De maneira geral, as *Workhouses* foram construídas com o intuito de desencorajar a demanda por auxílio público sob a Lei dos Pobres (BOYER, 2006).

essencial das análises é o seu aspecto de *correção moral*. Aqui há uma tênue distinção a ser feita: inúmeras iniciativas propostas pelos reformadores sociais continham aspectos importantes como o aumento do nível educacional e o ensino de novas habilidades para a reinserção no mercado de trabalho, contudo tais atitudes quase sempre eram acompanhadas por uma atitude moralizante, em alguns casos ancorada em alguma visão religiosa. Em quase todos os casos havia uma forte crítica contra o uso de bebidas alcóolicas e se recomendava que os indivíduos não se entregassem a momentos de lazer. No plano das práticas governamentais, as soluções encontradas para mitigar a pobreza dos trabalhadores estavam centradas em criar incentivos que conduziam os trabalhadores a não necessitarem de tal ajuda; em especial após a Lei dos Pobres de 1834, ou se ainda assim solicitassem ajuda, que a experiência fosse tão repulsiva que os indivíduos logo a abandonariam. Entre esses esquemas, os mais famosos foram, sem dúvidas, as *Workhouses*. A própria linguagem utilizada na época denota o espírito no qual o *combate à pobreza* era levado, é notória a utilização da palavra “*industrious*” para designar aqueles indivíduos que mereciam ajuda pública para aliviar suas dificuldades temporárias, eles eram considerados merecedores de tal ajuda, em contraposição aos *idles*, *vagabonds* (SEVILLA-BURITAGO, 2012).

Tais processos não são dependentes de teorias econômicas e ou doutrinas especificamente criadas para eles, contudo, a criação e ou a existência de tais elementos confere maior legitimidade aos diversos participantes nas disputas econômicas e políticas. Nesse sentido, o papel desempenhado pelos pensadores econômicos liberais é importante. Eles ajudaram a popularizar uma versão capitalista da *dicotomia entre trabalho e diversão*, que possuía um significado completamente distinto na sociedade agrária comunitária. Essa dicotomia estava impregnada de preconceitos liberais, mas que na economia agrária estava ligada aos *ritmos* dessa economia, sendo assim incompatíveis com o *tempo* da economia capitalista. Do que se depreende que o sujeito *industrious* é aquele que tenta a todo instante maximizar suas situações monetárias, enquanto os *idles* e *vagabonds* são aqueles que se agarravam às antigas formas de sociabilidade. Assim, o que os pensadores liberais imaginavam ser uma *preferência* pelo lazer, em detrimento da incessante busca por mais riqueza e renda, eram na verdade tentativas de se apegar a um passado que já não existia mais e que não voltaria a existir, nesse sentido o liberalismo econômico clássico atuou como uma forma de *controle social*, substituindo antigos códigos de conduta e definindo *expectativas* aos novos agentes sociais (APPLEBY, 1976; SEVILLA-BUITRAGO, 2012).

Outra estratégia intelectual recorrente era caracterizar os trabalhadores como irracionais, segundo a ótica da racionalidade econômica estreita, isto é, de maximização de

rendas. Segundo Appleby (1976) “Ao contrário, a irracionalidade econômica do pobre era assumida, a solução era treiná-los para os hábitos do trabalho” e para treiná-los quaisquer meios que pudessem ser utilizados, deveriam ser utilizados. Um dos objetivos era eliminar a parca independência econômica dos indivíduos em relação ao mercado de trabalho.

Francis Gardner colocou o argumento do salário baixo sucintamente: ‘Os pobres, se o trabalho de dois dias os mantiver, não trabalharão três: e nossas manufaturas nunca são tão bem trabalhadas quanto, em um período de comércio aborrecido, quando pagamos menos pelo Obra, e ainda assim os Pobres vivem tão bem quanto no tempo da maior abundância, se eles tiverem apenas um curso completo de trabalho’ (GARDNER, 1696 [1697], p. 16 *apud* APPLEBY, 1976, p. 513).

Colocando a situação dos trabalhadores nesses termos, a política estatal de auxílio aos mais pobres era uma resposta esperada face à destruição dos antigos modos de organização socioeconômica. Mesmo um autor da estatura de Polanyi (2001 [1944]), deixando-se levar por elementos presentes na análise malthusiana, não conseguiu capturar a essência do sistema de *Speenhamland*⁷⁴, se como o autor aponta, corretamente, essa solução encontrada para o problema da pobreza no campo possuía inúmeros problemas, estes eram apenas resultado da situação absolutamente desfavorável na qual se encontravam aqueles a quem almejava ajudar.

A questão da pobreza fica nitidamente presa a um espectro de atitudes e opiniões conflitantes, o que pode explicar porque houve poucos avanços efetivos no sentido de resolver esse problema. É necessário ressaltar que a pobreza ou a percepção dela aumenta à medida que aumenta a riqueza de outra parcela da sociedade, de maneira que não parece se tratar de falta absoluta de riqueza, mas sim de uma má distribuição dela. De um lado, a transformação do Estado do Antigo Regime no Estado da “sociedade capitalista” representou a lenta, mas completa, adoção da tarefa, que lhe foi confiada pelos teóricos liberais, de ser defensor da propriedade privada, e ele a exerce muito bem. Como exemplo dessa conduta tem-se a promulgação das Leis Contra o Conluio (*Act of collusion*) na virada do século XVII para o século XVIII que visava impedir que os trabalhadores pudessem se associar para barganhar salários mais elevados, para reduzir a carga de trabalho e melhorar, em geral, as condições de trabalho. Tão relevante quanto essa política, no entanto, foi o fato de que esse mesmo Estado pouco fez para reduzir o poder monopolista dos empresários. A resultante dessas ações foi transformar o Estado não apenas no defensor da propriedade privada, mas também em uma espécie de *garantidor* da sua rentabilidade, posto que comprimia um dos principais custos de

⁷⁴ O sistema de Speenhamland tem esse nome porque a sua criação se deu em Speenhamland, Berkshire em 1795. Esse sistema de auxílio aos pobres entra categoria de *indoor relief* e era do tipo de “complemento de escala” (*allowance scale*), consistia, basicamente, em um complemento de renda variável baseado no custo do pão e no tamanho da família dos trabalhadores.

produção, o da mão de obra.

Do outro lado, esse mesmo Estado que se transformava, a partir do final do século XVI, criou leis que tentavam de alguma maneira aliviar a situação de pobreza, ainda que se possa chamar atenção para o caráter cada vez mais severo das suas revisões. Vislumbra-se nessas tentativas a intenção de resguardar em alguma medida as velhas expectativas forjadas em meio à estrutura feudal. O que as disparidades entre essas duas frentes apontam é um conflito latente e a história da formação do mercado de trabalho e do “combate à pobreza” é a história da transformação do Estado cujo nexos se desloca para a proteção da propriedade privada, ao passo que se distancia das “obrigações morais” herdadas do feudalismo.

Argumentou-se sobre alguns aspectos relacionados à pobreza dos trabalhadores, mas quão prevalente era esse problema? Em primeiro lugar é necessário ressaltar o vigoroso crescimento populacional. Segundo estimativas, a população passou de aproximadamente 5,06 milhões em 1701 para 16,74 milhões em 1851, o que por si só já é um fator para estimar um grande crescimento no número de trabalhadores assalariados. Há ainda uma dinâmica demográfica importante entretanto. O *boom* do crescimento da população urbana só foi possível com o advento de um substancial aumento da produtividade agrícola no final do século XVIII. Segundo Bairoch (1992 [1971]), no “início do século XVIII as sociedades mais avançadas mantinham cerca de 75% a 80% da sua população empregada na agricultura”, o que significa que cada produtor agrícola deveria produzir cerca de 20% a 30% acima do que o seu próprio consumo, de maneira que pudessem alimentar aqueles que não estavam engajados na produção de alimentos, com o aumento da produtividade rural, fruto de todas as transformações que já foram analisadas, “em um espaço de 40 a 60 anos, a passagem de um excedente médio de 25% passou para um excedente superior à 50%” o que possibilitou que uma parcela substancial da população pudesse se dedicar a outras atividades que não a produção alimentícia. Se for possível deduzir que com um excedente agrícola superior à 50% tem-se também aproximadamente metade da força de trabalho fora da produção alimentícia, relação próxima à usada por Bairoch, então isso implica que na segunda metade do século XVIII metade da população só acessava o básico à existência humana, alimentos, por meio do mercado e do dinheiro. Em outras palavras, aproximadamente, metade da força de trabalho inglesa no final do século XVIII precisava vender sua força de trabalho para então adquirir alimentos e com isso as oscilações da atividade econômica exerciam seu peso em uma parcela da população cada vez maior.

Overton (1996) oferece estimativas que reforçam essa conclusão, durante grande parte do século XVIII nota-se uma correlação positiva entre o aumento dos preços dos produtos

agrícolas e o aumento populacional, o que implica uma incapacidade da oferta de alimentos em acompanhar o crescimento populacional, contudo, após 1781 (gráfico 3.5), essa correlação se inverte até o acirramento das Guerras Napoleônicas, na primeira década do século XIX. O fator explicativo imediato na inversão dessa tendência foi o aumento substancial de produtividade agrícola, tal como o autor analisa ao longo do capítulo 3 do seu livro. Outro aspecto demográfico relevante é a mudança na distribuição fundiária, ainda segundo Overton (1996), os fazendeiros que possuíam propriedade total da terra, com direito à alienação (*yeomen freeholders*), detinham cerca de 20% de toda a terra na Inglaterra por volta de 1436 e, apenas 10% em 1873. O outro lado desse dado é o consequente aumento do número de famílias sem a *posse da terra*, isto é, que não possuíam terra para prover os meios necessários à sua subsistência:

É uma questão bastante simples documentar o crescimento de trabalhadores sem terra no campo. De sua pesquisa sobre mansões (*manors*) em meados do século XVI, Tawney estimou que 12% das famílias não tinham terra e 38% possuíam menos de 5 acres. Provavelmente, isso é subestimado, pois pesquisas senhoriais ocultam subarrendamento. Cornwall conclui com base em evidências de subsídios que, na terceira década do século XVI, cerca de 20 a 25% da população mostrava sinais de pertencer a famílias sem terra. Em 1688, segundo King, dois terços das famílias estavam sem terra. Em 1851, trabalhadores agrícolas, pastores e empregados agrícolas formaram 73% de todos os que trabalhavam na terra; se os servidores são excluídos, o número cai para 66% (OVERTON, 1996, p. 178)⁷⁵.

O aumento populacional e a redução da proporção de indivíduos que trabalhavam no setor agrário significam que, independentemente dos métodos utilizados para *privatizar* o direito à terra, essa redução não apenas ocorreu, como foi significativa⁷⁶. Assim, por mais que não se possa atribuir o total da transição do campo para a indústria apenas aos movimentos de cercamentos, como apresentados na seção anterior, eles certamente tiveram um papel importante, como também teve a imigração, em especial a irlandesa. Além dos cercamentos, da migração forçada dos irlandeses, em muitas instâncias causadas pela miséria e fome, há de se considerar como fator importante a migração voluntária oriunda da tentativa de obtenção de melhores condições de vida no setor mais dinâmico da economia, isto é, na indústria, cujo ritmo de crescimento se transformara na transição do século XVIII para o século XIX. A ocorrência

⁷⁵ Neeson (1996) conclui o seu trabalho argumentando que os direitos comuns (*common rights*) e os camponeses que ela chama de *peasants* sobreviveram por mais tempo do que a corrente ortodoxa do pensamento histórico decretou. Argumenta que ambos os elementos ainda poderiam ser encontrados, em grandes números, em pleno século XIX. Na verdade, não há maiores motivos para que o presente trabalho se atenha às inúmeras discordâncias entre os historiadores, o conteúdo histórico apresentado nesse trabalho visa indicar questões mais relacionadas à lógica da evolução econômica, do que às datas propriamente ditas.

⁷⁶ Enquanto a população multiplicou-se por 3 entre 1701 e 1851, a proporção de indivíduos trabalhando no campo passou de 2,78 milhões em 1700, para 3,84 milhões em 1850. Para estatísticas sobre o crescimento populacional ver Overton (1996) Figura 3.1 e Tabela 3.5, para as estatísticas da população ligada às atividades rurais ver Overton (1996) Tabela 3.8 na página 82.

desses elementos, o aumento populacional e a redistribuição fundiária e os movimentos migratórios, que claramente estão correlacionados, significa que a classe trabalhadora era, sem qualquer espaço para questionamentos, a mais relevante, numericamente, no início do século XIX.

É crucial compreender os impactos da formação do mercado de trabalho para os indivíduos, porque é efetivamente isso que passaria a definir as suas perspectivas de vida.

A organização capitalista da economia poderia forçar homens e mulheres ao mercado de trabalho, pois esse era o único lugar no qual eles poderiam ganhar os seus meios de subsistência, porém, a quantidade de trabalho que eles eram obrigados a vender dependia da taxa de salários (APPLEBY, 1976, p. 513).⁷⁷
Se esta terra [comum] cair nas mãos de alguns grandes agricultores, a consequência deve ser que os pequenos agricultores serão convertidos em um corpo de homens que ganham sua subsistência trabalhando para os outros e que terão a necessidade de ir ao mercado por tudo o que quiserem (PRICE, 1812 [1771], p. 147 apud SEVILLA-BURITAGO, 2012, p. 209).

A questão dos salários está no cerne de tais transformações. Em relação ao passado, a sua relevância reside na possibilidade dos indivíduos e famílias *se insularem* das exigências e lógicas da economia capitalista (NEESON, 1996). Para os trabalhadores com acesso a uma pequena parcela de terra, que se reduzia, ou ainda sem acesso algum, o salário que obtinham no mercado de trabalho era indispensável e dominava, praticamente, todos os aspectos das suas vidas. Para o trabalhador sem habilidades específicas, ou para as mulheres, crianças e idosos, para os pobres que não conseguiam influenciar ou barganhar melhores salários, o alastramento das noções capitalistas de mercado e de mercado de trabalho substituíram as tradições de expectativas mútuas enraizadas no seio de uma comunidade e as mudanças climáticas e sazonais, pelas oscilações no mercado e conseqüente variações nas taxas de salários. O preço para esses trabalhadores era submeter-se aos ditames não apenas do mercado de trabalho ou revoltar-se, como aconteceu em várias ocasiões, e enfrentar a repressão das classes políticas

⁷⁷ Na literatura especializada há duas grandes correntes de pensamento sobre os impactos dos cercamentos sobre a força de trabalho e o fornecimento de mão de obra para a indústria. A primeira enfatiza que os camponeses (por falta de melhor termo, haja vista a não concordância dos autores sobre a terminologia) já havia, em grande medida, sido eliminados do campo em meados do século XVIII, essa visão tende a reduzir a importância das ligações entre cercamentos e a indústria, de maneira que a contribuição que a primeira deu à última em termos de mão de obra foi limitada. Essa corrente de pensamento, contudo, não dá maiores explicações para o surgimento da mão de obra industrial, tampouco, explica o que foi feito dos indivíduos que perderam acesso à terra antes da metade do século, limitando-se a nos informar que se tornaram trabalhadores rurais diários, trabalhando a terra de outros proprietários. Na segunda corrente de pensamento, a ligação entre cercamentos e indústria é mais presente e direta, essa corrente defende, o que Appleby enfatiza nesse trecho, a ligação econômica que necessariamente surge para aqueles indivíduos que perdem acesso à terra. Trata-se, literalmente, de uma questão de subsistência, uma vez que para uma família perdia acesso aos direitos comuns (*common rights*) restavam poucas opções para que pudessem continuar tendo o mínimo de recursos para subsistirem. Mesmo os que ainda retinham alguma parcela de terra poderiam se ver obrigados a vender sua força de trabalho, por alguns dias na semana, ou se inserirem no circuito produtivo de alguma manufatura como meio de complementarem sua renda.

dominantes (THOMPSON, 1991 [1963]).

É por esses motivos que a política de cercamentos encontrou tanta resistência e quando a resistência não era possível, uma amarga resignação. Inúmeros *donos e usuários* resistiram em vender suas posses, porque isso significaria que seriam obrigados a se submeter à vontade de outros mais poderosos do que eles, sem que essa submissão estivesse imersa nas antigas relações de obrigação e reciprocidade que haviam marcado o passado. Concomitante a ter que vender sua força de trabalho para indivíduos com os quais só estabeleceriam uma relação de fluxos monetários, eles passariam a obedecer a uma lógica que era completamente distinta daquela dos seus antepassados, colocando em risco não apenas seu modo de vida, como também sua cultura e hábitos (APPLEBY, 1976; NEESON, 1996; SEVILLA-BUITRAGO, 2012).

A importância desses acontecimentos se faria sentir francamente no embate político ao qual a nova classe econômica se entregou já nas primeiras metades do século XIX. Diferentemente do passado no qual os *juizes de paz* tentavam arbitrar as disputas entre indivíduos com *capacidades econômicas distintas*, disputas essas onde os mais pobres tinham alguma chance de saírem vencedores, o sistema político do período da Revolução Industrial se tornou francamente hostil às demandas dos que estavam na parte de baixo da escala social. Thompson (1991 [1963]) começa seu livro sobre a construção da classe trabalhadora relatando a luta da *London Corresponding Society* pelo sufrágio masculino universal e a correspondente reação governamental a uma demanda completamente impensável, do ponto de vista das classes abastadas do reino. Claramente há uma ligação entre a situação econômica das classes mais baixas da sociedade e a sua demanda por maiores direitos políticos. Nesse sentido, pode-se postular que a emergência não apenas de uma nova classe econômica, mas também de uma nova classe política foi um processo engendrado dentro e pelo capitalismo que avançava.

Os séculos XVIII e XIX representam a presença mais marcante de um processo que começara antes e em outras partes do mundo. As cidades do território hoje pertencente à Itália e os Países Baixos se lançaram nas estradas que levariam ao capitalismo séculos antes. Coube à Inglaterra, contudo, com sua combinação de fatores únicos, realizar o rompimento definitivo e em escala nacional com a velha economia e os hábitos e costumes a ela associados. Dentro dessa combinação certamente pode-se incluir o fato de ter um território nacional relativamente vasto, sob o qual se conseguiu impor uma unidade política-territorial relativamente cedo, território esse que se via expandindo, em meio às guerras britânicas. Outro fator essencial foram as transformações que sobrevieram às modalidades de posse e uso da terra, que ao longo de séculos transformaram a maneira como a propriedade era percebida e usada no espaço da economia agrícola. Ligado a esse fato houve mudanças que impactaram aqueles que com o

passar dos anos passaram a depender cada vez mais de um mercado de trabalho no qual o único nexos entre as partes contratantes era o do dinheiro, uma das contrapartidas dessas mudanças era a pobreza e as diferentes maneiras através das quais foi percebida, remediada e utilizada como instrumento de *dominação* e conformação dentro do novo modo econômico de reproduzir a vida em sociedade.

Ainda dentro da lógica das transformações que alçaram a Inglaterra ao posto de potência econômica do século XIX, é necessário reconhecer que elas não se circunscreveram ao território nacional, muito pelo contrário. O componente econômico internacional foi relevante e sem ele, talvez, a história inglesa ficasse incompleta. A próxima seção elabora alguns argumentos sobre o aspecto internacional e a defesa da desigualdade.

2.3. O ESTADO LIBERAL INGLÊS DO SÉCULO XIX PARA O SÉCULO XX: O LIBERALISMO E A DEFESA DA DESIGUALDADE E DO IMPÉRIO

A teoria econômica dominante até o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) era, sem qualquer sombra de dúvidas, a teoria neoclássica. Essa teoria fundiu elementos conceituais novos, desenvolvidos nos três últimos quartos do século XIX - a análise marginal utilitarista e o equilíbrio geral⁷⁸ - com as antigas noções de filosofia política e a fé no sistema de mercado, entendido como o *principal mecanismo de organização da vida em sociedade*. No que diz respeito às suas crenças políticas, por tê-las herdado quase na sua totalidade, a teoria neoclássica divergia muito pouco da versão clássica, de fato, as adições teóricas marshallianas e walrasianas nunca foram realizadas no sentido de questionar os antigos axiomas, mas antes com o intuito de confirmá-los, de dar-lhes o padrão de cientificidade do século XIX, em meio à demanda por reformas sociais pontuais. Houve, certamente, o distanciamento da teoria do valor trabalho, mas isso se deu mais em função do novo uso político que Marx atribuiu à essa teoria, do que pela percepção de alguma falha intrínseca à teoria clássica. Isso posto, assim como a teoria econômica clássica do tipo *laissez-faire* dominou as mentes dos economistas, mais do que a das pessoas “comuns”, nos primeiros três quartos de século posteriores à publicação de *A Riqueza das Nações*, a teoria neoclássica carregou esse domínio até, no mínimo, a década de 1920.

Mas o que significa dizer que essa era uma teoria dominante? Na economia e, com algumas reservas, no campo científico de maneira geral diz-se que uma teoria domina se ela é

⁷⁸ O fato de o trabalho não ter abordado a teoria econômica neoclássica pode ser explicado por dois motivos. Primeiro, ainda que diversos temas e tópicos de teoria econômica tenham sido explorados, eles só o foram na medida em que contribuem para uma compreensão do fenômeno político aqui denominado como liberalismo clássico. Segundo, do ponto de vista da visão de mundo da teoria neoclássica houve pouca mudança na estrutura de crenças desenvolvida pelos economistas clássicos, Adam Smith, Jean-Baptiste Say dentre outros.

a mais aceita e praticada entre os especialistas, de modo que é dela que *se esperam* as principais respostas e explicações para os fenômenos econômicos observados, assim como é ela que dá origem aos desenvolvimentos mais propagados e promissores. Existe outro sentido, contudo, mais importante do ponto de vista das práticas sociais - que conecta ciência econômica, ciência política e direito - no qual se pode dizer que uma teoria é a dominante: *uma teoria econômica dominante é aquela do Estado dominante*. Nesse estado devem predominar certas formas de relações políticas, que associadas às condições econômicas e sociais específicas, permitem se falar em um *Estado dominante*. Na esteira do que foi argumentado ao longo das últimas 3 seções, a teoria econômica dominante era a teoria neoclássica, de origem liberal clássica, defendida e propagada pelo Império Britânico.

A incessante luta pela supremacia dos espaços interestatais europeus, que após séculos confinados aos domínios próximos desse continente se transportou para o além-mar, testemunhou a emergência da Inglaterra como hegemonia econômica, política e militar; o século XIX é o século da *Pax Britannica*, com todo o peso do termo. Esse domínio foi levado a cabo por um misto de novas concepções sobre o mundo, transformações sociais e políticas estatais, que quando não agiam no intuito de avançar o domínio britânico se esforçavam para derrubar as resistências internas e externas a ele (ARRIGHI, 1996; HOBSBAWM, 2015; 2017a; 2017b). São justamente as conexões entre circunstâncias históricas do século XIX, nas quais a consolidação da Inglaterra vanguardista do processo de transformação capitalista foi alcançada, e a teoria econômica dominante que moldam esta seção. Visto pelo prisma da ciência política, a questão relevante é: quais relações políticas a teoria econômica dominante ajudou a criar na Inglaterra da virada do século XIX?

Explorando mais essa indagação, é possível colocar o assunto da seguinte maneira. Quais seriam as conclusões sobre as atitudes do Estado britânico às quais o estudante das ideias chegaria, se seu ponto de partida fosse a teoria que dominou o pensamento da maioria dos homens práticos e acadêmicos do século XIX? Baseando-se nos conceitos que sustentavam a teoria econômica clássica e neoclássica, que resumidos preconizavam a não intervenção do Estado na vida econômica, talvez ele concluísse que o século XIX fora um tempo no qual vigoraram, por serem racionalmente superiores, as noções do mercado e da economia livres. Dentro dessa noção, o Estado agiria “administrando a justiça” em prol da defesa da propriedade privada e dos direitos individuais, desembaraçando o caminho para o avanço das formas descentralizadas de organização da riqueza produtiva, uma forma evidentemente superior a todas as demais. Assim, é por intermédio dos *indivíduos atomizados e auto-interessados* que a Inglaterra teria sido *catapultada* à posição de nação mais rica e poderosa do mundo,

sobrepujando as velhas potências europeias imperialistas: Florença, Gênova, Espanha, Portugal e Holanda. Se essa fosse a sua conclusão, ele incorreria em um erro histórico.

Nas demais seções do presente capítulo, foram apontadas algumas das engrenagens essenciais no processo de desenvolvimento da economia moderna e como elas estiveram sempre ligadas à capacidade de intervenção estatal. O Estado contemporâneo é fruto da sua versão absolutista, não da sua versão feudal, assim como a economia dos dias atuais resultou da complexificação da economia mercantil e não da economia agrária de subsistência. Há uma espécie de simbiose entre os planos político e econômico. A tensão criada pela ascensão da burguesia e suas necessidades pôs em marcha o desenvolvimento histórico desses dois componentes que viriam a ser a gênese do nosso tempo. Com as modificações que transformariam as bases econômicas do feudalismo, ou seja, que se concentrariam na terra e na agricultura, estavam lançados os vetores de evolução que desembocariam no século XX.

É importante reconhecer que o pensamento econômico sempre desempenha algum papel dentro de tais quadros de mudanças. No período de consolidação do poder monárquico, o mercantilismo foi útil para iniciar o processo que acabaria por sobrepujar a organização econômica feudal e consolidar a lógica da produção capitalista, ou seja, da produção pelo lucro monetário. A teoria econômica liberal dominante, que suplantou a *doutrina mercantilista*, também desempenhou um papel semelhante. No período de “descolamento” produtivo da Inglaterra *vis-à-vis* aos seus rivais europeus, a teoria dominante serviu como base para defender o *status quo* que emergiu da confluência histórica dos primeiros capitalistas britânicos, mas não como proponente *a priori* de teses que conduziriam ao crescimento econômico. Em outras palavras, a teoria econômica liberal serviu para a defesa e expansão de uma economia que *já havia reunido os condicionantes* para alcançar o papel dominante.

Até finais do século XVIII a Inglaterra ainda era um país fortemente mercantilista no seu comércio internacional. O exemplo que a teoria econômica clássica liberal reivindica como um *caso de sucesso* da aplicação das suas doutrinas é na verdade fruto da aplicação de outras ideias opostas às suas. Certamente a defesa da propriedade privada no campo foi um componente de extrema relevância para a Revolução Agrícola, passo necessário para a Revolução Industrial, mas a expansão e consolidação dessa modalidade de propriedade ao redor do reino não foi um exemplo do virtuosismo do mercado livre e só veio à luz pela atividade vigorosa de um Estado capaz de impor suas decisões legislativas, contrárias a séculos de tradições e costumes, de proteger a produção agrícola de concorrência externa e buscar incessantemente mercados externos para seus produtos (CAIN, HOPKINS, 1980).

Esse é apenas um dos exemplos aos quais se poderia recorrer, todavia, para demonstrar

o caráter intervencionista do Estado inglês. Para o alcance dos objetivos ora propostos esta seção busca investigar o papel da teoria econômica dominante e das suas relações políticas paralelas, na defesa de dois aspectos primordiais da Inglaterra no século XIX: i) a desigualdade econômica no âmbito doméstico e ii) o imperialismo no espaço internacional. Tratar-se-á agora desses dois aspectos.

Naquilo que diz respeito à defesa da desigualdade, ela foi posta de diversas maneiras e a maioria delas confluentes com o *processo de diferenciação econômica* pelo qual a Inglaterra do século XIX passou. Efetivamente, um dos elementos primordiais para uma economia capitalista é a existência de uma mercadoria praticamente inexistente em épocas anteriores, a mão de obra.⁷⁹ Enquanto mercadoria, a mão de obra diferenciava-se pouco de outras mercadorias básicas que serviam de insumos industriais, de maneira que a sua inserção no processo produtivo se dava em bases muito similares a das demais matérias-primas. Para o capitalismo, mão de obra e matérias-primas, representavam apenas custos, que deveriam ser minimizados no intuito de viabilizar a expansão produtiva na qual se basearam os domínios produtivo e financeiro ingleses⁸⁰.

É com relação a esse aspecto tão relevante para a desigualdade, o tratamento do trabalhador enquanto mercadoria, que a teoria econômica, em conjunto com a filosofia social da época, ajudou a consolidar a Inglaterra como potência capitalista. O processo produtivo voltado para o mercado, do tipo que se consolidou com a Revolução Industrial, exigiu uma oferta constante de mão de obra a preços relativamente estáveis, de preferência baixos, de maneira que um dos principais custos produtivos, o salário, não tornasse inviáveis a expansão e o domínio ingleses.

Assim, a captura das mentes e corações por parte da teoria econômica clássica, que era no campo social o *exemplo de racionalidade científica* e veículo de descoberta de leis naturais análogas às do mundo físico, atuou no sentido de *recrutar* o Estado para o campo do capital, fazendo-o exercer suas prerrogativas legislativas no sentido de disciplinar a crescente massa trabalhista que se amontoava nas cidades industriais.⁸¹ O século XIX abunda em exemplos de

⁷⁹ No terceiro capítulo a questão do trabalho e conseqüentemente do trabalhador voltará a ter um papel central na discussão sobre o caráter social da teoria desenvolvida por Keynes, mas em uma posição diametralmente oposta àquela associada à economia clássica.

⁸⁰ Vale lembrar que essa não é uma economia de consumo de massas, o consumo relevante durante os séculos XVIII e XIX é das classes abastadas.

⁸¹ Recrutar porque, diferente da visão sociológica de Smith de que a economia liberal era um caminho harmonioso de crescimento, o desenvolvimento industrial foi um campo de intensas disputas entre os diversos agentes econômicos, como notaram Malthus (1814, 1815) e Ricardo (2004 [1822]). Para além da facticidade do caráter belicoso inerente a uma economia capitalista, parte substancial do argumento liberal que sustenta que os estados, em determinadas épocas, caracterizavam-se como não intervencionistas, na verdade, ignora a *intervenção estatal estruturante* que rompe com as barreiras institucionais de proteção ao trabalho.

intervenções estatais que fizeram a balança econômica pender em favor dos capitalistas, dos proprietários de terra, dos rentistas e em detrimento dos trabalhadores. As reformas, cada vez mais severas nas Leis dos Pobres, a proibição da formação de sindicatos, a negação dos direitos políticos à parcela substancial da população, a não intervenção em momentos de crise econômicas são todos exemplos de *escolhas* estatais que ajudaram a construir uma sociedade social e economicamente menos justa. Em todos esses pontos é possível encontrar uma tese liberal, seja econômica ou política.

Já se observou como a teoria malthusiana foi utilizada para demonstrar que a pobreza era culpa dos pobres, mas há outra faceta desse argumento, uma que *normaliza* relações e percepções na própria estrutura do capitalismo e que não está restrita à teoria desenvolvida por Malthus. Com o seu princípio da população, Malthus fornece um dos argumentos mais claros para *igualar trabalhadores às mercadorias*. Dependendo do trabalho para sobreviver, durante o século XIX, colocava os indivíduos em uma encruzilhada, eram seres humanos com desejos, vontades, aspirações e sonhos e ao mesmo tempo estavam em um *nível hierárquico inferior aos detentores do capital* porque dentro da dinâmica da produção capitalista, dentro da produção para o mercado e por lucro eram apenas insumo produtivo. Não há que se falar em intervenção para proteger os trabalhadores, porque isso apenas pioraria a situação, incentivaria casamentos precoces e o aumento da população, isto é, um aumento na oferta da mercadoria trabalho, levando à queda do preço dessa mercadoria, uma redução de salários⁸². O ato de *mercantilizar o trabalho*, ou se quiser, *desumanizar o trabalhador* não teria tido tanto sucesso sem o verniz intelectual da economia clássica⁸³. Para os economistas clássicos o *trabalho* não era aquilo que Polanyi (2001 [1944]) chamou de “mercadoria fictícia”, certo que existiam algumas idiossincrasias, mas nada que negasse o seu caráter de insumo produtivo, ou seja, o *trabalho* era uma mercadoria como outra qualquer.

No que diz respeito ao Estado britânico e ao seu comportamento dentro das suas fronteiras, as virtudes liberais de não intervenção são parte do *mito liberal* da construção da riqueza nacional, um mito útil para argumentar que a riqueza da nação havia sido construída pelo *indivíduo auto-interessado*, centro de toda a investigação econômica, “a teoria exposta

⁸² Hunt (1959) argumenta que o raciocínio malthusiano deriva da confluência de duas posições distintas. Primeiro, não era o caso de Malthus desprezar os mais pobres, segundo os historiadores do pensamento econômico Malthus demonstrava intensa preocupação pela situação dos mais pobres, contudo, essa preocupação era modulada por *leis naturais* de oferta e demanda, logo toda intervenção era indesejada e certamente tornaria ainda mais miseráveis os que já estavam na base da sociedade.

⁸³ Alguns autores da economia neoclássica buscaram reverter, em alguma medida, essa tendência, John Stuart Mill é um deles. Essa é uma das iniciativas que redundarão na mentalidade daquilo que chamar-se-á no último capítulo de *novo liberalismo*.

aqui deve ser apresentada como a *mecânica da utilidade do interesse individual*” (JEVONS, 1996), *itálicos no original*). A utilidade desse argumento residia na sua extensão, se a intervenção do Estado no mundo dos negócios era patentemente negada, por dedução ele era verdade da intervenção para socorrer os pobres.

Portanto, apesar de os efeitos benéficos do livre-comércio serem grandes e inquestionáveis, dificilmente sua existência poderia ser provada *a posteriori*; **devem ser aceitos porque o raciocínio dedutivo a partir de premissas quase verdadeiras nos leva seguramente a esperar tais efeitos**, e não há nada na experiência que conflite o mínimo sequer com nossas expectativas. Apesar de mudanças repentinas ocasionais, devidas a flutuações periódicas dependentes de causas físicas, a imensa prosperidade do país, desde a adoção do livre-comércio, confirma nossas previsões na medida em que, sob condições complexas os fatos são suscetíveis de demonstrá-la (JEVONS, 1996, p. 57) [grifo nosso].

Para a Inglaterra presa entre duas nações dominantes, Espanha e Holanda, as ações que regulavam e incentivavam as atividades produtivas nacionais eram apenas a posição mais lógica e certa de poder fazer face aos seus vizinhos mais poderosos. A proibição de exportação da lã crua, a importação de tecelões holandeses, os atos de navegação, a privatização da terra, a domesticação do trabalho são exemplos da intervenção do Estado para moldar o campo econômico e garantir as vantagens competitivas necessárias para se sobressair na disputa pela liderança do processo capitalista.

Não pode haver dúvidas de que as restrições às estratégias e liberdades política e econômica dos trabalhadores redundaram em uma da *defesa da desigualdade*, seria ingênuo crer que poderia escapar aos exímios teóricos dedutivos que salários de subsistência para indivíduos que dependiam inteiramente do mercado de trabalho para a sua existência implicassem outra coisa a não ser pobreza e miséria.

Um homem de raça inferior, um negro, por exemplo, aprecia menos as posses e detesta mais o trabalho; seus esforços, portanto, param logo. Um pobre selvagem se contentaria em recolher os frutos quase gratuitos da Natureza, se fossem suficientes para dar-lhe sustento; é apenas a necessidade física que o leva ao esforço. O homem rico na *sociedade moderna* está aparentemente suprido com tudo o que ele pode desejar e, no entanto, frequentemente trabalho por mais sem cessar (JEVONS, 1996, p. 153-54).

Mazzucchelli (2017) afirma que “[a]s observações de Jevons não são apenas patéticas. Elas são emblemáticas da forma pela qual é concebida a relação dos homens no processo econômico: a relação essencial, para Jevons, é a estabelecida entre o trabalho e as necessidades de cada um, e não a relação estabelecida entre os homens no processo econômico”. Efetivamente, a teoria econômica clássica e neoclássica *nega* a política, a vida dos indivíduos só tem sentido nas suas escolhas econômicas e na sua tentativa de maximização das necessidades e satisfações com a menor dor possível, aliada uma *gradação* dos indivíduos não

é difícil compreender como as necessidades de algumas “raças inferiores” podem ser postas de lado se isso significar que as raças superiores poderão satisfazer as suas necessidades que com certeza são mais elevadas. Tal pensamento em conjunto com uma *visão aditiva* da sociedade, na qual o todo é não mais do que a soma das partes explica como se pode sistematicamente *negar* parte da população se isso levar a um aumento da riqueza do país, tais conclusões eram válidas em relação aos trabalhadores ingleses e ainda mais válida para os nativos de algum território do outro lado do planeta.

Sociedade e indivíduos encontravam-se ora em completa harmonia, ora em situação conflituosa, isso porque a ordem natural da economia negava a política, a individualidade política, marco do Renascimento e do Iluminismo, só poderia se expressar nos estreitos limites impostos pelas leis naturais da economia. O prenúncio da abundância, e a sua confirmação no século XIX, nada poderia fazer para que essa situação se alterasse e qualquer tentativa de distribuí-la menos desigualmente na sociedade serviria apenas para destruí-la por completo. As liberdades política e econômica coexistiam em uma situação dialética na qual ambas eram utilizadas para afirmar a outra e ao mesmo tempo se negavam.⁸⁴

Os fatos teimosos e as inexoráveis leis brutas que pareciam abolir nossa liberdade deveriam, de uma forma ou de outra, se reconciliar com a liberdade. Essa foi a principal fonte das forças metafísicas que secretamente sustentaram os positivistas e os utilitaristas. A esperança sem fronteiras e o desespero ilimitado olhando para as regiões das possibilidades humanas ainda inexploradas eram as respostas ambivalentes a estas limitações terríveis. A esperança - a visão da perfectibilidade - foi extraída do pesadelo das leis populacionais e salariais, e foi incorporada em um conceito de progresso tão inspirador que parecia justificar os grandes e dolorosos deslocamentos que estavam por vir. Desespero se provaria ser um agente ainda mais poderoso de transformação. O homem foi forçado a resignar-se à perdição secular: ele estava condenado a parar a procriação de sua raça ou a condená-lo intencionalmente à liquidação por meio de guerra e pestilência, fome e vício. A pobreza era a natureza sobrevivendo na sociedade; que a limitação de comida e limitação dos homens haviam se tornado um problema justamente quando a promessa de um crescimento de riqueza sem limites irrompeu sobre nós, apenas tornou a ironia ainda mais amarga. Assim foi a descoberta da sociedade integrada com a espiritualidade universal do homem; mas como essa nova realidade, a sociedade, seria traduzida em termos da vida cotidiana? Como guias para a prática, os princípios morais da harmonia e do conflito foram tensionados ao máximo e forçados a um padrão de completa contradição. Afirmava-se que a harmonia era inerente à economia, sendo os interesses do indivíduo e da comunidade, em última instância, idênticos - mas essa autorregulação harmoniosa exigia que o indivíduo respeitasse a lei econômica, mesmo que isso o destruísse. O conflito, também, parecia inerente à economia, fosse como competição de indivíduos ou como luta de classes - mas tal conflito, mais uma vez, poderia se tornar apenas o veículo de uma harmonia mais profunda imanente na sociedade presente, ou talvez futura. Pauperismo, economia política e a descoberta da sociedade estavam

⁸⁴ Essa aparente contradição estava presente em muitas ocasiões nos mesmos pensadores. Stuart Mill, por exemplo, na medida em que estabelecia seus axiomas sobre a liberdade em *On Liberty* (1860), os negava através da teoria econômica neoclássica. A atitude reformista presente em diversos autores reflete justamente esse conflito entre a necessidade de afirmar a liberdade dos seres políticos em meio a um sistema econômico que paralisava todas as possibilidades de real exercício da liberdade no campo econômico.

intimamente interligados (POLANYI, 2001 [1944], p. 88-89).

Há de se indagar ainda qual o real valor da “liberdade” que prende os indivíduos no *incessante* ato de calcular, de recolocar nos pratos do prazer e da dor as escolhas e opções que têm diante de si, apenas para na próxima esquina serem obrigados a fazê-lo novamente.

Tendo tratado do papel da teoria econômica na defesa da pobreza, o que ajuda a justificar a posição pontualmente reformista do século XIX, passa-se agora ao âmbito internacional e ao imperialismo como política de Estado.

O moderno Imperialismo representa um complexo período das relações nações e povos.⁸⁵ As relações sociais que nele se estabeleceram trazem marcas que são indiscutivelmente modernas, no sentido em que só poderiam ter surgido após as Revoluções Francesa e Industrial. Ainda que ele guarde algumas similitudes com o que se compreende por império em épocas pretéritas, ele se caracterizou como um acontecimento essencialmente novo, que amadureceu em meio a condições ímpares (Schumpeter, 1966). O argumento central desse trabalho no que tange ao imperialismo é que esse amadurecimento se deu em união com, e não contra, a ideologia econômica liberal. Não apenas a relação entre imperialismo e liberalismo econômico é mais complexa do que a simples sincronia cronológica, mas argumenta-se que eles, nas suas formas históricas, dependeram mutuamente um do outro e se complementavam organicamente.

Sem embargo, Gallagher (1953) dá a esse período o nome de “Imperialismo do Livre Comércio”. Como poderia, entretanto, a ideologia da livre iniciativa, da defesa da propriedade privada, da não intervenção do Estado se aliar ao comportamento mais sistematicamente racional em prol do domínio, formal e informal, de povos e regiões tão distantes do centro do capitalismo, quanto o sudeste asiático? A essa pergunta confluem, enquanto respostas, diversas perspectivas, algumas conflitantes, outras concordantes. Schumpeter (1966) adotando a racionalidade de seu tempo e da sua ideologia, define o imperialismo da seguinte maneira “[...] imperialismo é a disposição *sem objetivos* por parte de um estado para uma expansão forçada ilimitada.” Na sua visão os motivos econômicos, ainda que relevantes, estão sempre em segundo plano em relação a uma dimensão político-sociológica⁸⁶, segundo a qual as dinâmicas de poder de uma sociedade e *constituição* da mentalidade dos seus integrantes podem levar ou não um determinado Estado a adotar uma política imperialista *sem objetivos*.

Charles Maier, por outro lado, argumenta que:

⁸⁵ As marcas do Imperialismo se fazem sentir até hoje, principalmente na desorganização do espaço político africano, que completou o processo de descolonização formal apenas na segunda metade do século XX.

⁸⁶ Assim, a beligerância e política de guerra do estado autocrático são explicadas segundo as necessidades da sua estrutura social, segundo as disposições herdadas da sua classe dominante, ao contrário de vantagens imediatamente derivadas da conquista (SCHUMPETER, 1966).

Impérios são sobre missões civilizatórias, a difusão de estilos culturais, a propagação de religiões mundiais, a supressão de práticas percebidas como barbaras - como o sacrifício humano e *suttee* [prática indiana na qual a viúva se joga na fogueira crematória do marido que faleceu]. Ocasionalmente, eles são sobre a instauração da paz e do reino da lei, ou da defesa daquilo que definimos como liberdade. No entanto, eles também são sobre violência e derramamento de sangue (MAIER, 2007, p. 19).

Todas essas visões e definições são relevantes e ajudam a iluminar uma instituição tão complexa como o Império moderno, contudo elas estão além do escopo deste trabalho. A abordagem tida como relevante para os objetivos agora em mãos é a da teoria econômica e das suas *resultantes em termos de ações políticas*, dentro do quadro evolucionário do liberalismo econômico.

O mesmo Schumpeter que enfatiza o conteúdo sociológico do imperialismo, rapidamente, adere à noção, denominada de ortodoxa por Gallagher (1953), que opõe as práticas imperiais em relação à ideologia do liberalismo econômico e do livre comércio (SCHUMPETER, 1966; MAIER, 2007).⁸⁷ Em outras palavras, o imperialismo é prontamente dissociado da lógica inerente à economia capitalista, em especial da sua versão liberal.⁸⁸ Essa posição torna-se compreensível, na medida em que se reconhece em Schumpeter uma defesa dogmática do liberalismo econômico⁸⁹, que opõe mercado e poder estatal, como se esses fossem antagônicos e não complementares. Ao contrário do que os economistas clássicos nos fariam crer, a relação entre liberalismo econômico e imperialismo é, entretanto, de complementariedade e não de contradição, que deriva de dois fatores primordiais, um inerente à própria teoria e outro obscurecido por ela.

O primeiro é um axioma básico do liberalismo econômico clássico, ao qual já se fez referência no capítulo anterior, ele diz que a riqueza das nações aumenta com o aprofundamento da lógica capitalista e que esta está associada a uma maior divisão do trabalho, que por sua vez

⁸⁷ A visão schumpeteriana nesse quesito é explicada por Gallagher (1953) quando esse faz recurso às noções de império formal e informal. Efetivamente, todo o seu artigo é no intuito de trazer à luz o fato de que não houve um período anti-imperialista na Inglaterra do século XIX, como pensa Schumpeter, porque as formas de domínio sempre foram uma função da defesa dos interesses britânicos que se coadunavam com o livre comércio, logo o título “Imperialismo do Livre Comércio”, e assim sendo tomavam forma segundo as necessidades impostas pela defesa de tais interesses. Visto por este ângulo, a atitude britânica assemelha-se com as ações americanas no pós-Segunda Guerra Mundial, período no qual o livre comércio foi defendido, e em muitas instâncias imposto, nisso residindo o seu “imperialismo”, porque se acreditava na sua suposta superioridade intrínseca, mas, mais importante, porque respondia a interesses americanos concretos.

⁸⁸ Entre as diferentes formas de organização social da produção, o imperialismo está, tradicionalmente, mais associado com o mercantilismo do que com o liberalismo. Isso deriva das diferentes características que foram atribuídas ao mercantilismo e ao liberalismo. O primeiro uma política de Estado, assim como a formação do Império, o segundo uma prática privada individual dependente da liberdade e da não intervenção.

⁸⁹ Defesa que também pode ser percebida dada a proximidade entre a visão política schumpeteriana e daqueles pertencentes à escola austríaca do século XX: Ludwig von Mises, Frederich August von Hayek. Para uma exposição dos principais conceitos teóricos clássicos, nas palavras do próprio Schumpeter, ver (SCHUMPETER, 1918).

é limitada pelo tamanho do mercado.⁹⁰ O segundo é a própria negação da moeda neutra e da *Lei de Say*. Os capitalistas não entram no processo produtivo para adquirir sempre mais produtos como afirma Say, eles visam sempre maiores *lucros monetários, poder e distinção* e esses eram favorecidos pelo monopólio e dificultados pelo aumento da concorrência (Rosa; Lopes, 2015); do que se depreende o apelo que o domínio dos mercados externos, via império ou acordos comerciais, exerciam sobre os capitalistas.⁹¹

A confluência desses dois fatores leva a uma *tensão* no cerne da teoria que se expressa na atuação prática dos governos que se intitulavam liberais. Os economistas clássicos que defendiam a maior racionalidade do *laissez-faire* não supuseram que as formas de poder e configuração da sociedade pré-moderna pudessem resistir à lógica dessa nova forma de produção social, certamente, elas *tentariam* resistir, mas a superioridade óbvia do liberalismo - vide a citação de Jevons alguns parágrafos acima -, com o tempo, dissiparia qualquer resistência desconcertada. Tampouco cogitaram que o caminho para a industrialização, para o aumento da *riqueza das nações*, requeria a intervenção constante do poder Estatal.⁹²

Uma maneira de resumir e salientar essas *falhas* teóricas é constatar o contínuo dispêndio de energia e recurso e as recorrentes guerras destinadas a promover a submissão de povos e territórios aos valores e crenças capitalistas e a obstinada resistência de algumas partes do velho mundo em simplesmente *ceder* aos encantos e à superioridade natural da teoria liberal.

Quanto à indispensável *ação* do Estado, ela se manifestou na premente necessidade de manter e estender *boa vontade* dos demais países e territórios, que eram incorporados ao sistema

⁹⁰ Esse tamanho pode ser compreendido basicamente de duas maneiras. Na primeira trata-se menos do tamanho físico do mercado e mais da sua complexidade, ou seja, a medida em que os homens vão suprindo as suas necessidades imediatas abre-se espaço para a *criação* e o *surgimento* de novas necessidades dando assim novo ímpeto para a atividade produtiva. O segundo sentido é mais literal e está associado ao tamanho físico, à *extensão* do território no qual impera a lógica capitalista. A ocorrência de qualquer uma dessas situações abre espaço para o aumento da divisão do trabalho e, conseqüentemente, para uma elevação da *riqueza da nação*, segundo a visão smithiana. Na prática é de se esperar que ambas as situações aconteçam simultaneamente e se retroalimentem, como é o caso da Inglaterra nos séculos XVIII e XIX.

⁹¹ É possível argumentar que *nem todos* os capitalistas estão preocupados com essa tríade de considerações, contudo isso negaria o princípio do capitalismo que é a acumulação de capital. A negação da *Lei de Say* abre espaço para um importante questionamento acerca da pertinência da teoria econômica clássica e todas as políticas nela baseadas. Um corolário famoso dessa corrente de pensamento é o fato de que na situação de concorrência perfeita - situação hipotética, mas não por isso menos desejável, para a qual a economia tende naturalmente se deixada sem interferências - predomina a situação de *lucro econômico zero*, ou seja, no ápice do desenvolvimento econômico postulado por essa teoria, desaparecem os motivos que dão sustentação ao capitalismo, a busca pelo lucro.

⁹² Arrighi (1996) argumenta sobre como a Inglaterra iniciou, no século XIII e XIV, a base daquela indústria na qual se daria a Revolução Industrial séculos mais tarde. Em suma, o surgimento da indústria de tecidos se deu em meio à guerra como uma ação consciente do Estado inglês. Além do mais, o processo de formação de um mercado de trabalho, peça fundamental de uma economia industrial, não se deu de forma espontânea, mas antes dependeu da intervenção do Estado na reconfiguração fundiária do campo inglês, a favor dos detentores de capital, como exposto nas últimas subseções.

capitalista global, em relação às necessidades britânicas, primordialmente relacionadas ao fornecimento de matérias-primas e à abertura dos mercados aos bens de capital e financiamento britânicos⁹³. Assim, no que tange a uma possível relação entre teoria econômica clássica e Imperialismo é com referência a essa *tensão entre ideias e fatos* e suas resultantes em termos de ações políticas que ela precisa ser compreendida.

À medida que a eficiência dos serviços financeiros e comerciais crescia, eles ganhavam reconhecimento como um meio valioso de pagar por importações em um período em que o poder penetrativo das exportações de mercadorias era restrito. The City facilitou a fluxo de capitais nacional e estrangeiros que financiou guerras caras; guerras bem-sucedidas, por sua vez, preservaram e ampliaram os mercados coloniais vitais. The City continuou a financiar o sistema econômico colonial em tempos de paz e também pagou taxas substanciais ao Estado em troca de privilégios monopolistas. Os serviços da cidade diminuíram o peso imediato sobre os contribuintes ingleses e permitiram que os interesses fundiários [*landed interest*] mantivessem um sistema regressivo de tributação. Ao financiar a defesa sem sacrificar a opulência, the City fez valer sua reivindicação de incorporação no corpo político (CAIN, HOPKINS, 1980, p. 469)

Gallagher (1953), Arrighi (1996), Hobson (2005), Maier (2007) e Hobsbawm (2017a; 2017b) irão todos, de uma maneira ou outra, salientar a imensidão e complexidade do Império Britânico na virada para o século XX. Gallagher e Maier em especial salientam os tipos não formais de domínio e dependência aos quais o Império Britânico recorreu para fazer valer os arranjos político-econômicos internacionais mais condizentes com a sua posição de indústria e banco mundiais. Fosse por meio da anexação formal, pela tutela de Estados semiautônomos, pela adoção unilateral do comércio-livre e sua subsequente imposição a outros países, pela conquista militar, pela promulgação de tratados comerciais (quase sempre mais benéficos aos inglês) ou pela pressão econômica possibilitada pela dependência dos financiamentos britânicos, o objetivo último era a defesa da indústria e da finança britânica, motores do avanço econômico desse país e, aliados a um poderio bélico expressivo, componentes explicativos da capacidade institucional inglesa de se manter na vanguarda do processo capitalista durante aproximadamente um século.

Tendo feito tais considerações e dentro da tradição, identificada por Maier (2007) e Schumpeter (1966) como “explicações econômicas para o imperialismo” o restante desta subseção apresenta, brevemente, uma reformulação de um argumento desenvolvido por Hobson (2005), que faz uma ligação direta entre o *modus operandi* da teoria econômica clássica e o Imperialismo. Essa reinterpretação parte da Teoria Monetária de Produção desenvolvida por

⁹³ “A segunda guerra contra a China, que levou a uma extensão dos direitos comerciais, provê um exemplo interessante da determinação britânica em usar a força se a expansão do liberalismo comercial fosse severamente impedida” (CAIN, HOPKINS, 1980).

Keynes e será explorada, conceitualmente, no próximo capítulo.

O primeiro passo é examinar a posição que argumenta que a existência de uma estrutura política denominada por *Império* não possui uma conexão necessária com o capitalismo, uma vez que noções e exemplos de Impérios antecedem o capitalismo em muitos séculos. Em outras palavras, os Impérios, por terem existido por milhares de anos antes do advento do capitalismo, são isentos de desempenhar um papel *lógico e necessário* na evolução do sistema capitalista de produção. Claramente, esse é um argumento falho. A moeda é um *instrumento e instituição* que também precedeu a emergência do capitalismo em muitos séculos, não obstante esse fato é impossível, exceto para algumas escolas de pensamento menos ligadas aos fatos, imaginar a existência do capitalismo sem alguma forma de moeda que atue como reserva de liquidez, meio de pagamentos e unidade de contas. É possível outra forma de organização social da produção sem a moeda? Teoricamente sim, no entanto, é difícil conceber o *capitalismo*, como o conhecemos, sem a existência da moeda. Resumindo, a moeda e o império são ambos muito mais antigos do que o capitalismo, mas isso não implica que não possam desempenhar um *papel fundamental* na evolução deste. De fato, a moeda ainda serve ao capitalismo e o Imperialismo, na sua versão formal e informal, também já o fez.

Um contra-argumento parece possível. Se é muito difícil conceber o capitalismo sem a moeda, como seria possível concebê-lo sem o Imperialismo já que este foi, supostamente, necessário em uma fase específica do capitalismo? É nesse ponto que a reformulação do argumento desenvolvido por Hobson (2005) faz-se necessária.

A economia mundial, pós-Revolução Industrial notabilizou-se pelo crescimento acelerado da inversão de capital, interrompido, ocasionalmente, pelas crises e guerras. Na verdade, a velocidade com que se abriam novos campos para a *aplicação racional* de capital já se fizera sentir desde o renascimento comercial nas Cidades-estados italianas. As novas manufaturas e a capacidade bancária de financiá-las deram um novo dinamismo a partes do continente europeu e à lenta transição de um polo “industrial” para o outro - Florença, Holanda, França, Inglaterra - e constituíram uma das principais forças motrizes das transformações políticas na transição do feudalismo para o capitalismo (ARRIGHI, 1996). A Revolução Industrial levou, contudo, essa dinâmica a um novo patamar.

Hobson (2005), após revisitar diversas justificativas econômicas para o imperialismo, postula que nenhuma delas⁹⁴ justificava os custos, e principalmente os *riscos políticos* de se manter e expandir o Império Britânico. Durante quase toda a primeira parte do livro, Hobson

⁹⁴ A necessidade de exportar o excedente comercial, de prover uma válvula de escape para o excesso populacional, proteção contra as outras nações imperialistas.

elucida a situação das principais economias capitalistas. Resumidamente, o século XIX e, em especial, as suas últimas décadas marcaram um aumento produtivo, e talvez mais importante da *capacidade produtiva*, excepcional. Os países, Estados Unidos, França e Alemanha, que participaram da segunda onda de industrialização já eram vistos no último quarto do século XIX como sérios concorrentes à posição de potência produtiva mundial; em 1885, o PIB americano, por exemplo, já havia ultrapassado o inglês.

Qual é, segundo Hobson, o resultado desse aumento em capacidade produtiva substancial e qual a sua relação com o imperialismo? A resposta a essa questão depende da distribuição funcional da renda dentro do país em questão, e tem teoricamente duas possibilidades mutuamente excludentes. Se o país possuísse uma distribuição de renda mais igualitária, que possibilitasse às classes trabalhadoras elevarem o seu padrão de vida, a produção poderia se expandir sem limites, sem que houvesse a necessidade de *expansões imperialistas*. Em outras palavras, com uma distribuição do poder de compra mais igualitária, o país poderia expandir sua indústria internamente, sem que isso levasse a pressões por conquista de novos mercados. Essa, como vimos, não era a situação inglesa durante o século XIX, o que levou o país, segundo esse autor, à *escolha política* pelo caminho do Imperialismo. Todo o *excesso produtivo*, excesso definido como aquilo que é produzido além do que os consumidores internos conseguem absorver devido à sua falta de renda ou excesso de poupança, deveria ser desafogado nos mercados internacionais, sob pena de constranger o processo produtivo futuro.

No século XX, especialmente após a publicação da Teoria Geral em 1936, se tornou plenamente coerente apontar o Imperialismo como uma política consciente de sustentação do ímpeto produtivo. Como a vida econômica se dá no *espaço contínuo* de forma dinâmica, o investimento na capacidade produtiva hoje precisa encontrar, amanhã, mercado para o aumento produtivo que ele ocasiona. Qualquer situação diferente dessa, em uma realidade na qual os recursos para o investimento produtivo são, na maioria das vezes, obtidos no mercado financeiro, pode implicar a abrupta interrupção do processo produtivo e a literal destruição de parte da riqueza da sociedade. Abstraindo todas as questões étnicas, religiosas e de segurança ou ameaça, o Imperialismo representou, do ponto de vista político-econômico, a captura do Estado com o intuito de tentar manter o processo produtivo funcionando de forma ininterrupta. Nesse sentido “estreito”, pode-se dizer que praticamente toda a sociedade do país imperialista se beneficiava dessa política. Os resultados para os países anexados ao império eram,

obviamente, muito mais ambíguos.⁹⁵

No século XIX, na ausência de uma teoria econômica que fosse capaz de explicar o processo produtivo dinâmico aliado a uma teoria sobre a moeda, a explicação do fenômeno do imperialismo era claramente menos precisa. O fato de Hobson não possuir uma teoria geral da produção capitalista, como a desenvolvida por Keynes, não o impediu, contudo, de sugerir a redistribuição de renda ou a taxaço e o gasto público como remédios para a necessidade de exportar o excesso produtivo para além das fronteiras nacionais, em uma época na qual a garantia de mercados cativos implicava necessariamente uma política imperialista. Tanto a sua análise do imperialismo como os remédios que propôs estabelecem uma conexão inegável entre economia e política. A sua solução dependia não apenas do processo democrático, mas de uma democracia fortalecida pelo processo de alargamento do sufrágio. Keynes enveredou-se em um caminho semelhante ao proposto, em 1925, um novo programa para o partido liberal, nessa ocasião assim como na maioria das suas políticas econômicas, a democracia desempenhava um papel crucial, ainda que pouco abordado.

A observação da realidade permite, então, um julgamento acerca da relevância da teoria econômica liberal enquanto uma explicação válida para o processo de evolução econômica inglesa e para a construção da *riqueza das nações* em termos gerais. Mas antes é preciso que se resuma, esquematicamente, a posição liberal no que diz respeito ao espaço reservado para o Estado. Se o pleno emprego é postulado tacitamente, então, não há motivos para a intervenção estatal, pois nada que o Estado fizer, poderá elevar o nível do produto desta economia. Na verdade, ainda que se abra espaço para uma economia que não funcione automaticamente no pleno emprego, o Estado deve ser mantido fora da esfera econômica, porque os indivíduos são os juízes esclarecidos dos seus próprios interesses e qualquer interferência do Estado os impedirá de alcançarem seus interesses definidos teleologicamente, que podem ser resumidos no lema “*máximo prazer com o mínimo de dor*”⁹⁶. Mas mesmo se os indivíduos não fossem egoístas esclarecidos, o “Estado nada produz”, logo não poderia intervir na economia a não ser por via dos impostos que extrai dos indivíduos, ou seja, através da redução da propriedade privada individual, o que é ontologicamente negativo, do ponto de vista do liberalismo clássico.

⁹⁵ Logicamente, não se pode argumentar que a política imperialista era, no vocabulário da moderna teoria econômica, uma política de administração da demanda efetiva. Essa envolve uma política, fiscal e monetária, ativa, e mais importante, consciente de manutenção constante de um alto nível de produção, aliada a um projeto de justiça social.

⁹⁶ É necessário um adendo nesse ponto. Em uma economia que não está automaticamente no nível de pleno emprego, a interação sucessiva dos interesses individuais conduz a economia para o estado de equilíbrio através do mecanismo de preços, portanto, por esse motivo também não se pode permitir que o Estado interfira porque ele *distorce* os sinais que os indivíduos *derivam do mecanismo de preços*.

A isso se une a noção de que a moeda é neutra e tem efeitos, no melhor dos casos, apenas temporários, nesse caso também é recomendado que o Estado se abstenha de interferir na economia. Aliás, quaisquer que sejam as situações, a recomendação liberal para o Estado é sempre a mesma, “não interfira, proteja a propriedade privada, garanta os contratos”.

Esses argumentos e recomendações não se sustentam à luz da história. A economia nem sempre se encontra no pleno emprego, aliás a situação de subutilização das forças produtivas é a regra e o pleno emprego, a exceção. Os indivíduos que podem ser tidos como racionais nem sempre se orientam pelo lema da maximização dos prazeres, tampouco são os melhores juízes dos seus próprios interesses e menos ainda dos meios para alcançá-los. A tese de que a não interferência do Estado na economia é condição para o aumento da *riqueza das nações* não encontra suporte na história inglesa e também não é amparada pela ação dos indivíduos produtores de bens para o mercado. As condições nas quais a Grã-Bretanha alcançou e manteve o domínio do espaço econômico internacional por quase um século estão repletas de exemplos de ações estatais e de demandas individuais por tais ações, no sentido de *modular* o campo econômico, social e político no qual as forças produtivas britânicas pudessem se desenvolver e fazer face à competição dos demais postulantes a líder do processo capitalista.

A criação e a manutenção de um Império global para fins econômicos é intervenção estatal, assim como também o é a constituição de um mercado de mão de obra e o desmantelamento dos sindicatos via poder legislativo e todas as condições para a emergência de uma força de trabalho nacional. Posto nesses termos, a desigualdade deixa de ser natural, inevitável e derivada *apenas* do funcionamento da economia, e o imperialismo abandona o seu caráter de “disposição sem objetivos” para se tornarem peças importantes de sustentação de um projeto de dominação econômica específico. As principais teses do liberalismo econômico e, principalmente, suas recomendações políticas também desempenham uma função relevante enquanto estratégias no processo de disputa e aprofundamento da lógica capitalista, mas o fazem do ponto de vista de uma retórica de convencimento e não como representação acurada dos movimentos que desaguam na *riqueza das nações* (CAIN, HOPKINS, 1980).

O atual capítulo abordou alguns temas que se articulam em torno da Revolução Industrial, porque esta é um dos principais marcos capitalistas. Sem dúvidas, outras abordagens e tópicos poderiam ter sido seguidos visando ao mesmo objetivo: investigar se a narrativa das teses liberais sobre o processo de transformação econômica da Inglaterra, tido como natural e espontâneo oriundo de forças de mercado imanentes de indivíduos egoístas e auto-interessados, condiz com a realidade. Contrariando essa visão, a conclusão do capítulo é que elas não condizem.

O capítulo buscou ressaltar como as condições para a Revolução Industrial estiveram longe de exemplificar uma espontaneidade, e foram, antes, possibilitadas pela atuação eficiente de uma nascente classe de capitalistas que, aliando-se ao poder estatal, conseguiu fincar, na sociedade, a lógica do “amor pelo dinheiro”. O fizeram de diversas maneiras, em primeiro lugar conseguiram reestruturar a distribuição de terras, criando as condições econômicas e sociais para uma Revolução Agrícola no século XVII e XVIII, indispensável para a Revolução Industrial. Posteriormente, encarregaram-se de colaborar para o estabelecimento de um mercado de trabalho a nível nacional. Ao refundarem as bases da propriedade rural estimularam a transformação da natureza do trabalho, por meio da atitude em relação aos trabalhadores e das sucessivas leis de auxílio aos pobres atuaram no sentido de disciplinar parcelas substanciais das populações que viriam a desempenhar um papel primordial na capacidade institucional inglesa de competir em mercados internacionais ao longo do século XIX. O resultado dessa transformação do trabalho foi um nível de desigualdade, reconhecidamente, exorbitante.

Enquanto essas transformações eram postas em movimento no âmbito doméstico, no externo era construída a estrutura pela qual os ingleses propagariam o domínio do capital para o restante do globo, o Império Britânico. Nenhum desses desenvolvimentos teria sido possível sem a intervenção constante do Estado, o que nega as recomendações políticas das doutrinas liberais clássicas. Isso não implica, no entanto, que tais doutrinas não tiveram relevância, elas prepararam o terreno para os eventos mais relevantes da história do século XX. Como isso ocorreu e como a ciência econômica atuou no sentido de dar uma resposta positiva “ao fim da civilização” são temas do próximo capítulo.

3. REFORMULANDO O LIBERALISMO: O *NOVO LIBERALISMO*

Nesse trabalho optou-se por ressaltar os aspectos mais salientes das teorias econômicas liberais⁹⁷ compreendendo que essas teorias exerceram e ainda exercem impacto na forma com os indivíduos, as empresas, os governantes tomam suas decisões, por conta da visão de mundo que condicionam, por suas bases filosóficas e por seus apelos com respeito ao espaço do coletivo e do indivíduo, perpassando pelo papel defendido ao Estado. Nesse sentido, o *núcleo da teoria econômica* enunciado por Adam Smith e aprimorado pelos economistas políticos e, mais tarde, pelos economistas neoclássicos é um aspecto indispensável do estudo sobre o liberalismo econômico clássico, pois ele permite compreender, em parte, as recomendações de política econômica dessa doutrina, que visava suplantar as práticas mercantilistas caracterizadas por uma forte atuação sobre a produção, o mercado nacional e o comércio internacional⁹⁸.

Esse núcleo a que se alude e que foi abordado no primeiro capítulo parece envolver a seguinte lista de pressupostos: i) o indivíduo é racional nas suas escolhas econômicas; ii) esse mesmo indivíduo busca sempre seu bem-estar próprio; iii) a busca desse bem-estar, envolve maximizar os ganhos (prazeres/lucros) e minimizar as perdas (dores/custos) e, por fim, iv) a busca pelo interesse próprio, por parte dos indivíduos, *leva*, necessariamente, ao bem-estar da sociedade, não havendo contradição entre indivíduo e coletividade⁹⁹. A aceitação dessas teses levava à principal recomendação de economia política dos economistas liberais clássicos: o Estado não deve se imiscuir nas relações econômicas do “mercado”, aquelas que se transcorrerem sem essa interferência podem ser consideradas livres.

Em relação às recomendações de política econômica emergem algumas dificuldades. Haja vista que os axiomas que embasavam o liberalismo econômico clássico e suas recomendações estavam postos e *pareciam estar de acordo com a razão científica* dos séculos XVII e XVIII¹⁰⁰, era razoável supor que essa teoria fosse capaz de explicar a “riqueza das

⁹⁷ A teoria econômica assentada no liberalismo clássico, no capítulo 1 e a do *novo liberalismo* no presente capítulo.

⁹⁸ Recomendações de política econômica podem ser vistas como uma abordagem normativa a respeito do comportamento dos agentes econômicos relevantes em uma determinada situação. Por exemplo, se a recomendação política da ortodoxia para combater a inflação é elevar a taxa de juros, essa recomendação traz embutida em si uma série de pressupostos sobre como os agentes econômicos deveriam se comportar mediante adoção dessa política. Neste caso, a inflação, por definição é sempre por excesso de demanda, ignorando-se que o problema pode estar na oferta e na escassez de investimentos.

⁹⁹ É a denúncia feita por Keynes ([1926b] 2013), apontando para síntese contraditória entre liberalismo e socialismo. É o mundo ideal da “mão invisível” de Adam Smith, do “equilíbrio geral” de Leon Walras, e o que supõe a ortodoxia quando coloca a importância no “longo prazo” em detrimento de ação econômica no “curto prazo”.

¹⁰⁰ Sem mencionar que estavam de acordo com as crenças e necessidades das classes mais poderosas da época, a dos industriais e financistas.

nações”, tal como propunha o aludido fundador da ciência econômica. Essa explicação só poderia se efetuar, porém, recorrendo à sua principal recomendação política, porque essa era a única *recomendação possível* uma vez que aqueles axiomas fossem aceitos. Explicar a “riqueza das nações”, no entanto, era explicar a riqueza da nação historicamente mais rica e poderosa da humanidade. Não se tratava de mero deslumbre teórico em um caso imaginário, mas sim de explicar como e por que a Inglaterra havia se tornado o país mais rico do mundo.

Os economistas estavam explicando que riqueza, comércio e maquinaria eram filhos da livre competição - e que a livre competição havia construído Londres (KEYNES, [1926b] 2013, p. 276).

O que estava, efetivamente, em jogo era a própria viabilidade do projeto econômico liberal clássico inglês. Se essa doutrina fosse capaz de explicar a principal “observação empírica”, ou seja, se fosse capaz de explicar por que a Inglaterra havia se tornado próspera, seria capaz de explicar qualquer outro caso e, mais relevante ainda, *seria o principal guia de ação para todos aqueles países que almejassem algum dia atingir a posição inglesa*¹⁰¹. Por tais motivos é que se buscou, no segundo capítulo, investigar algumas tendências sociais que podiam ser percebidas na Inglaterra desde meados do século XVIII. Esse “lastro na história” é importante, porque é na história que se encontram as explicações do desenvolvimento do capitalismo industrial e também porque ela serve, para os propósitos do trabalho, como registro da relevância que as teses liberais clássicas tiveram e sua persistência, ainda que anacrônica à sociedade industrial e financeira contemporânea.

O dilema do liberalismo econômico clássico é que uma economia industrial avançada como a inglesa do século XIX simplesmente não teria emergido, se a recomendação política básica do liberalismo econômico clássico fosse a norma no que diz respeito ao papel do Estado¹⁰². O segundo capítulo buscou demonstrar como as transformações sociais necessárias para a emergência de uma economia industrial e próspera não teriam ocorrido, ou não teriam tido a mesma relevância sem que o Estado desempenhasse um papel relevante na economia. Ainda assim, a adoção dessa recomendação política de não intervenção Estatal em algumas esferas, países e momentos ao longo do século XIX e XX causou substanciais danos à estabilidade e ao crescimento econômico, bem como foi responsável por aprofundar a miséria de milhões de pessoas durante a Grande Depressão dos anos 1930 pelo mundo.

¹⁰¹ Como se observa, não há qualquer espaço para neutralidade, Smith, como outros economistas, antes e agora, disputava a capacidade de influenciar o rumo do desenvolvimento econômico, ao influenciar a mentalidade dos tomadores de decisão relevantes.

¹⁰² Essa constatação é ainda mais válida para os países que se industrializaram posteriormente à Inglaterra, no fenômeno das industrializações atrasadas, tais como: Estados Unidos da América, Bélgica, Alemanha, França, Rússia e Japão. Ver Chang (2004).

O economista que explicou como uma economia capitalista funciona de fato, como se dão os *booms* e as depressões e nesse contexto qual era o papel que o Estado deveria assumir para assegurar a estabilidade econômica em um sistema que resguardasse a livre iniciativa era o britânico John Maynard Keynes. A filosofia que substanciara as tentativas dos governos do século XX de suavizarem os ciclos econômicos por meio da ação fiscal e monetária, funcionando assim como meios para a promoção do bem-estar social, cujos fundamentos éticos encontravam-se no pensamento político liberal inglês da segunda metade do século XIX, ficou conhecida como *novo liberalismo* (WEILER, 1972; WEINSTEIN, 1996), ainda que muitos denominem o período que emerge com o *New Deal* como “Anos Dourados do Capitalismo”, “Capitalismo Regulado” ou “Estado de Bem-Estar”. A relação entre essas duas estruturas, uma intelectual de compreensão dos fenômenos capitalistas e outra moral sobre como a vida era e como poderia ser, de acordo com alguns padrões liberais, são os temas abordados ao longo deste capítulo.

3.1. AS BASES DO NOVO LIBERALISMO: DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX AO INÍCIO DO SÉCULO XX

Compreende-se o *novo liberalismo* como uma doutrina que promoveu importantes alterações em termos metodológicos e de conteúdo quando comparado ao liberalismo econômico clássico dos séculos XVIII e XIX, sem, no entanto, levar, como fez a teoria marxiana, a uma *ruptura* no que diz respeito aos fundamentos da sociedade capitalista: a propriedade privada, a livre iniciativa, a busca pelo lucro - a lógica da atividade econômica - e a existência do mercado, cuja porta de entrada é o dinheiro. Com o passar do tempo, vários pensadores defenderam essas bases do capitalismo, ao mesmo tempo em que propuseram reformas e salvaguardas que visavam reduzir a distância entre as conclusões teóricas do liberalismo econômico clássico e a realidade das sociedades industriais. Com isso, contribuições importantes visavam avançar o liberalismo em diversos aspectos sociais e econômicos. John Stuart Mill, Thomas Hill Green, Alfred Marshall, John Atikson Hobson, Leonard Trelawny Hobhouse, para citar apenas alguns nomes, figuram entre os pensadores que contribuíram para a *revisão* das teses liberais clássicas.

Por uma questão metodológica, esta parte da investigação inicia buscando uma definição mais precisa do que viria a ser o *novo liberalismo*. A relevância dessa abordagem reside nos ganhos epistemológicos que ela é capaz de trazer, haja vista que, no rol dos estudos liberais, o novo liberalismo parece ter recebido menos atenção acadêmica do que a versão clássica (FREEDEN, 1986).

De acordo com Weiler (1972):

É comum que o liberalismo do século XIX e do século XX se diferenciem em vários aspectos importantes, especialmente no que diz respeito ao papel que o governo deve desempenhar na economia. Como os historiadores reconheceram, a mudança decisiva na evolução do liberalismo britânico ocorreu nas duas décadas anteriores à Primeira Guerra Mundial, quando passou por uma série de mudanças que se tornaram conhecidas na época como o Novo Liberalismo. Essas mudanças consistiram em pelo menos três coisas diferentes, todas intimamente relacionadas. Primeiro, envolveram uma modificação do clima de opinião dentro dos círculos liberais, marcada por uma maior disposição de abandonar um padrão de *laissez-faire*. Segundo, o Novo Liberalismo foi uma mudança dentro do partido Liberal parlamentar, uma mudança refletida de maneira tangível durante o governo Asquith pela aprovação de uma legislação de reforma que é frequentemente saudada como a base do moderno Estado de bem-estar social. Terceiro, o Novo Liberalismo também foi uma mudança na teoria política liberal, uma extensão da tradição de J. S. Mill e T. H. Green para justificar teoricamente um afastamento da ainda forte tradição do *laissez-faire*. (WEILER, 1972, p. 141) [grifo nosso]¹⁰³.

O primeiro ponto a ser ressaltado é que o autor diz que entre os vários “aspectos importantes” que diferenciam as duas doutrinas liberais, um em especial dizia respeito ao papel do governo na economia. De fato, no que tange a teoria política, as mudanças promovidas pelo novo liberalismo se dão no sentido de *aprofundar as premissas liberais* e não de subvertê-las. A investigação continua centrada sobre o campo das ações individuais e a possibilidade de expansão desse campo sem que isso redundasse em desarranjo social, por esse motivo, uma das premissas básicas do liberalismo político, aquela que diz que os indivíduos comuns importam, e não apenas os reis e governantes, continua válida. Ademais, como será argumentado, é a aplicação dessa premissa às classes trabalhadoras que força as mudanças do campo da política econômica.

Efetivamente, dando sequência aos desdobramentos do liberalismo clássico, o novo liberalismo termina de deslocar o aparato teórico político das relações entre o poder dos governantes e suas fontes de legitimação divinas, ponto fundamental da teoria política no século XVII. O que se afigura como relevante são as relações entre a esfera de ação individual e o raio de ação dos governantes e como esse último é, e pode ser legitimado em um contexto social no qual as relações de produção capitalistas já estão substancialmente desenvolvidas e no qual a “opinião pública” emerge e passa a desempenhar um papel relevante¹⁰⁴.

¹⁰³ Veremos, nas próximas páginas como Keynes esteve presente, durante a década de 1920, nesse debate sobre a reforma do Partido Liberal.

¹⁰⁴ Ver, por exemplo, a diferença que Rawls (2008) estabelece entre contribuições de John Locke e John Stuart Mill para a teoria política liberal. Com relação ao primeiro, a análise transita entre os domínios celestes e temporais, a política e a economia para se desvincilharem da sua forte relação com o divino, continua tendo que fazer referência a esse, portanto é necessário continuar recorrendo às explicações divinas da criação do mundo, por exemplo, para explicar a necessária existência da propriedade privada. No que diz respeito a John Stuart Mill e seu tempo histórico, é no âmbito do indivíduo e da coletividade que se explica e justifica o sistema político e econômico, portanto, há um substancial diferença entre esses dois autores no que diz respeito às fontes às quais

Posta a existência de uma certa *afinidade* de filosofia moral entre o liberalismo clássico e o novo liberalismo, no que diz respeito à centralidade do indivíduo, entre os vários “aspectos importantes” que diferenciam essas duas visões, não é no campo da teoria política ou da filosofia social onde estão localizadas as principais divergências, mas sim no campo econômico, visto que existem teorias substancialmente distintas entre o liberalismo clássico e o novo liberalismo.

Assim, levando em consideração o que foi exposto no primeiro capítulo e a história do liberalismo clássico, pode-se afirmar que o conceito-chave na citação de Weiler (1972) é a expressão *laissez-faire*. Reconhecer a adesão ao padrão *laissez-faire* ajuda a colocar em evidência a preponderância quase axiomática do livre-comércio durante o século XIX, esse padrão simbolizava a vitória de grupos e setores da economia britânica para os quais as políticas que facilitavam o comércio entre países eram benéficas. Essa mesma adesão ao *laissez-faire* também simbolizava, no entanto, as diversas dificuldades políticas e sociais que emergiram na virada do século XIX para o século XX e que se configuraram ao redor da difícil conciliação entre a necessidade de reformas sociais¹⁰⁵ e o modelo segundo o qual a economia deveria operar, baseado nos preceitos do livre-comércio e da não intervenção estatal¹⁰⁶. Essas dificuldades podem ser vislumbradas na intersecção entre a atuação de economistas como John Stuart Mill, na primeira metade do século XIX e Alfred Marshall, já ao fim do século XIX, e seus trabalhos teóricos, uma vez que grande parte das reivindicações por uma maior participação do Estado na economia, em especial nas questões sociais, encontravam pouco suporte teórico no âmbito da ciência econômica, tendo em vista a suposição de sua tendência gravitacional à situação de bem-estar. Resumidamente, se é o *laissez-faire* a doutrina que dá a tônica ao liberalismo econômico até a metade do século XIX, é também contra essa doutrina que se voltam as tentativas de reformas sociais que marcaram a história econômica inglesa até a 1ª Guerra Mundial. Em outras palavras, o *laissez-faire* representava o cerne da concepção econômica liberal clássica e a rejeição do seu conteúdo, uma rejeição lenta e parcial, abriu o caminho para novas possibilidades dentro do próprio liberalismo.

Para os objetivos desse trabalho, o padrão do *laissez-faire*, *laissez-aller*, *laissez-passer* é compreendido como a melhor maneira de *resumir e expressar a mentalidade liberal e as recomendações econômicas do século XIX*. Essa mentalidade parecia estar posta, em grande

eles recorrem para suas teorias.

¹⁰⁵ População crescentemente urbana e preponderantemente dependente da renda do trabalho para a reprodução material da vida.

¹⁰⁶ Esta sempre associada a práticas “repressivas” do Estado sobre a liberdade de produção e comércio identificadas pelos liberais como características do mercantilismo dos Estados Absolutistas.

medida, sobre alguns axiomas essenciais. O primeiro desses dizia respeito a uma espécie de “homogeneização” da *natureza humana*, de maneira que era possível reduzir o complexo processo de decisão individual a algumas regras simples e universais. Um exemplo dessa atitude pode ser posto nos seguintes termos “o indivíduo é autocentrado e age apenas em busca de interesses pessoais, buscando maximizar seus prazeres e minimizar suas dores”¹⁰⁷. Já o segundo tinha por objeto a *natureza do funcionamento da economia* e envolvia suposições do seguinte tipo, “a moeda é apenas meio de troca e não afeta as decisões econômicas dos indivíduos”, ou “a oferta cria sua própria demanda”. Muito da compreensão sobre o funcionamento da economia durante a primeira metade do século XIX estava baseada em axiomas similares a esses, e a própria defesa do papel limitado do Estado na economia durante o século XIX também resultava da interação entre esse tipo de axioma, junção desses e de outros axiomas semelhantes.

Portanto, há uma certa similaridade entre a lógica básica desse trabalho e a visão apresentada por Weiler (1972). Quando se busca esboçar, como no primeiro capítulo, a estrutura básica do liberalismo econômico clássico, na qual se confundia e se diluía o próprio *laissez-faire*, é o contraponto com o novo liberalismo que se tem em mente. Isso porque ambos devem ser compreendidos como pertencentes a uma mesma tradição liberal, ainda que divergissem substancialmente entre si (MATTOS, 2015; SOUSA; ROSA, 2020). Se diz que ambos pertencem a uma mesma tradição liberal porque partilham de um mesmo conjunto básico de crenças políticas e sociais. O papel preponderante do indivíduo e a quase inviolabilidade da sua importância conceitual é algo presente em essencialmente todos os economistas ditos liberais, de Smith a Keynes, passando por Stuart Mill e Marshall. As rupturas, e elas são muitas, entre esses personagens reside de forma muito mais marcante no campo da teoria econômica. Separando esses economistas em dois grupos, de um lado os clássicos e neoclássicos e do outro lado Keynes, seria possível construir uma analogia e dizer que todos eles buscam objetivos que, se não são semelhantes, ao menos se assemelham bastante, contudo essa busca se dá por vias paralelas e que raramente se cruzam.

No esquema delineado a presente, o “abandono do padrão *laissez-faire*”, do qual Weiler (1972) fala, representa, entretanto, questões mais profundas que envolvem o reconhecimento,

¹⁰⁷ Alfred Marshall já apontava para esse fato, falando sobre os economistas britânicos do início do século XIX, ele disse “Eles viam o homem como, por assim dizer, uma quantidade constante e pouco se deram ao trabalho de estudar suas variações. As pessoas que eles conheciam eram primordialmente pessoas da cidade, e eles tomaram como implicitamente como dado que os outros ingleses também eram muito parecidos com aqueles que eles conheciam da cidade [...] A mesma disposição mental, que levou nossos legisladores a impor o código civil inglês nos hindus, levou nossos economistas a conturbem suas teorias sobre a suposição tácita de que o mundo era feito de homens da cidade” (MARSHALL, [1885] 1925, p. 154-155).

por parte da sociedade inglesa, de uma clivagem entre a realidade de uma economia industrial, financeira e de massas urbanas e as conclusões da teoria econômica clássica de indivíduos e mercado abstratos. Segundo as premissas do presente trabalho, essa abordagem que enfatiza os aspectos mais profundos do abandono do padrão *laissez-faire* só é possível quando se vê nesse padrão uma *forma de resumir e expressar* a mentalidade liberal britânica do século XIX. Isso porque o *ethos* da economia do *laissez-faire*, ancorado na matriz econômica desenvolvida por Smith, não previa e não conseguia responder satisfatoriamente aos problemas socioeconômicos das sociedades industriais, como já ficava claro no debate entre Malthus e Ricardo. A teoria econômica clássica sobre a qual a moral do *laissez-faire* foi erigida não contemplava a existência desses problemas.

Essa visão tem o potencial de ultrapassar o “justificar teoricamente um afastamento da ainda forte tradição do *laissez-faire*” (WEILER, 1972, p. 141). Pressionados pela evidente falta de conformidade entre as previsões teóricas e a realidade social, ou seja, pela disparidade entre os resultados postulados pelos economistas e o assombroso misto de riqueza e miséria que coexistiam - fatos do desenvolvimento industrial das economias avançadas no século XIX -, a mentalidade e as recomendações políticas *precisavam*, necessariamente, sofrer alterações¹⁰⁸. Essas alterações estavam diretamente relacionadas com os pilares que sustentavam a economia liberal clássica.

Portanto, partindo dos comentários de Weiler (1972), chega-se a uma possível definição do novo liberalismo¹⁰⁹, este seria um movimento, mais ou menos articulado de respostas político-intelectuais à realidade da sociedade industrial da segunda metade do século XIX e início do século XX, que se fundamentou em alterações nos pressupostos básicos do liberalismo econômico clássico sem, no entanto, rejeitar as premissas humanistas básicas do liberalismo político. Foram essas alterações que permitiram aos pensadores “novo-liberais” chegarem a conclusões que divergiam daquelas propostas pelos liberais clássicos. Primordialmente, foram essas alterações que permitiram argumentar em prol de um papel do Estado mais amplo na economia, dentro de uma estrutura liberal, mas nunca como um retorno ao Estado mercantilista do Antigo Regime.

¹⁰⁸ Não são raros os casos em que a realidade enseja alterações na compreensão sobre o funcionamento da economia e conseqüentemente força os pensadores a buscarem alterações no tipo de recomendação políticas tidas como *válidas*. Como exemplo de situações como essa, pode-se citar o testemunho do ex-presidente do *Federal Reserve* (FED) americano, Alan Greenspan, ao Congresso no dia 23 de outubro de 2008

¹⁰⁹ Salienta-se que essa definição só pode ser obtida quando se tem como pano de fundo as sociedades industriais, seus problemas e a relação que o liberalismo econômico clássico estabelecia com esses temas, isso quer dizer que qualquer definição meramente intelectual do *novo liberalismo* é insuficiente para capturar suas características mais relevantes.

Mesmo que a emergência do novo liberalismo não tenha significado um rompimento com as premissas básicas do liberalismo político, houve modificações de enfoque no que diz respeito ao indivíduo e à sociedade, e tais modificações afiguram-se importantes para que se compreenda os motivos que levaram ao “abandono do padrão *laissez-faire*”.

O restante desta seção dispõe sobre essas modificações e como elas foram utilizadas para alterar e justificar o afastamento da principal recomendação da economia política clássica, a não intervenção do Estado.

As mudanças encetadas pelo novo liberalismo não podem ser dissociadas das críticas às quais o liberalismo clássico foi submetido, que vieram em diversas formas e níveis de complexidade. As mais pragmáticas, aquelas ligadas à vivência das classes trabalhadoras, exerceram um papel importante, entretanto. Cumpre ressaltar que o liberalismo econômico não obteve, no continente europeu, o domínio intelectual que desfrutou na Inglaterra, basta ressaltar a importância que Frederich List teve na visão alemã do processo de desenvolvimento econômico (GALBRAITH, 1989). Segundo Bairoch (1995) e Joll (1990), enquanto essa doutrina foi o guia dominante na vida econômica inglesa durante quase todo o século XIX, no continente ela só teve impactos mais relevantes na segunda metade desse século. Ainda assim, antes que o século terminasse, quase a totalidade dos países do continente já haviam retornado às políticas protecionistas que possibilitaram a sua entrada nas revoluções industriais (CHANG, 2004). Joll (1990) resume o impacto das doutrinas liberais no continente europeu nos seguintes termos:

[P]ara Cobden, a busca dos interesses individuais de cada grupo de comerciantes e a cooperação e competição de homens de negócios esclarecidos produziriam a maior felicidade do maior número de pessoas, uma vez que, a longo prazo, seus interesses conduziriam na mesma direção. Na década seguinte à morte de Cobden em 1865, os liberais da Europa consideraram suas doutrinas axiomáticas; e a crença no livre comércio era uma parte tão essencial da ideologia liberal quanto a crença na autodeterminação da nação (JOLL, 1990, p. 35)¹¹⁰.

Seguindo nessa linha, é possível afirmar que, na medida em que o século XIX

¹¹⁰ Novamente é necessário e benéfico estabelecer a ligação entre o passado e o presente. Utilizando Alan Greenspan como um dos mais eloquentes porta-vozes da ideologia liberal nos últimos 40 anos, é possível ver a semelhança de pensamento entre as atitudes do *laissez-faire* britânico e o atual estado em que se encontra o pensamento econômico. No seu testamento perante o comitê de supervisão governamental e reforma ele disse o seguinte “Como escrevi em março passado: aqueles de nós que olharam para o interesse próprio das instituições de crédito para proteger o patrimônio dos acionistas (especialmente eu) estão em um estado de incredulidade chocada. Essa vigilância da contraparte é um pilar central do estado de equilíbrio de nossos mercados financeiros. Se falhar, como ocorreu neste ano, a estabilidade do mercado será prejudicada” (GREENSPAN, 2008, p. 2). Greenspan certamente não inventou essa ideologia, ele a recebeu de forma acrítica e repetiu o que incontáveis outros economistas disseram no passado, “Como todos os outros contratos, os salários devem ser deixados à livre e justa concorrência do mercado, e jamais ser controlados pela interferência de legisladores” (RICARDO, [1815] 2004, p. 150).

representou um aprofundamento das práticas capitalistas mais avançadas¹¹¹, ele também ficou marcado como um período no qual a agenda liberal foi contestada a partir de diversos ângulos. As críticas mais profundas vieram do campo socialista, que encontrou amplo espaço para desenvolvimento das suas ideias e programas em meio às enormes desigualdades econômicas e sociais¹¹². Como os movimentos trabalhistas britânicos eram mais pragmáticos do que suas contrapartidas europeias, nas quais floresceu uma forte, ainda que fraturada, tradição socialista, a abordagem gradualista dos reformistas britânicos, dos fabianos, dos “liberais avançados” desempenharam, na Inglaterra, um papel mais relevante do que as ideologias de cunho revolucionário (JOLL, 1990). Por essas e outras razões, pode-se dizer que o novo liberalismo foi um movimento essencialmente britânico; o que parte dos socialistas, associados aos movimentos trabalhistas, buscaram na Europa, os liberais progressistas, também associados ao trabalhismo, buscaram na ilha britânica¹¹³.

Assim, a evolução da economia industrial se afigura como um importante fator explicativo para a mudança que se processou na ideologia liberal na segunda metade do século XIX. O substancial crescimento das ditas “cidades industriais”, aquelas nas quais grande parte do processo de transformação produtivo intensivo de trabalho e capital ocorria, contribuiu sobremaneira para, em um primeiro momento, precarizar as condições de vida e trabalho da mão de obra e, em um segundo momento, para conscientizar os pensadores liberais acerca da *necessidade* de atualizarem sua ideologia aos desafios da época. Manchester, por exemplo, uma das principais cidades industriais do norte inglês, que, em 1850, tinha aproximadamente 404 mil habitantes, já contava com 2,6 milhões em 1930 (BAIROCH, 1988).

Refletindo a partir dessa necessidade de “atualização” da ideologia liberal, Keynes ([1925] 2013) expôs suas ideias a respeito do papel do Partido Liberal nos seguintes termos:

Um programa partidário deve ser desenvolvido nos seus detalhes, dia a dia, sob a pressão e estímulo dos eventos atuais; é inútil definir isso antecipadamente, exceto em seus termos mais gerais. Se o Partido Liberal quiser recobrar suas forças, ele deve, todavia, ter uma atitude, uma filosofia, uma direção (KEYNES, [1925] 2013, p. 306).

¹¹¹ Dentre as quais, deve-se mencionar: o surgimento dos grandes conglomerados alemães, nos quais se fundiam financistas e capitalistas, a consolidação do centro financeiro londrino, a dispersão produtiva francesa e a emergência da enorme capacidade produtiva americana.

¹¹² Para uma análise aprofundada sobre a relação entre socialismo e o liberalismo britânico no final do século XIX ver Freedon (1986) capítulo 2.

¹¹³ Como foge do escopo do trabalho as experiências europeias, não obstante a sua indiscutível importância na história do capitalismo moderno e do Estado de Bem-estar Social, o trabalho não discute as experiências europeias, em especial a alemã do final do século XIX, tida como um caso importante de início das políticas do *welfare state*. Fica, contudo, a ressalva de que os movimentos trabalhistas associados às correntes socialistas desempenharam, na Europa, um papel semelhante ao do *novo liberalismo* inglês em promover uma melhoria mais imediata das condições de trabalho e da qualidade de vida em geral daqueles menos favorecidos em suas sociedades. Para uma análise mais aprofundada ver capítulo 2 e 3 em Joll (1990) e em especial Kerstenetzky (2012).

O que demarca a essencial diferença entre as duas cepas liberais é que os novos liberais reconheceram e buscaram remediar os problemas das sociedades capitalistas, conquanto seus predecessores, os liberais clássicos, não colocaram os problemas socioeconômicos do capitalismo industrial no cerne do seu pensamento, não obstante esses já começarem a se mostrar no início do século XIX (FREEDEN, 1986). Enquanto os economistas liberais clássicos questionavam-se sobre o que uma economia precisava fazer para enriquecer, os novos liberais questionavam-se sobre os efeitos sociais dessas escolhas, especialmente sobre os mais fracos ou dos não detentores nem do capital, nem do dinheiro.

Salientou-se, anteriormente, como a emergência de uma classe trabalhadora provocou mudanças significativas nas relações entre os lados políticos e econômicos do liberalismo clássico e como a emergência desse novo ator social funcionou, na primeira metade do século XIX, como uma clivagem entre essas duas estruturas intelectuais. É por essa razão que não pode haver dúvidas de que quando se fala em problemas socioeconômicos das sociedades industriais, esses estão relacionados à situação dos trabalhadores. Essa é a questão social que dominou grande parte da política doméstica britânica durante o período da segunda revolução industrial e entrou século XX adentro, chegando às portas da 1ª GM (GALBRAITH, 1989; JOLL, 1990).

Evidentemente, a situação dos trabalhadores ingleses, e praticamente de toda a Europa, era compreendida não apenas pelos críticos socialistas, mas também pelos novos liberais, como John Stuart Mill e Alfred Marshall.

A generalidade dos trabalhadores neste e na maioria dos outros países, **tem pouca escolha de ocupação ou liberdade de locomoção**, é praticamente tão dependente de regras fixas e da vontade de outros, como poderia estar em qualquer sistema que não fosse a escravidão real (MILL, 1965 [1848], p. 213) [grifo nosso].

Galbraith (1989, p. 104) comentando sobre o período em questão, reforça a percepção de Stuart Mill “As referências à escravidão - ao escravo assalariado - não eram inteiramente hiperbólicas”. Marshall, expoente da economia neoclássica britânica na virada do século XIX para o século XX, associa a ciência econômica não, necessariamente, ao estudo sobre os determinantes da riqueza das nações, mas ao estudo das condições de vida das pessoas, nesse sentido afirma que:

[...] **o estudo das causas da pobreza é um estudo das causas da degradação de grande parte da humanidade** [...] mas a resposta depende em grande medida de fatos e inferências, que estão no escopo da ciência econômica, e é isso que dá aos estudos econômicos o seu principal e mais alto interesse (MARSHALL, [1890] 1920, p. 3-4) [grifo nosso]. Sim. Acho que talvez deva dizer que me dediquei nos últimos 25 anos ao **problema da pobreza** e que muito pouco do meu trabalho foi dedicado a qualquer outra investigação que não tenha relação com isso (MARSHALL, [1893] 1926, p. 205) [grifo nosso].

Essa mudança no enfoque da ciência econômica, que ainda permanecia fortemente comprometida com os princípios básicos do liberalismo econômico clássico, dentre eles o principal sendo a importância central do indivíduo, em conjunto com o reconhecimento das condições de vida de parte substancial da sociedade inglesa são indícios de uma transformação ética pela qual passou a ideologia liberal nesse período. O que o novo liberalismo ensejou ao final do século XIX, ao trazer para o fórum do liberalismo as questões relacionadas às “condições do povo”, foi transpor para a teoria e a prática política fatos inegáveis sobre o desenrolar e a evolução da economia industrial. Os temas caros à tradição liberal, isto é, o indivíduo e a liberdade, são vistos por outros ângulos, os quais estavam imersos em uma sociedade que era mais do que a soma das suas partes.

Em outras palavras, significa que a comunidade se recusa a sancionar qualquer propriedade absoluta por parte de qualquer de seus membros, reconhecendo que grande parte do valor do trabalho de cada um se deve, não aos seus esforços solitários, mas à assistência emprestada pela comunidade, que educou e assegurou ao indivíduo a habilidade que ele coloca em seu trabalho; permitiu-lhe fazer uso de certas peças do universo material que pertencem à sociedade; protegeu-o no desempenho de seu trabalho; e, por último, ao proporcionar-lhe um mercado de troca, deu ao seu produto um valor social que não pode ser atribuído aos seus esforços individuais (HOBSON, [1891] 1906, p. 257).

O que está implícito e subjacente a essa visão hobsoniana é uma percepção distinta da sociedade (FREEDEN, 1986). A visão atomística do indivíduo, representada pela tradição liberal marginalista¹¹⁴, cede espaço para uma concepção de interdependência cooperativa na produção da riqueza, que é por natureza social, haja vista que é a sociedade, não necessariamente o indivíduo, que confere à produção individual o seu valor econômico, por isso tampouco se situa no campo da teoria do valor utilidade (SOUSA. ROSA, 2020). De forma geral, o novo liberalismo não coloca em xeque a existência da propriedade privada, como faziam as teorias marxistas, porque o papel da propriedade privada é o de potencializar a expressão individual. Como a função da comunidade, no quadro liberal, era o de aprofundar as possibilidades de desenvolvimento individual, há uma compatibilidade entre a *existência da propriedade privada na comunidade*. Assim, junto à aceitação da necessidade da propriedade privada para a realização do indivíduo surgia, por consequência, a necessidade da propriedade social que avançaria a comunidade, que era, do ponto de vista liberal, indispensável para o

¹¹⁴ A tradição marginalista da segunda metade do século XIX tem como seus três principais expoentes o britânico William Stanley Jevons, o francês Marie-Ésprit-Léon Walras e o austríaco Carl Menger. O fulcro dessa tradição está na utilização da utilidade marginal como fator explicativo da formação dos preços. Em contraposição aos defensores da teoria do valor trabalho, os marginalistas enfatizavam a *escassez* em conjunto com a *utilidade* que uma mercadoria tem, na *margem*, para uma determinada pessoa para determinar o preço desse bem (GALBRAITH 1989).

indivíduo.

No plano prático, a resultante dessa mudança ética foi a emergência de um substancial esforço *reformista*, cujo objetivo era melhorar as condições de vida daquela parcela da população mais pobre e explorada (FREEDEN, 1986; WEILER, 1972). No plano da ciência econômica, é possível observar, associada às tentativas de reformas sociais e reflexo das transformações incidentes sobre a ética política liberal, uma importante “inovação” metodológica. De uma análise de longo prazo, essencialmente smithiana, a ciência econômica passou a se preocupar e a teorizar mais e mais as questões de curto prazo e os problemas sociais imediatos, aqueles relacionados à distribuição e associados aos processos de industrialização:

Por que tantas vidas são arrastadas pela sujeira, pobreza e miséria? Por que existem tantos rostos abatidos e mentes atrofiadas? Principalmente porque não há riqueza suficiente; e o que existe não está bem distribuído e bem usado. Muito se tem falado do sofrimento físico e dos problemas de saúde causados por moradias superlotadas, mas os problemas de saúde mental e moral causados por eles são males ainda maiores. Com uma casa melhor e uma comida melhor, com menos trabalho árduo e mais lazer, a grande massa de nosso povo teria o poder de levar uma vida bem diferente daquela que deve levar agora, uma vida muito mais elevada e muito mais nobre (MARSHALL, [1885] 1925, p. 172) [grifo nosso].

E para que sua posição liberal não fosse confundida, ele prossegue:

Por que deveria ser deixado para socialistas impetuosos e oradores ignorantes clamar em voz alta que ninguém deve ser excluído pela falta de meios materiais da oportunidade de levar uma vida digna do homem? (MARSHALL, [1885] 1925, p. 173)

Por um lado, no contexto da segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a atuação desses e de outros economistas, bem como a de pensadores e políticos liberais, já não se interessava meramente pelo fenômeno de determinação da riqueza das nações, tampouco ficava restrita aos cálculos utilitaristas mais básicos de prazer/lucro *versus* dor/custo. Por outro, ainda não haviam sido delineadas por completo as noções de agente representativo, do *homo economicus*, que assombraram e fizeram regredir a ciência econômica da segunda metade do século XX e, portanto, também não estava comprometida com essa linha de pensamento. No fecundo ambiente intelectual da segunda metade século XIX, em meio à pobreza massificada das cidades industriais, a variável relevante era o mundo concreto e real, no qual se desenrolam, no tempo, os fatos e acontecimentos que moldam a vida dos indivíduos, que afetam sua *individualidade* e que, enfim, condicionam suas possibilidades de atingirem a potencialidade das suas vidas, como exposto na citação de Marshall acima.

Na medida em que se buscava as possibilidades de funcionamento de uma economia capitalista dentro de um quadro ético tipicamente liberal, o novo liberalismo é um herdeiro legítimo dessa tradição liberal (FREEDEN, 1986).

O peso da teoria econômica clássica era ainda demasiadamente presente ao final do século XIX para permitir, entretanto, a construção de um arcabouço teórico coerente com as novas preocupações sociais da época (GALBRAITH, 1989). O mesmo Stuart Mill defensor da expansão dos direitos civis, fortemente influenciado por Harriet Taylor, com quem se casou em 1851, continuava subscrevendo aos princípios básicos da teoria econômica clássica, que postulava para um futuro, se não a harmonia, ao menos a redução desigualdade. Marshall, outro economista liberal progressista não era contrário ao *laissez-faire* em si mesmo, mas apenas ao abuso dessa doutrina, falando sobre os diferentes ganhos para ricos e pobres de uma mesma quantidade de dinheiro ele diz “Se tivessem dado mais atenção a isso, nós poderíamos ter evitado muitas das aplicações não inteligentes da doutrina do *laissez-faire*, que assume que qualquer aumento de riqueza deve necessariamente aumentar o bem-estar” (MARSHALL, [1885] 1925, p. 162).

A atitude crítica encampada por John Stuart Mill, Alfred Marshall, John A. Hobson e muitos outros, exemplifica claramente a transição do liberalismo econômico clássico para o novo liberalismo. Por um lado, à medida que o século XIX se desenrolava e com ele emergiam e se agudizavam os problemas sociais, reflexo e produto do sistema capitalista desregulado, os liberais se tornaram mais atentos e preocupados com esses resultados socioeconômicos indesejados. A imensa pobreza da classe trabalhadora, a distribuição de riqueza e poder desigual entre diferentes classes eram aspectos daquela sociedade que não poderiam ter escapado aos olhos dos seus intelectuais. Por outro lado, muitos deles permaneceram demasiadamente comprometidos com a lógica e os axiomas básicos da teoria econômica clássica, fato que lhes impediu de fornecer as bases de uma teoria econômica compatível com uma sociedade capitalista e industrial, uma sociedade na qual o desenvolvimento das forças produtivas, assim como suas ligações com o campo político, respondia às pressões e incertezas da busca pelo lucro monetário. Resumidamente, o novo liberalismo do ponto de vista da ciência econômica não foi capaz, até meados da década de 1930, de *explicar* e propor saídas coerentes para os dois principais problemas econômicos dessas sociedades: i) a sua incapacidade de fornecer pleno emprego e ii) a sua arbitrária e iníqua distribuição de riqueza e rendas (KEYNES [1936] 2013, p. 372).

O principal resultado da incapacidade de reinterpretar o funcionamento de uma economia capitalista moderna é o fato de que as *reformas sociais* propostas pelos novos liberais continuaram, por algum tempo, convivendo com uma teoria sobre uma “*economia não capitalista*”. Não capitalista, pois postulava uma economia na qual o processo produtivo, cujo sustentáculo eram as *decisões* de unidades descentralizadas, não dependia do motivo lucro,

porque permanecia comprometida com a noção de que os produtos se trocavam por produtos; não capitalista, porque nessa economia a moeda desempenhava um papel apenas transitório e intermediário; enfim, não capitalista, pois não retratava as flutuações, as crises e as contradições de gerar riqueza e nunca eliminar a pobreza. A rejeição dessas pressuposições muda radicalmente a compreensão sobre os processos econômicos. Isso não quer dizer que não houve avanços importantes, as contribuições desenvolvidas por Marshall no campo da economia industrial, as análises de Hobson sobre os fundamentos econômicos do imperialismo, assim como diversas outras adições, possibilitaram uma compreensão um pouco mais acurada da realidade econômica, ainda que desprovida de explicações satisfatórias para as depressões, as crises e o nível de emprego e renda em uma economia moderna. Mais importante do que isso, faltava ao corpo teórico neoclássico a capacidade de apontar as políticas necessárias para a administração da economia capitalista, para que esta fosse compatível com as aspirações de uma existência humana digna, aspirações essencialmente “novo liberais”.

Por mais que a teoria econômica neoclássica tenha tentado dar o suporte epistemológico para que o novo liberalismo pudesse efetivar a sua reformulação do campo econômico, essa teoria esteve sempre aquém dos desafios do seu tempo, não tendo sido capaz de fornecer a explicação e a solução para a maior crise do sistema capitalista, o *crash* de 1929 e a Grande Depressão dos anos 1930. Por isso se pode afirmar que as reformas sociais propostas pelo novo liberalismo se apoiaram menos em novas teorias econômicas e mais na atualização do *ethos* liberal, na reinterpretação da relação indivíduo-sociedade, na busca pela expansão dos direitos civis e nas diversas influências que outras ideologias imprimiram na mente liberal da segunda metade do século XIX.

De acordo com Hobson ([1891] 1906):

Por trás dessas ações detalhadas, que parecem em grande medida o produto do acaso, ou do esforço egoísta ou sentimental de algum indivíduo ou partido, o historiador é capaz de rastrear o funcionamento de algum grande princípio que fornece a chave para a lógica real de eventos (HOBSON, [1891] 1906, p. 254).

Esse grande princípio parece ter sido a fundamentação da velha tradição liberal sob bases atualizadas que buscavam ser capazes de responder aos problemas do mundo real, bases que já não faziam apelo apenas aos diminutos grupos de proprietários de terra, de comerciantes urbanos e ao sectarismo religioso sobre os quais o liberalismo político emergira das guerras civis britânicas no século XVII. Essas bases, no entanto, ainda careciam de uma teoria econômica nova e fundamentalmente distinta daquelas que haviam existido até o momento. Com o novo século vieram as crises, as guerras e os fundamentos de uma nova maneira de apreender uma economia capitalista. A premissa básica desse trabalho diz que foram esses

fundamentos que deram ao novo liberalismo a sua melhor chance de efetivar suas reformas sociais. Nesse interregno, enquanto os economistas não conseguiram formular esses fundamentos, o novo liberalismo era obrigado a buscar *a realização dos seus novos imperativos morais dentro da velha casca neoliberal*, ou seja, em um mundo marcado pela instabilidade econômica.

Assim, para a evolução da ciência econômica e das relações sociais que se estabelecem entre indivíduos e entre esses e os Estados, a emergência do novo liberalismo iniciou uma fase na qual:

A ideia de um mercado livre e autorregulado, refletindo a lei natural e resumindo a justiça social, desmoronou diante dos fatos revelados pelo aumento da consciência dos males socioeconômicos (FREEDEN, 1986, p. 19).

Fase que só se encerrou, não para o júbilo de todos os economistas, com a Grande Depressão e com o desenvolvimento da teoria da Economia Monetária de Produção do economista britânico John Maynard Keynes. No imediato pós 2ª GM, essa teoria se tornou uma peça indispensável no acomodamento dos princípios de justiça social, liberdade individual e eficiência econômica que haviam sido harmonizados pelo pensamento e pela prática dos novos liberais desde o século XIX, e que se viram obrigados a se separarem da teoria neoclássica por força dos eventos que iniciaram o século XX. É para essa teoria e suas principais características, assim como para a sua relevância dentro do quadro do novo liberalismo que o trabalho se volta na próxima seção.

3.2. DISSENSO E RUPTURAS: A TEORIA MONETÁRIA DE PRODUÇÃO E O SEU MUNDO

A teoria econômica desenvolvida por Keynes é um tema que tem suscitado, ao longo das últimas décadas, inúmeras controvérsias, como demonstra a história do pensamento econômico (GALBRAITH, 1989; SCREPANTI, 2005). Ressuscitada em tempos de desarranjos econômicos, apenas para ser posta de lado uma vez que o mar se acalma, essa teoria ainda não foi utilizada na sua *plena capacidade* (ROSA, 2016). Esse fato explica-se por que a visão de Keynes sempre foi posta em compartimentos separados. Teoria econômica em um nível de análise, comentado e discutido, e os *motivos sociais e morais* dessa teoria em outro nível, relegado ao esquecimento¹¹⁵. A vasta maioria dos economistas que demonstraram alguma simpatia pela teoria keynesiana, permaneceram demasiadamente comprometidos, ainda que em

¹¹⁵ A mesma situação parece se aplicar às contribuições de Adam Smith. De maneira que os economistas que subscreveram à ortodoxia teórica não foram capazes de integrarem nas suas leituras o Adam Smith da Teoria dos Sentimentos Morais.

um nível metodológico, mas não menos restritivo, com as bases da teoria clássica e foram, portanto, incapazes de fornecer um projeto de reforma da *arquitetura econômica* existente¹¹⁶.

Uma parte relevante dessa arquitetura do sistema econômico-financeiro internacional, delineado em *Bretton Woods* como resposta às duas maiores ameaças que a humanidade conheceu até aquele momento – a Grande Depressão e as guerras globais –, dissolveu-se face às dificuldades ao longo da década de 1970. Como consequência das crises políticas e da instabilidade sistêmica que se instauraram nas relações econômicas internacionais, em especial aquelas ligadas ao câmbio, ao comércio internacional e aos balanços de pagamento, a parte economicamente relevante do ocidente optou por retornar, ainda que retoricamente, à crença segundo a qual os mercados se autorregulam e funcionam melhor quando deixados sob seus próprios auspícios.

Desde então, e por razões ligadas a esses desenvolvimentos históricos, os fundamentos da forma pela qual a teoria monetária de Keynes *apreende* o funcionamento da economia, forma essa que é epistemologicamente diferente da teoria clássica, ficaram relegados aos momentos de socorro da economia mundial¹¹⁷. Argumenta-se, frequentemente, que a economia do presente é demasiadamente diferente daquela do tempo em que essa teoria foi proposta (MANKIWI, [1992] 2003). Assim, suas percepções e políticas seriam inadequadas aos tempos e problemas contemporâneos. Tais argumentos, no entanto, parecem carecer de fundamentos mais sólidos. Os capitalistas certamente ainda investem no presente, esperando lucros futuros, os trabalhadores, quando não estão desempregados, buscam melhores salários, os países, especialmente os emergentes, ainda sofrem com crônicos problemas em suas balanças de pagamento, o sistema financeiro internacional viveu, nos últimos 40 anos, *de crise em crise* e o Estado continua sendo o único agente econômico capaz de intervir na economia e modificar os fluxos e montantes de investimento.

Ou seja, muitos dos problemas que desafiavam as sociedades nas décadas de 1930 e 1940 ainda estão por se resolver; aqueles da ordem econômica - a “desigual e arbitrária distribuição de renda e riqueza e a incapacidade de fornecer emprego para todos os que desejam trabalhar” (KEYNES [1936] 2013, p. 372) - certamente não foram resolvidos. Esses problemas uma vez que foram apenas camuflados pela onda do consumismo que sobreveio às sociedades capitalistas desde a década de 1980, parecem, especialmente depois de 2008, terem ressurgido

¹¹⁶ Aqueles que rejeitaram por completo a teoria econômica clássica estão em números tão reduzidos que não são capazes de impactar os rumos da discussão pública.

¹¹⁷ Não se pode ignorar o baixo apelo que a “eutanásia do rentista” certamente tem nas praças financeiras internacionais. O ponto crucial é que essa teoria tem potencial de provocar efeitos redistributivos de riqueza e, consequentemente, riqueza importantes o suficiente para serem barradas naquelas esferas de tomada de decisão.

com todo o seu peso no centro do debate político.

Não obstante essas considerações, os que argumentam em prol da diferença entre os nossos tempos e os tempos de Keynes possuem razão. Já se passaram 75 anos desde a última vez em que o mundo se encontrou em guerra aberta e generalizada entre potências, desde então não se abateu sobre a humanidade outro episódio semelhante de destruição intencional da vida humana e da prosperidade material. Tampouco, o sistema capitalista ficou à mercê da deflação e dos seus nocivos efeitos sociais e apenas muito recentemente, após 2008, o mundo se viu imerso em algo próximo da problemática da Grande Depressão (ROSA, 2016).

O primeiro passo para uma apreciação correta da teoria keynesiana é ressaltar que ela se diferenciou substancialmente das teorias econômicas clássica e neoclássica (MINSKY, 2011). Nos prefácios das várias edições da *Teoria Geral do Emprego, do Juros e da Moeda* (Teoria Geral), o autor afirma que essa teoria seria um *ataque* aos postulados da teoria clássica, tal como essa chegou até o início do século XX; enunciada por Adam Smith, aprofundada por David Ricardo e Jean B. Say, modificada pelos marginalistas da segunda metade do século XIX e sintetizada por Alfred Marshall em 1980 (KEYNES [1936] 2913).

Seria um equívoco, contudo, do ponto de vista da história do pensamento econômico, falar sobre Keynes e a teoria pela qual é lembrado, sem antes salientar que o próprio Keynes foi “criado” no âmbito da teoria ortodoxa que ele passa a criticar durante a década de 1920. Com efeito, sua participação no debate estruturado em torno da teoria clássica não se limitava ao de mero defensor, ele a propagava, pois também a ensinava:

Eu mesmo mantive convicto por muitos anos as teorias que agora ataco, e não sou, creio eu, ignorante de seus pontos fortes (KEYNES [1936] 2013, p. xv). [...] Eu mesmo ensinei essas doutrinas e foi somente **na última década que tomei consciência de sua insuficiência**. Em meu próprio pensamento e desenvolvimento, portanto, este livro [Teoria Geral] representa uma reação, uma transição para longe da tradição clássica (ou ortodoxa) inglesa (KEYNES [1936] 2013, p. xviii)¹¹⁸.

Argumentar, portanto, que as críticas que ele teceria contra a ortodoxia econômica eram frutos de um desconhecimento da tradição teórica clássica afigura-se uma abordagem errônea¹¹⁹. É por ter um profundo conhecimento dessas tradições que ele foi capaz de criticá-

¹¹⁸ Essa citação foi retirada dos prefácios às versões inglesa e alemã, respectivamente. No prefácio da versão francesa é possível encontrar o mesmo tema. Sobre a economia clássica Keynes diz aos franceses “Mas seus pressupostos, sua atmosfera, seu método permaneceram surpreendentemente os mesmos, e uma continuidade notável foi observada em todas as mudanças. Nessa ortodoxia, nessa transição contínua, fui criado. Eu aprendi, ensinei, escrevi. Para quem olha de fora, provavelmente ainda pertencço a ela. Os historiadores da doutrina subsequentes considerarão este livro essencialmente na mesma tradição. Mas eu mesmo, ao escrevê-lo, e em outro trabalho recente que o levou a isso, senti que estava rompendo com essa ortodoxia, que estava em forte reação contra ela, que estava fugindo de algo, que estava ganhando uma emancipação (KEYNES [1936] 2013, p. xxi)”

¹¹⁹ Outro fator que aponta para o domínio que Keynes possuía da teoria clássica é o fato de ele ter sido aluno de Alfred Marshall, economista já abordado na última seção e que ficou conhecido como responsável por realizar um

las (DAVIDSON, 2011). Esses comentários introdutórios servem para fazer juízo à forma como a história do pensamento econômico lidou com as contribuições de Keynes, isto é, enfatizando substancialmente mais seus aspectos teóricos, do ponto de vista da ciência e do método, e dando menos importância para os aspectos sociais e morais, do ponto de vista filosófico, que substanciaram o desenvolvimento da sua teoria¹²⁰ (SCREPANTI, ZAMAGNI, 2005).

Antes que se prossiga com uma análise dessa teoria, em contraste com a dos clássicos, o trabalho deve, contudo, tomar um caminho distinto desse normalmente traçado pela história do pensamento econômico e investigar quais foram as motivações que levaram ao desenvolvimento dessa nova visão sobre os fenômenos econômicos e como essas motivações colocam o autor no centro da tradição do *novo liberalismo*, aqui defendido.

DA VISÃO DE MUNDO DA CRÍTICA KEYNESIANA

Keynes, assim como outros economistas, políticos e pensadores, certamente, não estava alheio às transformações sociais do seu tempo e enquanto homem público também se indagava quanto às possibilidades do futuro e às necessidades do presente:

Metade da sabedoria de nossos estadistas se baseia em suposições que antes eram verdadeiras, ou parcialmente verdadeiras, mas agora são cada vez menos verdadeiras dia após dia. **Temos que inventar uma nova sabedoria para uma nova era.** E, nesse ínterim, devemos, se quisermos fazer algum bem, parecer heterodoxos, problemáticos, perigosos, desobedientes àqueles que nos geraram (KEYNES, [1925] 2013, p. 305) [grifo nosso].

Os desafios impostos pela Primeira Guerra Mundial e pela precária situação econômica inglesa e europeia durante a década de 1920 serviram para imbuir no economista a percepção de que as teses da economia clássica já não se aplicavam à situação europeia do início do século XX (KEYNES, [1925] 2013). A guerra, apesar dos seus horrores e do sofrimento que causou, foi, entretanto, apenas uma consequência das instabilidades inerentes ao sistema capitalista desregulamentado, instabilidades que já se manifestavam, como foi explorado na última seção, desde meados do século XIX.

Em resumo, segundo Keynes ([1936] 2013), era incapacidade do sistema *laissez-faire* associado ao padrão-ouro internacional de mitigar as oscilações econômicas internas que dava vazão à competição predatória internacional pelos mercados e esta, a seu turno, ajudava explicar as guerras. Nesse sentido, a guerra é, como acabou de se afirmar, uma consequência das

grande trabalho de síntese dos principais avanços da tradição ortodoxa.

¹²⁰ Sem sombra de dúvidas há notáveis exceções a essa abordagem. Os já citados Robert Skidelsky, Paul Davidson e Hyman Minsky quase sempre, quando tratam de Keynes em seus escritos, tratam desses aspectos sociais. Ver, por exemplo, Davidson (2011) e Skidelsky (2010).

fragilidades desse sistema desregulado, mas é, acima de tudo, fruto da incapacidade institucional do Estado e de seus dirigentes de criar as condições adequadas para uma expansão *não belicosa das economias*.¹²¹

A percepção acerca da necessidade de administrar alguns aspectos relacionados ao processo produtivo capitalista impunha-se como um fato histórico, cuja negação implicaria submeter as sociedades ocidentais a tendências sociais disruptivas, dentre elas as guerras. O longo processo de rejeição da mentalidade e da política do *laissez-faire*, que encontrará em 1936 na Teoria Geral um corpo teórico capaz de justificar cientificamente a sua necessidade, começa, na verdade, como uma reação à realidade do imediato pós-1ª GM. É no escopo das questões monetárias, que serão centrais para a sua teoria, que essa necessidade de administrar aspectos do capitalismo primeiro se faz presente (KEYNES, [1923] 2013). O alto nível de desemprego vivenciado pela economia britânica, as flutuações nos níveis de preços e os problemas relacionados à reconstrução dos países afetados pela guerra e o custo dessa reconstrução eram os temas que dominaram a cena política nos anos de 1920 ao redor da Europa como um todo.

Por esses motivos, e na mesma lógica dos novos liberais do século anterior, é que se pode afirmar que era a observação da realidade que orientava e reorientava as proposições de ação, de reforma e de construção social. A teoria que emerge apenas na segunda metade da década de 1930 tem suas bases na problemática social mais imediata e nas tentativas de adequação do funcionamento econômico em concordância com preceitos que balizavam o liberalismo.

No campo econômico, isso significa, antes de tudo, que devemos encontrar novas políticas e novos instrumentos para adaptar e controlar o funcionamento das forças econômicas, de modo que não interfiram intoleravelmente nas ideias contemporâneas sobre o que é adequado aos interesses de estabilidade social e justiça social (KEYNES, [1925] 2013, p. 305).

As inquietações e descontentamentos que formavam o cerne de dilema no qual Keynes estava inserido, e que dominou a cena política britânica nesse período, não lhes era exclusivo. O problema, para os liberais, afigurava-se em como conciliar as críticas ao *laissez-faire*, reformular o funcionamento do sistema capitalista e, ao mesmo tempo, salvaguardar o terreno da iniciativa privada e da individualidade. Essa tarefa, difícil em si mesma, se tornava ainda mais complexa, porque, em meados da década de 1920, os economistas ainda não contavam

¹²¹ É possível, em alguma medida, encontrar uma continuidade argumentativa entre Hobson ([1902] 2005) e Keynes ([1936] 2013), no que diz respeito ao papel que a pressão da competição internacional pelos mercados desempenhava na *propagação das atitudes belicosas dos Estados*.

com uma ideia clara sobre como funcionavam as economias capitalistas “Mas hoje nos envolvemos em uma confusão colossal, tendo tropeçado no controle de uma máquina delicada, cujo funcionamento não entendemos” (KEYNES, [1930b] 2013, p. 126).

Ao passo que a conjuntura econômica do pós-1ª GM se deteriorava, aumentava a percepção de que as forças de mercado eram incapazes de recolocar a economia em um nível de funcionamento satisfatório e que os efeitos sociais dessas disfunções econômicas eram o esgarçamento do tecido social. Isso porque as tentativas de debelar a crise e acabar com a depressão via deflação de preços e salários tinham custos sociais elevados, cuja imposição ameaçava os ainda frágeis sistemas democráticos vigentes. A ascensão de líderes autoritários e populistas, à esquerda e à direita, que derivavam da *luta contra as elites*, parte do seu apelo político já estava ligada aos distúrbios econômicos, e no início da década de 1930 era clara até mesmo para os observadores americanos do outro lado do Atlântico (RAUCHWAY, 2015). A visão de Keynes é, portanto, também uma alternativa às soluções autoritárias para os problemas econômicos, haja vista que os líderes autoritários, para resolverem o problema do desemprego e da crise, sacrificavam a eficiência econômica e a liberdade individual.

Os sistemas autoritários de Estado de hoje parecem resolver o problema do desemprego às custas da eficiência e da liberdade. É certo que o mundo não tolerará por muito mais tempo o desemprego que, à parte os breves intervalos de agitação, está associado - e, em minha opinião, inevitavelmente associado - ao individualismo capitalista contemporâneo. **Mas pode ser possível, por meio de uma análise correta do problema, curar a doença, preservando a eficiência e a liberdade** (KEYNES, [1936] 2013, p. 381) [grifo nosso].

Como as respostas econômicas ao problema do desemprego se situam eminentemente no âmbito da política, a serem resolvidas dentro do jogo político, Keynes não poderia deixar de refletir sobre os efeitos que o surgimento das “alternativas extremas” poderia ter nas sociedades, caso aqueles preocupados com “os princípios progressistas” falhassem politicamente.

Este é o problema político prático que confronta todos aqueles, seja qual for o partido em que se inserem, que desejam ver os princípios progressistas postos em prática e acreditam que um atraso demasiado longo em fazê-lo pode fazer com que o país seja confrontado com alternativas extremas (KEYNES, [1926a] 2013, p. 308).

Apesar das inúmeras críticas que ele endereçou ao capitalismo individualista e as tentativas de estabelecer uma plataforma comum a partir da qual os partidos liberal e trabalhista poderiam trabalhar em conjunto, ele não pode ser posto no campo socialista¹²², ao mesmo

¹²² Crotty (2019) argumenta: “É quase universalmente acreditado que Keynes escreveu *The General Theory* para salvar o capitalismo das forças socialistas, comunistas e fascistas que estavam se levantando contra ele nesta era. Eu argumento neste livro que este não era o caso com respeito ao socialismo. O registro histórico mostra que Keynes queria substituir o então atual capitalismo na Grã-Bretanha pelo que ele chamou de “Socialismo Liberal”. À luz do que Keynes escreveu em suas obras teóricas e “políticas”, essa parece ser uma abordagem equivocada.

tempo em que essas críticas o retiram, automaticamente, do campo daqueles defensores acrílicos do capitalismo¹²³. Keynes se afasta dos primeiros, os socialistas, porque para eles a revolução se esgota em si mesma e admitem, para alcançar seus objetivos, destruir “a liberdade e segurança da vida cotidiana” (KEYNES [1925] 2013, p. 258). Se afasta dos segundos, os defensores dogmáticos do *laissez-faire*, porque não compartilha do ideal segundo o qual os indivíduos possuíam uma “liberdade natural’ prescritiva em suas atividades econômicas”, que postulava que o mundo era “governado de cima para que os interesses privados e sociais sempre coincidam”, cujo axioma básico era a crença segundo a qual “o interesse privado esclarecido sempre opera no interesse público” (KEYNES [1926b] 2013, p. 287).

Parece relevante desenvolver um pouco mais a questão da possível relação que Keynes estabeleceu com as demais correntes de pensamento, em especial a socialista. Crotty (2019) argumenta:

“É quase universalmente acreditado que Keynes escreveu *The General Theory* para salvar o capitalismo das forças socialistas, comunistas e fascistas que estavam se levantando contra ele nesta era. Eu argumento neste livro que este não era o caso com respeito ao socialismo. **O registro histórico mostra que Keynes queria substituir o então atual capitalismo na Grã-Bretanha pelo que ele chamou de "Socialismo Liberal"** (CROTTY, 2019, p. 1-2) [grifo nosso].

À luz do que Keynes escreveu em suas obras teóricas e “políticas”, essa parece ser uma abordagem equivocada. Não há dúvidas de que Keynes simpatizava com os anseios e desejos humanistas do socialismo, mas certamente não concordava com o stalinismo. Analisando a proposta de governo de Lloyd George, Keynes ([1929] 2003) deixa claro que as políticas econômicas que defende não estão no cerne do socialismo:

Por que o governo deve desempenhar um papel? Por que não basta oferecer facilidades e incentivo ao empreendimento privado? A resposta foi dada no Livro Amarelo Liberal (O Futuro Industrial da Grã-Bretanha). **Uma grande parte das atividades econômicas que absorvem quantias substanciais de capital caiu sob a influência ou controle de departamentos governamentais.** Foi uma tendência inevitável que prosseguiu ininterruptamente sob qualquer partido político que estivesse no poder. **Quer queiramos ou não, é um fato que a taxa de desenvolvimento de capital no sistema de transporte, nos serviços públicos e no setor de habitação deste país depende em grande parte da política do Tesouro e do governo do momento. Se eles restringem e restringem, nada é feito. Se eles escolherem dormir, ficamos para trás. Mas se facilitam e inspiram, o equipamento do país avança.** A escolha entre uma fábrica nacional bem equipada, atualizada, em andamento e eficiente depende do humor e da política do governo. **Portanto, não se trata de escolher entre a empresa privada e a pública nessas questões. A escolha já foi feita. Em muitas direções - embora não em todas - é uma questão de o Estado colocar a mão na massa ou simplesmente não estar**

Não há dúvidas de que Keynes simpatizava com os anseios e desejos humanistas do *algum socialismo*. Os questionamentos morais que os socialistas endereçavam ao “capitalismo individualista” estavam basicamente corretos,

¹²³ Segundo Skidelsky (2010, p. 132) “Keynes não era socialista, tampouco um admirador pouco crítico do capitalismo”.

sendo feito. [...] Pois o objetivo não é desenvolver a empresa estatal como tal. **O objetivo é desenvolver e equipar o país através da instrumentalidade das formas de organização que já existem e estão à nossa disposição. O fato de o programa liberal não ser de caráter socialista** foi bem enfatizado por um órgão imparcial e fortemente anti-socialista, *The Investors' Chronicle and Money Market Review* - o jornal financeiro semanal que tem a maior circulação no país entre os investidores de classe média. (KEYNES [1929] 2003, p. 113-14) [grifo nosso, itálico no original].

Os questionamentos morais que os socialistas endereçavam ao “capitalismo individualista” estavam basicamente corretos e Keynes concordava com tais críticas.

Critico o socialismo de Estado doutrinário, não porque ele busca engajar os impulsos altruístas dos homens a serviço da sociedade, ou porque se afaste do *laissez-faire*, ou porque retira da liberdade natural do homem de ganhar um milhão, ou porque tem coragem para experimentos ousados. Todas essas coisas eu aplaudo (KEYNES [1926b] 2003, p. 291) [grifo no original].

No plano concreto, da ação política e da construção das institucionalidades necessárias para que o capitalismo funcionasse adequadamente, de forma a promover a *justiça social*, *liberdade individual* e *eficiência econômica* Keynes, ([1926^a] 2013, p. 311), havia, contudo, uma clara separação entre o *novo liberalismo* defendido por Keynes e o socialismo da sua época.

O Partido Trabalhista contém três elementos. Existem os sindicalistas [...] Existem os defensores dos métodos de violência e mudança repentina, por um abuso da linguagem chamados comunistas [...] **Existem os socialistas**, que acreditam que os fundamentos econômicos da sociedade moderna são maus, mas podem ser bons. **A companhia e a conversa desse terceiro elemento, a quem chamei de socialistas, muitos liberais hoje não considerariam antipáticas. Mas não podemos marchar com eles até que saibamos por qual caminho e em direção a qual objetivo eles pretendem se mover.** Não acredito que seu credo histórico do Socialismo de Estado, e sua versão mais recente de Socialismo de Guilda, agora os interessem muito mais do que a nós. Essas doutrinas não inspiram mais ninguém. Pensadores construtivos no Partido Trabalhista e pensadores construtivos no Partido Liberal estão tentando substituí-los por algo melhor e mais útil. As noções de ambos os lados ainda são um pouco nebulosas, mas há muita simpatia entre eles e uma tendência semelhante de ideias. Acredito que as duas seções se tornarão cada vez mais amigas e colegas de construção com o passar do tempo. **Mas o liberal progressista tem essa grande vantagem. Ele pode elaborar suas políticas sem ter que defender as tiranias sindicais, as belezas da guerra de classes ou o socialismo de Estado doutrinário - em nenhum dos quais ele acredita** (KEYNES [1926a] 2003, p. 309-10) [grifo nosso]¹²⁴.

No que tange as contribuições keynesianas, a questão primordial do ponto de vista da filosofia política é, portanto, determinar em qual parte do espectro político ele se situa. Keynes se apresenta como um economista pragmático e rejeita igualmente as posições dogmáticas dos comunistas/socialistas e dos defensores do *laissez-faire*. A análise que Keynes faz dos méritos

¹²⁴ “A extensão da atividade governamental na forma de obras públicas não pretendia, em nenhum sentido, ser uma cunha de entrada para o socialismo. Ao contrário, as obras públicas, bem como o controle monetário faziam parte do programa liberal para evitar o socialismo” (DILLARD, 1946, p. 134).

e deméritos do sistema capitalista se assemelha aos pontos adotados por John Stuart Mill e Alfred Marshall, isso porque eles compartilham alguns preceitos morais. Em primeiro lugar rejeitam a primazia da *vida econômica*, as atividades pertencentes à esfera econômica não é, ou *não deveria ser*, o cerne da vida do indivíduo, este deveria, através das suas atividades econômicas, alcançar um padrão superior de vida, tanto material, *quanto espiritual e intelectual* (MATTOS, 2015; SKIDELSKY, 2010)¹²⁵.

O pensamento de Keynes durante a década de 1920 resume, em um certo sentido, o desafio que sempre se apresentou aos novos liberais: *como navegar por entre duas enormes naus*, mas que nesses anos foi exponencialmente complexificado porque a guerra e a crise do início desse século deram vazão à consolidação dos extremos políticos. À direita encontrava-se o conservadorismo aliado à defesa dogmática do *laissez-faire* que, não obstante a sua relativa perda de força desde o século XIX, ainda permanecia a principal doutrina do campo econômico. À esquerda, o socialismo que era a um só tempo experimentalista, desafiador e permeado de ideais disruptivos e pouco atrativos à classe média europeia. Obviamente, esse estado de coisas haveria de ter reflexos sobre sua escolha político-partidária e na sua visão de mundo:

Agora veja o meu próprio caso - aonde cheguei neste teste negativo? Como eu poderia me tornar um conservador? Eles não me oferecem comida nem bebida - nem consolo intelectual nem espiritual. Eu não me divertiria, excitaria ou edificaria. [...] Isso não leva a lugar nenhum; não satisfaz nenhum ideal; não está de acordo com nenhum padrão intelectual; **não é sequer seguro, ou calculado para preservar dos destruidores aquele grau de civilização que já alcançamos.** Devo, então, entrar para o Partido Trabalhista? Superficialmente, isso é mais atraente. Mas olhando mais de perto, existem grandes dificuldades. Para começar, é um partido de classe e a classe não é a minha classe. Se pretendo perseguir interesses sectários, devo perseguir os meus próprios. Quando se trata da luta de classes como tal, meus patriotismos locais e pessoais, como os de todos os outros, exceto alguns zelosos desagradáveis, estão ligados ao meu próprio ambiente. Posso ser influenciado pelo que me parece justiça e bom senso; mas a luta de *classes* me encontrará ao lado da *burguesia* educada [...] No teste negativo, inclino-me a acreditar que o Partido Liberal ainda é o melhor instrumento de progresso futuro - se ao menos tivesse uma liderança forte e o programa certo (KEYNES, [1925] 2013, p. 296-97). [itálicos no original, grifos nossos]

Se das três grandes divisões presentes na política inglesa ele rejeitava aquelas à direita

¹²⁵ A sua insistência no que tange aos fins, aos objetivos da vida humana é o que dissipa qualquer estranhamento quando se vê um sujeito que não era particularmente religioso enfatizando os aspectos religiosos na sua essência não capitalista. Portanto, é apenas nesse sentido que o comunismo russo tinha para ele qualquer interesse, enquanto os primeiros “indícios confusos de uma nova religião”, uma religião capaz de colocar o *amor pelo dinheiro* no seu devido lugar, isto é, a serviço de aspirações morais mais elevadas e não como um fim em si mesmo, capaz de dominar toda a existência dos indivíduos. “De qualquer forma, parece-me cada vez mais claro que o problema moral de nossa época diz respeito ao amor ao dinheiro, ao apelo habitual ao motivo do dinheiro em nove décimos das atividades da vida, com a busca universal pela segurança econômica individual como o principal objetivo do esforço, com a aprovação social do dinheiro como medida do sucesso construtivo, e com o apelo social ao instinto de acumulação como base da provisão necessária para a família e para o futuro” (KEYNES, [1925] 2013, p. 268-69).

e às esquerdas, restava apenas a posição central, a posição liberal. Um liberalismo pragmático em relação às ferramentas de intervenção na economia - “No campo econômico, isso significa, antes de tudo, que devemos encontrar novas políticas e novos instrumentos para adaptar e controlar o funcionamento das forças econômicas” -, mas que não se afastava dos seus dogmas: *o indivíduo e a sua liberdade*; mas acima de tudo, um liberalismo que conseguiu se atualizar assumindo outro compromisso imposto pelas vicissitudes da época causadas por um sistema capitalista desregulado, o da *justiça social*. Em suma, um liberalismo que se preocupa com os caminhos trilhados pelos *indivíduos* e pelas *sociedades*, e que busca, institucionalmente, harmonizar os anseios dos primeiros com as necessidades dos segundos, por isso a relevância do partido liberal e do Estado¹²⁶.

A depressão mundial prevalecente, a enorme anomalia do desemprego em um mundo cheio de necessidades, os erros desastrosos que cometemos, nos cegam para o que está acontecendo sob a superfície - para a verdadeira interpretação da tendência das coisas. Pois eu prevejo que ambos os dois erros opostos de pessimismo que agora fazem tanto barulho no mundo se provarão errados em nosso próprio tempo - o pessimismo dos revolucionários que pensam que as coisas estão tão ruins que nada pode nos salvar, exceto uma mudança violenta, e o pessimismo dos reacionários que consideram o equilíbrio de nossa vida econômica e social tão precário que não devemos arriscar experimentos (KEYNES, [1930a] 2013, p. 322).

Segundo Keynes, o programa do partido liberal, esse “instrumento de progresso futuro”, deveria refletir sobre as complexidades do seu tempo, já não podendo mais se concentrar apenas nas reformas sociais que formaram a base dos novos liberais do século XIX, as “reformas pontuais”. Nesse sentido as propostas pelo novo liberalismo do século XX se afastam daquelas efetuadas por Stuart Mill e Marshall e que simbolizavam a *posição liberal avançada* do século anterior. A despeito do fato de, na década de 1920, a Teoria Geral ainda estar longe de seu desenvolvimento completo, as falhas do sistema econômico calcado no *laissez-faire* com suas crises econômicas recorrentes e sua parcela de culpa no desencadear do conflito mundial tornaram claro para Keynes o escopo das mudanças necessárias para o enfrentamento dos desafios postos diante das economias modernas.

A “nova sabedoria para uma nova era” deveria ir além, ser mais profunda sem perder suas âncoras morais oriundas da filosofia política liberal. Passaria necessariamente por uma análise nova sobre o real funcionamento da economia e seu eventual controle, aliado a um forte senso de justiça social e liberdade individual.

A transição da anarquia econômica para um regime que visa deliberadamente controlar e dirigir as forças econômicas no interesse da justiça social e da estabilidade

¹²⁶ A própria 1ª GM havia exposto como o emprego e a produção poderiam ser amplamente expandidos se houvesse coordenação do Estado. O desafio dos anos posteriores ao conflito era encontrar a maneira política de replicar essa coordenação em tempos de paz.

social, apresentará enormes dificuldades técnicas e políticas. Sugiro, no entanto, que o verdadeiro destino do Novo Liberalismo é buscar sua solução (KEYNES, [1925] 2013, p. 305) [grifo nosso].

A defesa da liberdade individual já não poderia se satisfazer apenas com um *reducionista respeito da propriedade privada* por dois motivos. Primeiro porque a fruição das aspirações liberais ultrapassava o âmbito meramente econômico, ainda que não prescindisse desse. Segundo porque o gozo das liberdades individuais deveria estar disponível a todos os que assim desejassem, ou seja, a defesa da liberdade individual assume um caráter irrevogavelmente social e político, posto que existem interesses conflitantes nas sociedades. Assim, as questões relacionadas às oportunidades econômicas para uma efetiva melhora nas condições de vida se tornaram um aspecto central do novo liberalismo.

Como o trabalho produtivo fazia parte do *ethos* capitalista, a participação dos indivíduos no mercado de trabalho desempenhava um papel primordial não apenas do ponto de vista prático de funcionamento da economia, da geração de renda e riqueza, mas também no âmbito sociológico e psicológico da comunidade. Por esses motivos, as interrupções no ciclo de trabalho, muitas vezes forçadas e prolongadas, como aquela do pós-1ª GM, era um problema tão grave e que precisava de soluções políticas, ou seja, soluções estatais.

Além desses aspectos relacionados ao trabalho, os pontos que Keynes ([1925] 2013) elenca no seu artigo “*Am I a liberal?*”, como aqueles relacionados ao desarmamento, à liberdade sexual, às formas de governo dão uma amostra de como o economista se inquieta com as questões sociais relevantes do seu tempo. Ao mesmo tempo em que ele segmenta essas questões sociais que, na sua opinião, deveriam formar o cerne do programa do partido liberal, ele as relaciona diretamente com aspectos econômicos, desvelando, assim, as ligações de interdependência entre economia e sociedade¹²⁷.

Todos esses aspectos não se apresentam desconexos, mas antes formam um todo cuja coerência se situa fora da esfera econômica, mas que só pode ser obtido por meio dessa. Logo o papel primordial da estabilidade econômica, pois que essa era condição de possibilidade para o progresso social e não meramente econômico. Para Keynes e os novos liberais que vieram antes dele, o objetivo da vida em sociedade não poderia se reduzir à mera busca por sobrevivência ou por riquezas, o que ele chama de “o problema econômico da humanidade” (KEYNES, [1930b] 2013, p. 325).

Este, após milênios de “estagnação”, estava sendo resolvido pelo progresso econômico

¹²⁷ Por exemplo, entre o mercado de trabalho e a posição da mulher na sociedade, tradição que remonta a, no mínimo, John Stuart Mill.

que se instaurara nas sociedades europeias desde o século XVI. O comportamento e a evolução da economia não poderiam, contudo, ser deixados inteiramente às forças de mercado, pois essas não eram capazes de garantir o bom desempenho econômico ao longo do tempo, o que a seu turno comprometia o progresso econômico e as chances das sociedades de continuarem resolvendo “o problema econômico”. Em outras palavras, o que estava em jogo, eram as chances dos indivíduos de viverem suas existências sem serem *escravizados* pelas necessidades econômicas de sobrevivência aos nocivos efeitos políticos e sociais a que as sociedades estavam sujeitas, uma vez que o sistema econômico deixasse de funcionar.

Todas essas percepções poderiam ser alcançadas, como de fato o foram, sem uma teoria do funcionamento da economia interna e externamente coerente. Como se ressaltou no início dessa seção, Keynes era apenas um dos pensadores de seu tempo que notaram as graves falhas econômicas e políticas do sistema capitalista desregulamentado. A hipótese básica desse trabalho diz que Keynes pode ser incluído na tradição do novo liberalismo que surge na Inglaterra da segunda metade do século XIX, justamente porque ele compartilha, em grande medida, da visão crítica desses *liberais avançados*, porque a análise que ele faz dos problemas morais do seu tempo é, parcialmente, semelhante àquela feita pelos pensadores do século XIX.

Identificar os problemas econômicos, no entanto, não era suficiente, era preciso propor medidas coerentes e, acima de tudo, *factíveis* e *aceitáveis* nas circunstâncias da época para tais problemas. Tanto a análise técnica da economia e dos seus problemas, como as soluções estruturantes do sistema careciam de uma nova teoria do funcionamento econômico. Uma teoria substancialmente distinta daquela dos clássicos, essa teoria é, portanto, a última análise a que o trabalho se propõe.

TEORIA MONETÁRIA PARA A ECONOMIA MONETÁRIA DE PRODUÇÃO

Davidson (2011) expõe que a problemática a que estavam submetidas as sociedades europeias advinha justamente da incompatibilidade entre essas novas necessidades morais do campo econômico a uma teoria incapaz de fornecer a compreensão desses fenômenos econômicos e as ferramentas para o seu controle. “Nós mudamos [...] nossa filosofia da vida econômica, nossas noções sobre o que é razoável e o que é tolerável e fizemos tudo isso sem mudar nossas técnicas ou nossas máximas” (KEYNES, [1925] 2013, p. 306).

Nas últimas páginas investigou-se quais eram as bases éticas e morais da crítica keynesiana à teoria econômica dominante no seu tempo, bem como às políticas econômicas que elas sustentavam. O problema na sua visão estava suficientemente claro:

Nosso problema é elaborar uma organização social que seja o mais eficiente possível, sem ofender nossas noções de um modo de vida satisfatório. O próximo passo à frente deve vir, não da agitação política ou experimentos prematuros, **mas do pensamento. Precisamos, por um esforço mental, elucidar nossos próprios sentimentos.** No momento, nossa simpatia e nosso julgamento tendem a estar em lados diferentes, o que é um estado mental doloroso e paralisante. **No campo da ação, os reformadores não terão êxito até que possam perseguir com firmeza um objetivo claro e definido com seus intelectos e sentimentos em sintonia. Não há partido no mundo atualmente que me pareça estar perseguindo objetivos corretos com métodos corretos.** A pobreza material fornece o incentivo para mudar precisamente em situações em que há muita pouca margem para experimentos. A prosperidade material remove o incentivo justamente quando pode ser seguro arriscar. A Europa não tem os meios, a América não tem vontade, para agir. Precisamos de um novo conjunto de convicções que surgem naturalmente de um exame sincero de nossos próprios sentimentos internos **em relação aos fatos externos** (KEYNES, [1926b] 2013, p. 294) [grifo nosso].

Os sentimentos internos haviam sido delineados, no entanto, a falta de uma teoria coerente acabava com qualquer relação com os “fatos externos”. Por tais motivos, Keynes se dedicou a criar uma teoria do funcionamento da economia, e ele próprio descreveu o núcleo dessa e a cronologia pela qual a desenvolveu: **demanda efetiva, preferência pela liquidez e eficiência marginal do capital.** Não é tanto com esses temas que lidaremos no restante do trabalho, mas com aqueles aspectos que conferem unicidade a todos esses conceitos. Aspectos esses que podem ser separados da seguinte maneira: i) a natureza temporal do capitalismo e a existência de incertezas quanto ao futuro; ii) uma nova visão sobre o papel da moeda no processo produtivo capitalista e, por fim, iii) a necessária rejeição da *Lei de Say*. Postos tais elementos, o restante do capítulo prossegue com alguns comentários sobre *racionalidade econômica*, para em seguida abordar a natureza temporal do processo produtivo e o papel da incerteza na economia. Em seguida, discute-se a centralidade da moeda, na visão de Keynes e os motivos pelos quais ele pensava ser necessário rejeitar a *Lei de Say*.

Afirmou-se anteriormente que os indivíduos possuem, para o *novo liberalismo* e para Keynes, um papel central no âmbito da sua visão de mundo¹²⁸.

Disso não deriva, contudo, que os indivíduos fossem o principal ponto de análise da teoria econômica. São relevantes, sem sombra de dúvidas, como consumidores, como capitalistas e financistas, mas na estrutura complexa de uma economia nacional, onde o que interessava eram os agregados macroeconômicos, o *nível de emprego ao longo do tempo*, o nível de consumo da comunidade, a taxa de juros, é na *coletividade* que se situa a investigação. Não são as ações individuais, mas o conjunto dessas, aquilo que as influencia e aquilo que elas influenciam, que importa.

¹²⁸ Nesse sentido, há de se ressaltar que se trata de um retorno em relação as preocupações que ocuparam outros liberais; de Smith a Marshall pode-se dizer que o indivíduo tem um local de relevância, mesmo que nem sempre central, tanto a construção teórica, quanto para as preocupações sociais.

Ainda assim, se os indivíduos que compõem esse grupo de interesse se comportassem tal como prescreve a teoria clássica, provavelmente, a teoria keynesiana de determinação da renda seria inócua. Portanto, é preciso que se afirme, a descrição clássica dos consumidores e produtores, isto é, dos indivíduos, não corresponde com os indivíduos da realidade. Sobre essa divergência, Keynes ([1926b] 2013) escreve que:

Nem é verdade que o interesse próprio geralmente seja esclarecido; mais frequentemente, os indivíduos que agem separadamente para promover seus próprios fins são muito ignorantes ou muito fracos para atingir até mesmo esses. A experiência não mostra que os indivíduos, quando constituem uma unidade social, são sempre menos clarividentes do que quando agem isoladamente (KEYNES [1926b] 2013, p. 288).

Estivessem imunes às *incertezas* que caracterizam o processo produtivo capitalista, que é por natureza descentralizado e temporalmente condicionado.

Quando se permite que os agentes econômicos tenham as características dos indivíduos da realidade, isto é, que não sejam *agentes que maximizam uma função de utilidade*, a resultante deve ser um mundo no qual as ações e decisões se dão em um contexto no qual a *norma* não é fruição das vontades individuais, mas antes em um mundo dominado por *tentativas* descoordenadas e no mais das vezes incoerentes de atingir objetivos que estão constantes em um processo de mudanças. Nessa visão da economia e dos indivíduos as *certezas* dão lugar, portanto, às *incertezas* e a economia deixa de ser um *fenômeno instantâneo*, para ser *fenômeno temporal*. O tempo passa a funcionar não apenas como um componente inseparável dos processos produtivos, mas também como parte indispensável da teoria explicativa desses processos¹²⁹.

Toda a produção tem o objetivo de, em última instância, satisfazer o consumidor. **No entanto, geralmente passa tempo - e às vezes muito tempo** - entre os custos incorridos pelo produtor (com o consumidor em vista) e a compra da produção pelo consumidor final. Enquanto isso, o empreendedor (incluindo o produtor e o investidor nesta descrição) deve formar as melhores expectativas que puder sobre o que os consumidores estarão preparados para pagar quando ele estiver pronto para fornecê-los (direta ou indiretamente) após o decorrer do que pode ser um longo período; e ele não tem escolha a não ser guiado por essas expectativas, se é que deve produzir por meio de processos que ocupam tempo (KEYNES [1936] 2013, p. 46).

A relevância da não adesão à *racionalidade que maximiza* uma função de utilidade reside justamente na questão temporal e na existência da incerteza. Só é incerto porque diz respeito, como diz Davidson (2007, p. 77), ao um “*futuro estatisticamente imprevisível*”, e incerto e imprevisível porque é construído a cada momento, em cada uma das decisões

¹²⁹ Segundo Davidson (2007, p 77) “O sistema econômico está se movendo ao longo do tempo de um passado irrevogável para um futuro incerto e estatisticamente imprevisível.”

econômicas de consumo e produção. O estado futuro da economia na teoria de Keynes não se apresenta como um dado da realidade a ser *desvelado, descoberto*, mas antes como uma criação social incessante e potencialmente conflituosa, na qual as *expectativas* sobre as decisões e ações de *outros agentes* moldam as decisões do *presente*. “Uma economia monetária, como veremos, é essencialmente aquela em que a mudança de visões sobre o futuro é capaz de influenciar a quantidade de empregos e não apenas sua direção” (KEYNES [1936] 2013 p. xvi).

Ao produtor nunca foi dada a possibilidade de *conhecer* a partir de uma *suposta* estrutura de preferência dos indivíduos qualquer estado de demanda futura, isto é, quais serão os produtos demandados e em quais quantidades e preços. Apesar dessa *incerteza fundamental*, as pessoas envolvidas no processo produtivo, aquelas que realizam investimentos que só são concluídos após algum lapso temporal, devem formar expectativas no presente justamente sobre esse estado de demanda futura e devem agir de acordo com essas expectativas. As expectativas são relevantes, porque elas tratam dos “custos e receitas prospectivos” (KEYNES, [1936] 2013, p. 47).

Keynes, não parece, particularmente, interessado em qualquer discussão acerca da *racionalidade* ou *irracionalidade* dos indivíduos, as palavras *racionalidade* e *irracionalidade* aparecem uma única vez na Teoria Geral. Para a caracterização dos fenômenos econômicos reais, tais como as pessoas vivenciam diariamente, é de suma importância saber, no entanto, se elas se comportam como diz a teoria clássica ou se elas estão irremediavelmente presas em um contexto de formação, confirmação ou desapontamento de expectativas. Como a experiência aponta para a segunda opção, tem-se algum indicativo dos motivos pelos quais a economia pode operar, por prolongados períodos de tempo, em um *equilíbrio subótimo no que diz respeito à utilização dos recursos produtivos*.

Para explicar a existência desse tipo de equilíbrio Keynes não precisa recorrer aos *erros de cálculo e previsão*, que certamente acontecem de forma reiterada, basta explicar como uma *série de expectativas, em relação aos estados futuros da economia, formadas ao longo de um determinado período de tempo*, e que se sobrepõem constantemente, fazem com que os produtores alterem seus níveis de gasto com a produção corrente, de maneira que parte dos recursos produtivos existentes fiquem inutilizados, ou seja, de forma que os empresários não ofereçam trabalho em escala suficiente para que todos os trabalhadores que desejem trabalhar a atual taxa de salário encontrem emprego.

As alterações no nível de emprego ofertado pelos capitalistas em qualquer momento da economia não estão dissociadas de alterações na composição dos ativos desses mesmos capitalistas, e da comunidade em geral. Em outras palavras, as alterações no nível de utilização

dos recursos produtivos da comunidade, alteram a composição dos ativos, mudando as participações relativas dos ativos líquidos e ilíquidos. Para explicar esses fenômenos, Keynes precisava de uma outra visão sobre o papel da moeda.

Quando comecei a escrever meu *Tratado sobre a Moeda*, ainda estava seguindo as linhas tradicionais de considerar a influência do dinheiro como algo, por assim dizer, separado da teoria geral da oferta e da demanda. Quando terminei, fiz alguns progressos no sentido de empurrar a teoria monetária de volta para se tornar uma teoria do produto como um todo (KEYNES [1936] 2013, p. xv-xvi) [grifo no original]. [...]

Este livro [Teoria Geral], por outro lado, evoluiu para o que é basicamente um estudo das forças que determinam mudanças na escala de produção e emprego como um todo; e, embora se descubra que **o dinheiro entra no esquema econômico de uma maneira essencial e peculiar**, os detalhes monetários técnicos ficam em segundo plano (KEYNES [1936] 2013, p. xvi) [grifo no nosso].

De fato, a moeda representa duas coisas muito distintas na visão clássica e na visão de Keynes. Na primeira é um instrumento que facilita as trocas, mas que pode ser dispensável. Para Keynes é a peça central do capitalismo, porque é a forma na qual os lucros, os salários e consumo se “manifestam”, é *por meio do e pelo* dinheiro que as pessoas assumem atividades econômicas, é por assim dizer *a porta de entrada e a porta de saída dos mercados*. O dinheiro, em outras palavras, é causa e consequência no processo produtivo (DAVIDSON; WEINTRAUB, 1973).

Economistas neoclássicos pré-keynesianos tendiam a enfatizar o aspecto do meio de troca do dinheiro, como os primeiros teóricos da quantidade [Teoria Quantitativa da Moeda] enfatizavam uma relação estrita entre o agregado de dinheiro e as transações (ou renda). Em um mundo neoclássico de certeza perfeita e mercados perfeitos, com um leiloeiro walrasiano garantindo equilíbrio simultâneo em um determinado ponto do tempo, seria obviamente irracional manter o dinheiro como reserva de valor, desde que outros ativos fornecessem um certo rendimento positivo. Na ausência de incerteza, a teoria neoclássica não tinha espaço para a função de reserva de valor em sua definição de dinheiro; nem o dinheiro teria um papel mais importante do que amendoins em um mundo neoclássico (DAVIDSON, 1972, p. 101) [grifo nosso]

Uma vez que a economia capitalista se desenrola no tempo, do “passado irrevogável para um futuro incerto”, os indivíduos desenvolveram mecanismos que visam dar *alguma previsibilidade* ao processo produtivo, um desses mecanismos é o *contrato*, o outro é a própria moeda. “Pois a importância do dinheiro decorre essencialmente de ser um elo entre o presente e o futuro” (KEYNES [1936] 2013, p. 293). Em termos gerais, a característica da moeda que a transforma nesse elo entre presente e futuro é a sua capacidade de ser uma reserva de valor, uma reserva da capacidade de compra, de quitar um contrato, uma obrigação. No que diz respeito aos contratos, eles podem ser compreendidos como acordos entre partes, nos quais há a transferência da propriedade de um determinado bem, ou a prestação de algum serviço, mediante o *pagamento em termos monetários*. A centralidade do contrato na economia

capitalista deriva do fato de ele ser utilizado para dar estabilidade e previsibilidade ao processo produtivo, isso porque, o contrato, no mais das vezes, é um contrato para *entrega futura* do bem ou serviço. “É a existência sincrônica de dinheiro e contratos [denominados em] dinheiro sobre um futuro incerto que é a base de um sistema monetário [...]” (DAVIDSON, 1972, p. 102).

Do ponto de vista das ações e decisões individuais, ao assumirem um contrato isso implica que as pessoas assumem *obrigações de pagamentos futuros em moeda*. Entrar em um contrato para entrega futura de algum bem significa que a parte demandante tem uma *expectativa* de ter os recursos necessários para efetuar esse pagamento no futuro, seja via obtenção de rendas oriundas de alguma atividade econômica, seja via alienação de algum ativo. Os contratos relevantes do ponto de vista produtivo, aqueles para a compra de matéria-prima e capital fixo ou mesmo para a contratação de funcionários, reduzem a *liquidez* dos empresários, pois aumentam suas *obrigações monetárias*.

Naqueles momentos em que os empresários possuem *expectativas positivas acerca do futuro*, eles assumem maiores obrigações contratuais, nos momentos em que suas expectativas se deterioram, eles reduzem suas obrigações contratuais, ou seja, eles *fogem* para liquidez, isto é, aumentam a quantidade de moeda em proporção total da sua riqueza. “O dinheiro como reserva de riqueza é um barômetro do grau de nossa desconfiança de nossos próprios cálculos e convenções sobre o futuro” (KEYNES, 1937, p. 216).

Resumidamente, a *moeda* é o instrumento de mensuração intertemporal ao qual os capitalistas recorrem para *julgar* a viabilidade das suas atividades econômicas, além de ser, obviamente, o próprio instrumento que viabiliza essas atividades. É através da moeda que eles chegam à conclusão, dado um conjunto x de expectativas sobre o futuro, se uma atividade econômica *pode ser* lucrativa ou não, conseqüentemente se *vale a pena* ou não se comprometer com o investimento no presente, com contratos que determinam *obrigações monetárias futuras*, com a contratação de trabalhadores, enfim se *vale a pena* ou não se engajar na atividade produtiva. É a quantidade de dinheiro que eles esperam receber no futuro, contra todos seus gastos *esperados* ao longo do tempo que irá determinar se o investimento se materializa, se serão contratados novos trabalhadores¹³⁰.

Pode-se afirmar que as visões sobre o papel da moeda nas teorias clássica e keynesiana representam, amplamente, as *divergências irreconciliáveis* entre essas duas teorias. Não há possibilidades de compromisso, porque essas teorias descrevem economias fundamentalmente

¹³⁰ Se a moeda tem tamanha importância para uma economia capitalista, o seu preço, a taxa de juros também desempenha um papel crucial nos fluxos produtivos, contudo, como o objetivo desse trabalho não é a análise dos detalhes técnicos, discutir detalhadamente o papel da taxa de juros está fora do escopo.

distintas e que não coexistem. Enquanto a teoria clássica, supostamente trata de uma economia capitalista, ela na verdade descreve os fenômenos de uma *economia de trocas reais*, ao passo que a teoria que efetivamente descreve os processos capitalista é a teoria de Keynes. Escrevendo em 1933, portanto, antes de publicar a Teoria Geral, ele diz:

A distinção que normalmente é feita entre uma Economia de Escambo e uma Economia Monetária depende do emprego da moeda como um meio conveniente de efetuar trocas - um instrumento de grande conveniência, mas transitório e neutro em seus efeitos. [...] Uma teoria que usa dinheiro, mas usa apenas como um elo neutro entre transações de coisas e ativos reais, não permite que ela entre nas motivações ou decisões [...] A teoria que eu desejo lidaria, em contraste com essa, com uma Economia na qual a Moeda desempenha um papel próprio e afeta os motivos e as decisões e é, antes, um dos fatores operantes na situação, de forma que o curso dos eventos não podem ser previstos, no longo ou curto prazo, sem um conhecimento do comportamento do dinheiro entre o primeiro e o último estado [...] Agora, as condições exigidas para a “neutralidade” da moeda [...] são, eu suspeito, precisamente as mesmas que garantem que as *crises não ocorrem*. Se isso é verdade, a Economia das Trocas reais [...], apesar de ser uma abstração valiosa em si mesmo e perfeitamente válida como concepção intelectual, é uma arma singularmente cega para lidar com o problema dos Booms e Depressões (KEYNES, 1933, p. 7, 9).

Se a análise de Keynes estiver correta, então é necessário rejeitar categoricamente a *Lei de Say*, que é um dos instrumentos utilizados, implicitamente, para defender a não intervenção do Estado na economia. A *Lei de Say* já foi abordada no primeiro capítulo, mas é válido resgatar uma definição desse conceito, segundo Davidson (2009):

A proposição econômica do século 19 conhecida como Lei de Say é a base do argumento clássico de que um mercado competitivo com salários e preços flexíveis é o mecanismo que garante que as forças de mercado levem inevitavelmente a economia a uma situação em que todos os recursos disponíveis sejam plenamente empregados (DAVIDSON, 2009, p. 40).

Efetivamente, para Say e para o restante da teoria clássica, a *demanda efetiva*, aquela de que fato ocorre, nunca pode ser inferior à oferta, isso porque, é a *oferta que cria a sua própria demanda*. Uma vez que a moeda, para os clássicos é apenas um objeto passageiro, um *facilitador das trocas* e nunca um objetivo em si mesmo, toda receita oriunda da produção tem que *necessariamente* se converter em demanda efetiva, ou seja esses recursos *irão* comprar os produtos que os geraram. Os economistas já não aceitavam mais, entretanto, essa versão simplista da *Lei de Say*, de maneira que esse resultado continua sendo alcançado, mas por uma via mais complexa e sinuosa.

Agora a escola que acredita no autoajuste [econômico] está, de fato, assumindo que a taxa de juros se ajusta mais ou menos automaticamente, para encorajar exatamente a quantidade correta de produção de bens de capital para manter nossa renda no nível máximo que as nossas energias, nossa organização e nosso conhecimento sobre como produzir eficientemente é capaz de prover (KEYNES [1935] 1963, p. 14).

Vê-se então, como a moeda continua sendo a primordial clivagem entre as duas

abordagens. Para Keynes, nada poderia estar mais distante da observação empírica e da lógica de funcionamento do capitalismo, *enquanto a moeda for um fim em si mesma*. Keynes, obviamente, rejeita a existência de uma economia capaz de se autoajustar, no curto ou longo prazo, porque não há qualquer razão lógica para a ocorrência desse evento e as observações empíricas apontam justamente para o lado o oposto. Como não há no sistema econômico mecanismos que indiquem um ajuste automático para qualquer distúrbio, faz-se necessária a presença de algum agente capaz de contrabalancear as tendências que frequentemente perturbam o “equilíbrio”.

Esse agente só pode ser o Estado. Assim o é por diversos motivos, dentre eles, o fato de ser o a gente que determina o que *é moeda*, que é capaz de afetar a preferência pela liquidez da comunidade, bem como estimular um maior ou menor nível de consumo, via taxaço e gastos próprios, e acima de tudo, pelo fato de ser responsável por garantir as *condições de possibilidade* do bem-estar social da sua população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evolução dos estudos sobre o liberalismo, seja o econômico ou o político, assevera-se, à guisa do seu objeto de estudo, um tema repleto de disputas e, inevitavelmente, sujeito às vagarias da opinião humana. Um campo tão amplo faz emergir dois aspectos essenciais da discussão em ciências sociais. O primeiro relaciona-se com o caráter *inesgotável da investigação científica*, de modo que há sempre um outro olhar possível sobre um tema já amplamente estudado, outras relações conceituais e históricas a serem estabelecidas e que podem contribuir para o *aprofundamento da compreensão coletiva sobre os processos históricos conformativos das instituições sociais e ações individuais*. Tal concepção traz imbuída em si um grau de democracia científica salutar. O segundo aspecto essencial é representado pelo fato de que, virtualmente, qualquer escolha temática está sujeita a críticas e questionamentos no que diz respeito à sua validade e relevância, o que aponta para a notória dificuldade em construir consensos nas ciências sociais, fator que também contribui para o seu caráter democrático, se bem que pouco harmonioso. Estudos sobre o liberalismo parecem capturar a essência desses dois fatos.

À luz dessas observações é necessário ressaltar que a ciência econômica quase nunca aborda o *pensamento social e político* dos economistas, a não ser quando se trata de Adam Smith e Karl Marx e ainda assim de forma muito superficial. A teoria econômica ortodoxa, por se *crer* sempre na *fronteira do conhecimento* é, particularmente, afetada por esse *desinteresse*. Obviamente, não se pode repreender os economistas por estudarem, primordialmente, teoria econômica, mas há de se ressaltar que essa é uma abordagem parcial e aquém das potencialidades de um estudo aprofundado.

No âmbito da ciência política, o pensamento social dos economistas também desperta pouco interesse, não obstante suas teorias ajudarem a *moldar* a opinião pública quanto ao caráter e natureza da economia. Resumidamente, nesse campo, a principal abordagem parece se importar apenas com os impactos do desempenho econômico nas avaliações do governo e, portanto, suas chances de reeleição. Novamente, essa é uma abordagem válida e dificilmente se poderia criticar os cientistas políticos por estudarem eleições e governos, mas é possível que essa posição também esteja aquém do que uma investigação mais minuciosa poderia revelar das relações entre política e economia e em especial do pensamento social dos economistas. Nesse esquema geral, há uma ponte que parece contradizer esse argumento: o *liberalismo*. Esse é um campo de pesquisa no qual convergem importantes observações e análises que abordam um amplo espectro de objetos e sujeitos, dentre os quais figuram importantes economistas.

No entanto, os estudos sobre o liberalismo, ao menos do ponto de vista dos economistas, sofrem de um claro problema de viés de seleção. Os liberais são *sempre os mesmos*: Adam Smith, John Stuart Mill, Milton Friedman, Frederich Hayek, August von Mises, dentre outros. O que une a vasta maioria desses autores, com a exceção de John Stuart Mill, era a forte defesa de um sistema capitalista individualista e desregulamentado. Aqueles que foram críticos desse capitalismo individualista, Marx e Keynes para citar apenas dois, não tiveram suas ideias abordadas do ponto de vista liberal. Essa é uma constatação interessante, haja vista que ambos estavam preocupados com a liberdade, ainda que de pontos de vista fundamentalmente irreconciliáveis. Keynes, o autor de interesse para esse trabalho, quando estudado, o é, primordialmente, por sua teoria econômica, não obstante sua vasta contribuição para a cena política liberal entre as décadas de 1920 e 1940. Segundo o próprio autor, sua visão de mundo o colocaria claramente no campo liberal, mas ele dificilmente é abordado nessa perspectiva.

Assim, este trabalho surgiu, em partes, dessas observações. As reivindicações de Keynes de que ele era um liberal teriam alguma validade dentro daquilo que se pode considerar como tradição liberal? Ademais, sua teoria econômica seria compatível com os preceitos e demandas tradicionalmente tidas como liberais? Para que fosse possível responder a essas perguntas seria necessário contrastar sua visão de mundo, bem como a sua teoria com algum padrão. Esse padrão, em se tratando de ciência econômica, só poderia ser a teoria econômica ortodoxa clássica, primeiro porque sua origem intelectual se encontra nos escritos de Adam Smith e segundo porque ela congrega aqueles economistas tidos como os principais defensores dos ideais liberais dentro da ciência econômica. O objetivo principal dessa investigação - **explicar e distinguir, no plano conceitual e prático, a existência de dois tipos de liberalismo econômico** - deve ser visto em meio a essas observações. Esse objetivo encerra em si a própria hipótese que dá sustentação ao trabalho - **existem dois liberalismos econômicos, em alguns aspectos, radicalmente distintos entre si**.

A estrutura do trabalho buscou se adequar a esse objetivo, de maneira a abordá-lo em partes. Sendo assim, o primeiro capítulo buscou descrever aquilo que se percebe como as principais características da teoria econômica clássica, tanto em que pese sua estrutura teórica como um conjunto com contribuições de diversos autores, quanto em relação ao tempo histórico no qual essa teoria foi construída. Dada a natureza colaborativa dessa construção, dificilmente se poderia, dentro da proposta de um trabalho dessa natureza, ter se aprofundado em demasia nas contribuições de cada um dos autores clássicos; por esse motivo, a dissertação tentou resgatar os principais pilares da teoria clássica dentro da sua importância relativa. Por exemplo, não julgamos o sistema de preços um desses pilares, à luz da nossa leitura é mais relevante

ênfatizar o papel da racionalidade maximizadora dos agentes, um dos fatores explicativos desse sistema de preços.

O segundo capítulo buscou dois objetivos. Por um lado, enunciou, resumidamente, quais foram os caminhos percorridos pela Inglaterra para que ela alcançasse a posição de hegemonia econômica e política da qual gozava até a Primeira Guerra Mundial. Do outro lado, quis compreender se as estratégias adotadas nesse processo de construção do domínio econômico internacional eram compatíveis com principal recomendação política da teoria econômica clássica - *a da não intervenção estatal na economia*. A conclusão primordial é a de que sem a ativa participação do Estado na economia não se teriam processado na Inglaterra aquelas *transformações sociais* necessárias para que este país alcançasse a posição de principal economia capitalista durante o século XIX. Em outras palavras, não haveria riqueza das nações, não naquela escala, sem o Estado.

O primeiro e segundo capítulos buscaram, dessa maneira, explicar no plano conceitual e prático a teoria econômica liberal clássica.

Como isso era apenas metade do trabalho, o terceiro capítulo buscou analisar a teoria keynesiana de forma metodologicamente semelhante. Fica claro, contudo, para qualquer um que leia a Riqueza das Nações de Adam Smith e a Teoria Geral de Keynes, que essas teorias são substancialmente divergentes entre si, tanto em premissas, quanto em conclusões. Essa divergência poderia, a princípio, levar a uma rejeição da hipótese principal do trabalho que postula a **existência de dois liberalismos econômicos, em alguns aspectos, radicalmente distintos entre si**. Se fazia necessário, portanto, encontrar o campo comum a essas duas teorias, de maneira que as contribuições de Keynes pudessem ser vistas dentro da tradição liberal.

Esse campo comum foi encontrado no conceito do *novo liberalismo*, explorado no último capítulo. É preciso fazer uma ressalva em relação a esse conceito, ele foi pouco explorado tanto por cientistas econômicos quanto pelos cientistas políticos. O trabalho conceituou o *novo liberalismo* como um movimento intelectual e político britânico que marcou os debates sobre as políticas econômicas e sobre as reformas sociais da segunda metade do século XIX até a Segunda Guerra Mundial. A importância desse conceito reside, parcialmente, nas relações que ele estabeleceu com o liberalismo econômico clássico.

Em uma primeira instância, esse movimento se esforçou para manter o cerne da teoria política liberal clássica no que dizia respeito à importância do indivíduo para as sociedades modernas. A evolução do pensamento liberal que surge para fazer face às estruturas políticas do Antigo Regime e suas formas de legitimação foi amplamente preservada pelos *novos liberais*, isto é, o indivíduo continuou sendo o cerne do seu pensamento político.

Por outro lado, o *novo liberalismo* foi capaz de reformular suas *recomendações políticas* para os tempos do capitalismo industrial. Na tentativa e esperança de conseguir mitigar parte dos problemas sociais inerentes às sociedades de massa características do capitalismo moderno, o *novo liberalismo* promoveu um distanciamento do liberalismo clássico, pois abriu espaço para os problemas da coletividade e, mais importante, possibilitou uma *resposta coletiva*, já que era uma resposta política, a esses problemas. O fato dessas recomendações políticas terem enfatizado reformas pontuais não reduz a importância das suas conclusões. Esses dois pontos demonstram como o *novo liberalismo* pertence a uma tradição liberal, ao mesmo tempo em que busca avançar esse liberalismo.

Tomando o *novo liberalismo* por outra via é possível estabelecer outra continuidade entre esse movimento e o liberalismo econômico clássico, o *novo liberalismo* manteve quase intacta a teoria econômica ortodoxa que dava sustentação as recomendações políticas liberais clássicas. Além de ser um ponto de conexão, essa teoria também é um fator explicativo da natureza das reformas que os *novos liberais* como Stuart Mill e Alfred Marshall advogavam. Como a teoria clássica não permite a possibilidade de problemas na estrutura do capitalismo desregulamentado e individualista, as proposições para os problemas que esse capitalismo cria só podem ser superficiais e pontuais.

Para o trabalho, é nessas relações que a teoria de Keynes se torna relevante, porque ela permite ao *novo liberalismo* superar os obstáculos postos pela teoria econômica clássica. Permite compreender que existem problemas mais profundos no capitalismo individualista e desregulamentado e que só podem ser enfrentados com reformas, igualmente, mais complexas e profundas. A nova compreensão da dinâmica de funcionamento do capitalismo que a Teoria Geral permite, principalmente as formas de resolver o problema do desemprego em massa e de sustentação do nível de renda, não tem em si mesma nada de liberal. É uma análise dos mecanismos de funcionamento da economia e não carrega em si juízos de valor *a priori*. Se nos lembrarmos de que o próprio Keynes estava ciente disso não haverá qualquer confusão. Ele sabia que “construir pirâmides e fazer guerras” poderiam elevar a riqueza de um país, mas era com a construção de casas e estradas, com reflorestamento, eletrificação, construção de canais e portos que ele preferia que a riqueza do país fosse elevada. O caráter liberal das suas propostas originava-se na sua visão de mundo e na sua preocupação com o indivíduo.

Resumindo, a teoria de Keynes faz parte do *novo liberalismo* porque possibilitava a busca da estabilidade e do crescimento econômico sem sacrificar a *eficiência econômica*, a *liberdade individual*, ao mesmo tempo em que não ignorava, mas antes buscava realizar a *justiça social*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPLEBY, J. Ideology and theory: The tension between political and economic liberalism in seventeenth-century England. **The American Historical Review**, v. 81, n. 3, p. 499-515, 1976.

ARIDA, P. A história do pensamento econômico como teoria e retórica: ensaios sobre metodologia em economia. In: GALA, P. e REGO, J. M. (Ed.). **A história do pensamento econômico como teoria e retórica: ensaios sobre metodologia em economia**. São Paulo: Editora 34, 2003. p.13-44.

ARRIGHI, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Rio de Janeiro: UNESP, 1996.

ASHLEY, W. J. **An Introduction to English Economic History and Theory: The end of the middle ages**. London: Longmans, Green, & Company, 1906 [1893].

ATKINSON, A. B.; PIKETTY, T.; SAEZ, E. Top incomes in the long run of history. **Journal of economic literature**, v. 49, n. 1, p. 3-71, 2011.

BAIROCH, P. **Le Tiers-Monde dans l'impasse**. Paris: Gallimard Paris, 1992 [1971].

_____. **Economics and World History, Myths and Paradoxes**. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

BEIER, A. Social Problems in Elizabethan London. **The Journal of Interdisciplinary History**, v. 9, n. 2, p. 203-221, 1978.

BELLUZZO, L. G. D. M. **Valor e capitalismo. Um ensaio sobre a Economia Política**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BELLUZZO, L. G. D. M. **Os antecedentes da tormenta: Origens da crise global**. São Paulo: Unesp, 2009.

BENTHAM, J. **An Introduction to the Principles of Morals and Legislation**. London: Kitchener, Canada, 2000 [1781].

BLYTH, M. **Austerity: The history of a dangerous idea**. New York: Oxford University Press, 2013. 288-288.

BOURDIEU, P. **Pascalian meditations**. Cambridge: Polity, 2000.

BOYER, G. R. **An economic history of the English poor law, 1750-1850**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

BRADLEY, H. **The enclosures in England: An economic reconstruction**. Ontario: Batoche Books, 2001 [1918].

BRAGA, R. Uma sociologia da condição proletária contemporânea. **Tempo Social**, v. 18, n. 1, p. 133-152, 2006.

BRAUDEL, F. **Afterthoughts on Material Civilization and Capitalism**, Baltimore and London: Johns Hopkins University Press, 1977.

BROCKWAY, G. P. **A Morte Do Homem Econômico: Princípios Para Uma Economia Do Futuro**. Nobel, 1995.

BUNNIN, N.; YU, J. **The Blackwell dictionary of Western philosophy**. Oxford: Blackwell publishing, 2008.

CAIN, P. J.; HOPKINS, A. G. The political economy of British expansion overseas, 1750-1914. **The Economic History Review**, v. 33, n. 4, p. 463-490, 1980.

AUDI, R. **The Cambridge Dictionary of Philosophy**. 2nd. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

CHAMBERS, J. D. Enclosure and labour supply in the industrial revolution. **The Economic History Review**, v. 5, n. 3, p. 319-343, 1953.

CHANG, H.-J. **Chutando a escada: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Unesp, 2004.

CLARK, J. C. D. **English society, 1660-1832: Religion, ideology and politics during the ancien regime**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

CLARKSON, L. A. **Proto-industrialization: the first phase of industrialization?** London: Macmillan International Higher Education, 1985.

CROTTY, James. **Keynes Against Capitalism: His Economic Case for Liberal Socialism**. Routledge, 2019.

DAVIDSON, P. Money and the Real World. **The Economic Journal**, v. 82, n. 325, p. 101-115, 1972. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/2230209> >.

_____. **John Maynard Keynes**. London: Palgrave Macmillan, 2009.

_____. **John Maynard Keynes**. São Paulo: Actual, 2011.

DAVIDSON, Paul; WEINTRAUB, Sidney. Money as cause and effect. **The Economic Journal**, v. 83, n. 332, p. 1117-1132, 1973.

DAVIES, W. Land and power in early medieval Wales. **Past & Present**, v. 81, n. 1, p. 3-23, 1978.

DILLARD, Dudley. The pragmatic basis of Keynes's political economy. **The Journal of Economic History**, v. 6, n. 2, p. 121-152, 1946.

DOBB, M. **Studies in the Development of Capitalism**. London: Routledge & Kegan Paul, 1950 [1946].

EDWARDS, P. **The Making of the Modern English State, 1460-1660**. Hampshire: Springer, 2001.

EVENSKY, J. Setting the Scene: Adam Smith's Moral Philosophy. In: MALLOY, R. P. E., JERRY (Ed.). **Adam Smith and the Philosophy of Law and Economics**: Springer, 1995. p.7-29.

FLEISCHACKER, S. **What is enlightenment?** New York: Routledge, 2013.

FREEDEN, M. **The New Liberalism: an ideology of social reform**. Oxford: Clarendon Press 1982.

GALBRAITH, J. K. **O Pensamento Econômico em Perspectiva: uma história crítica**. São Paulo: Pioneira Editora, 1989.

GALLAGHER, J. R., RONALD. The Imperialism of Free Trade. **The Economic History Review, New Series**, v. 6, n. 1, p. 1-15, 1953.

GILLINGHAM, J.; GRIFFITHS, R. A. **Medieval Britain: a very short introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

GRAY, H. Yeoman Farming in Oxfordshire from the Sixteenth Century to the Nineteenth. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 24, n. 2, p. 293-326, 1910.

JOLL, J. [1973] **Europe since 1870: an international history**. London: Penguin Books, 1990.

HARDING, V. Space, property, and propriety in urban England. **Journal of Interdisciplinary History**, v. 32, n. 4, p. 549-569, 2002.

HEILBRONER, R. **A história do pensamento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

HOBBSAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX**. Editora Companhia das Letras, 1995.

_____. **A era do capital: 1848-1875**. Editora Paz e Terra, 2015.

_____. **A era das revoluções: 1789-1848**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2017a.

_____. **A era dos impérios: 1875-1914**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2017b.

HOBBSAWM, E. J.; WRIGLEY, C. **Industry and Empire: from 1750 to the Present Day**. London: Penguin Group, 1999 [1968].

HOBSON, J. A. **Imperialism: A Study**. New York: Cosimo, [1902] 2005.

_____. [1891] **Problems of poverty: an inquiry into the industrial condition of the poor**. London, Methuen, 1906.

HODGSON, G. M. **How economics forgot history: The problem of historical specificity in social science**. New York: Routledge, 2001.

HUNT, E. K. **História do Pensamento Econômico**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

HUNT, H. Landownership and Enclosure, 1750-1830. **The Economic History Review**, v. 11, n. 3, p. 497-505, 1959.

JEVONS, W. **A Teoria da Economia Política**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

KERSTENETZKY, C. **O estado do bem-estar social na era da razão**. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2012.

KEYNES, J. M. **Essays in Persuasion** [1931] Reimpresso como The Collected Writings of John Maynard Keynes, Macmillan for the Royal Economic Society, Cambridge University Press, vol IX, 2013.

_____. [1923] Social Consequences of Changes in the Value of Money In: _____. **Essays in Persuasion** [1931] Reimpresso como The Collected Writings of John Maynard Keynes, Macmillan for the Royal Economic Society, Cambridge University Press, vol IX, 2013.

_____. [1925] Am I a Liberal? In: _____. **Essays in Persuasion** [1931] Reimpresso como The Collected Writings of John Maynard Keynes, Macmillan for the Royal Economic Society, Cambridge University Press, vol IX, 2013.

_____. [1926a] Liberalism and Labour In: _____. **Essays in Persuasion** [1931] Reimpresso como The Collected Writings of John Maynard Keynes, Macmillan for the Royal Economic Society, Cambridge University Press, vol IX, 2013.

_____. [1926b] The End of Laissez-Faire In: _____. **Essays in Persuasion** [1931] Reimpresso como The Collected Writings of John Maynard Keynes, Macmillan for the Royal Economic Society, Cambridge University Press, vol IX, 2013.

_____. [1929] CAN LLOYD GEORGE DO IT? In: _____. **Essays in Persuasion** [1931] Reimpresso como The Collected Writings of John Maynard Keynes, Macmillan for the Royal Economic Society, Cambridge University Press, vol IX, 2013.

_____. [1930a] Economic Possibility for our Grandchildren In: _____. **Essays in Persuasion** [1931] Reimpresso como The Collected Writings of John Maynard Keynes, Macmillan for the Royal Economic Society, Cambridge University Press, vol IX, 2013.

_____. [1930b] The Great Slump In: _____. **Essays in Persuasion** [1931] Reimpresso como The Collected Writings of John Maynard Keynes, Macmillan for the Royal Economic Society, Cambridge University Press, vol IX, 2013.

_____. [1933] A monetary theory of production. **Nebraska Journal of Economics and Business**, v. 2, n. 2, p. 7-9, 1963.

_____. [1935] A self-adjusting economic system. **Nebraska Journal of Economics and Business**, v. 2, n. 2, p. 11-15, 1963.

_____. [1936] **The General Theory of Employment, Interest and Money** Reimpresso como The Collected Writings of John Maynard Keynes, Macmillan for the Royal Economic Society, Cambridge University Press, vol. XVII, 2013.

_____. The general theory of employment. **The quarterly journal of economics**, v. 51, n. 2, p. 209-223, 1937.

LACEY, H. **Valores e atividade científica 1**. São Paulo: Editora 34, 2008.

LANDA, I. **The apprentice's sorcerer: Liberal tradition and fascism**. Leiden: Brill, 2010.

LENNARD, R. The alleged exhaustion of the soil in medieval England. **The Economic Journal**, v. 32, n. 125, p. 12-27, 1922.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **How Democracies Die**. New York: Crown, 2018.

LOCKE, John. **Segundo tratado do governo: ensaio sobre a verdadeira origem, alcance e finalidade do governo civil**. Fundação Calouste Gulbenkian. Serviço de Educação e Bolsas, 2007.

MANKIW, G. [1992] The reincarnation of Keynesian economics In: SNOWDON, B.; VANE, H. (Ed.). **A macroeconomics reader**. London: Routledge, 2003, p. 445-451

MAIER, C. S. **American ascendancy and its predecessors**. Cambridge: Harvard University, 2007.

MALTHUS, T. **The grounds of an opinion on the policy of restricting the importation of foreign corn**. London: J. Johnson and Company, 1815.

_____. **Observations on the Effects of the Corn Laws: And of a Rise Or Fall in the Price of Corn on the Agriculture and General Wealth of the Country**. London: J. Johnson and Company, 1814.

_____. **An inquiry into the nature and progress of rent, and the principles by which it is regulated**. London: J. Johnson and Company, 1815.

_____. **Princípios de Economia Política e Considerações sobre sua Aplicação Prática**. São Paulo: Nova Cultural, [1820] 1996.

MARTIN, J. E. **Feudalism to capitalism: peasant and landlord in English agrarian development**. London: Springer, 1986 [1983].

MATTOS, L V. Continuidade ou ruptura? Uma análise de alguns aspectos da filosofia social de John Stuart Mill, Alfred Marshall e John Maynard Keynes. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 35, n. 2, p. 360-383, 2015.

MARSHALL, A. [1885] The Presente Position of Economics IN: PIGOU, A. C. **Memorials of Alfred Marshall**. Macmillan and Company Limited, London, 1925.

_____. [1890] **Principles of Economics**: An introductory volume. 8th. London Macmillan, 1920.

_____, A. Minutes of evidence taken before the Royal Commission on the Aged Poor, June 5, 1893. In: KEYNES, J. M. **Official Papers by Alfred Marshall**. [S.l.]: MacMillan, 1926. p. 205-262.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

MAZZUCHELLI, F. **As ideias e os fatos: ensaios em teoria e história**. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

MILL, J. S. [1848] **The Principles of Political Economy with Some of Their Applications to Social Philosophy**. Reimpresso como The Collected Works of John Stuart Mill Volume II - The Principles of Political Economy with Some of Their Applications to Social Philosophy (Books I-II) ed. ROBSON, J. M., vol. II. Toronto: University of Toronto Press, 1965

MINGAY, G. Agriculture and Rural Life. In: DICKINSON, H. T. (Ed.). **A Companion to Eighteenth-Century Britain**. Padstow: Blackwell Publishing, 2002. cap. 11, p.141-157.

_____. **Enclosure and the Small Farmer in the Age of the Industrial Revolution**. London: Macmillan International Higher Education, 1983 [1968].

MINSKY, H. P. [1976] **John maynard keynes**. Campinas: Unicamp, 2011.

NEESON, J. M. **Commoners: common right, enclosure and social change in England, 1700-1820**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

O'BRIEN, P. K. Finance and taxation. In: DICKINSON, H. T. (Ed.). **A Companion to Eighteenth-Century Britain**. Padstow: Blackwell Publishing, 2002. p.30-39.

OVERTON, M. **Agricultural revolution in England: the transformation of the agrarian economy 1500-1850**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

OXFAM. **Nós e as Desigualdades**. São Paulo: Oxfam, 2017a. 53 Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/nota_informativa_Oxfam_Datafolha_Nos_desigualdades.pdf>.

_____. **Uma Economia para os 99%**. São Paulo: Oxfam, 2017b. 53 Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/nota_informativa_Oxfam_Datafolha_Nos_desigualdades.pdf>.

PIKETTY, T. **L'économie des inégalités**. Paris: La Découverte, 2004.

PIRENNE, H. **História econômica e social da Idade Média**. 4 ed. São Paulo: Mestre Jou, 1968 [1933].

POLANYI, K. **The Great Transformation: the political and economic origins of our time.** Boston: Beacon, 2001 [1944].

RAWLS, J. **Lectures on the history of political philosophy.** Cambridge: Harvard University Press, 2008.

REGO, J. M. Retórica e a Crítica do Método Científico em Economia: Sociologia do Conhecimento versus a Lógica da Superação Positiva. In: GALA, P. e REGO, J. M. (Ed.). **A história do pensamento econômico como teoria e retórica: ensaios sobre metodologia em economia.** São Paulo: Editora 34, 2003. p.13-44.

RICARDO, D. **On protection to agriculture, 1822.** indianapolis: Liberty Fund, 2004 [1822].

ROGERS, N. The Middling Orders. In: DICKINSON, H. T. (Ed.). **A Companion to Eighteenth-Century Britain.** Padstow: Blackwell Publishing, 2002. p.172-182.

RONCAGLIA, A. **The wealth of ideas: a history of economic thought.** New York: Cambridge University Press, 2006.

_____. **A Brief History of Economic Thought.** Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

ROSA, E. S. T.; LOPES, T. C. A economia monetária e a fórmula geral do capital: preliminar da fissão Marx-Keynes. **Nova Economia**, v. 25, n. 3, p. 501-516, 2015.

ROSA, E. S. T. **A ECONOMIA MONETÁRIA DE KEYNES: A MOEDA E O SISTEMA FINANCEIRO A SERVIÇO DA PRODUÇÃO OU A ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA ESTATAL.** Campinas: [s.n.], 2016. 2016. 217 f. Tese (Doutorado em Ciência Econômica) - Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 2016. 2016. 217 f. Tese (Doutorado em Ciência Econômica) - Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 2016.

RULE, J. The Labouring Poor. In: DICKINSON, H. T. (Ed.). **A Companion to Eighteenth-Century Britain.** Padstow: Blackwell Publishing, 2002. p.183-195.

SAY, J. B. **TRAITÉ D'ÉCONOMIE POLITIQUE ou Simple exposition de la manière dont se forment, se distribuent et se consomment les richesses.** Paris: Institut Coppet, 2011 [1846].

SCHUMPETER, J. A. **The crisis of the tax state.** 1918.

_____. **Imperialism and Social Classes.** Cleveland: Meridian Books, 1966.

SCHUMPETER, J. A. **History of economic analysis.** London: Taylor & Francis e-Library, 2006 [1954].

SCOTT, J. **The upper classes: Property and privilege in Britain.** London: The Macmillan Press, 1982.

SCREPANTI, E.; ZAMAGNI, S. **An outline of the history of economic thought**. New York: Oxford University Press on Demand, 2005.

SEVILLA-BUITRAGO, A. Territory and the governmentalisation of social reproduction: parliamentary enclosure and spatial rationalities in the transition from feudalism to capitalism. **Journal of Historical Geography**, v. 38, n. 3, p. 209-219, 2012.

SHAW-TAYLOR, L. Parliamentary enclosure and the emergence of an English agricultural proletariat. **The Journal of Economic History**, v. 61, n. 3, p. 640-662, 2001.

SIMON, H. A. Bounded rationality in social science: Today and tomorrow. **Mind & Society**, v. 1, n. 1, p. 25-39, 2000.

SKIDELSKY, Robert. **Keynes: the return of the master**. New York: PublicAffairs, 2010.

SKINNER, A. S. Adam Smith: philosophy and science. **Scottish Journal of Political Economy**, v. 19, n. 3, p. 307-319, 1972.

_____. Adam Smith: philosophy and science. In: SKINNER, A. S. W., THOMAS (Ed.). **Essays on Adam Smith**. Oxford: Clarendon Press, 1975. p.154-178.

SKINNER, Q. **Liberdade antes do liberalismo**. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

SMITH, A. **An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations** (ed. E. Cannan; Chicago. Chicago: University of Chicago Press, 1977 [1776].

_____. **A riqueza das nações: investigação sobre a natureza e suas causas**. São Paulo: Nova Cultural, 1996 [1776].

SOUSA, F. R. **Uma discussão sobre moeda e preços em Ricardo, Malthus, Fisher, Marshall e Keynes**. 2017. 81 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciências Econômicas). Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

SOUSA, F. R. .; ROSA, E. S. T. **Filosofia econômica e social: uma conexão entre Alfred Marshall e John Maynard Keynes**. Texto para Discussão 83. Universidade Federal de Goiás, 2020.

SPOHN, W. The Many Facets of the Theory of Rationality. **Croatian Journal of Philosophy**, v. II, n. 6, p. 249-264, 2002.

SULLIVAN, E. P. Liberalism and Imperialism: J. S. Mill's Defense of the British Empire. **Journal of the History of Ideas**, v. 44, n. 4, p. 599-617, 1983. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/2709218> >.

SWEDBERG, R. Markets in society. In: SMELSER, N. J. e SWEDBERG, R. (Ed.). **The handbook of economic sociology**. 2nd. New Jersey: Princeton university press, 2010.

THOMPSON, E. P. **The making of the English working class**. London: Open Road Media, 1991 [1963].

TURNER, M. Parliamentary enclosure and landownership change in Buckinghamshire. **The Economic History Review**, v. 28, n. 4, p. 565-581, 1975.

_____. The cost of parliamentary enclosure in Buckinghamshire. **The Agricultural History Review**, v. 21, n. 1, p. 35-46, 1973.

VEBLER, T. Why is economics not an evolutionary science? **The Quarterly Journal of Economics**, v. 12, n. 4, p. 373-397, 1998.

WALDRON, J. Theoretical foundations of liberalism. **The Philosophical Quarterly (1950-)**, v. 37, n. 147, p. 127-150, 1987.

WARNOCK, M. **Utilitarianism and on Liberty**. 2nd. Padstow: Blackwell, 2003 [1962].

WATTEL, H. L. (Ed.) **The Policy Consequences of John Maynard Keynes**. London: The Macmillan Press 1986.

WEILER, Peter. The New Liberalism of LT Hobhouse. **Victorian Studies**, v. 16, n. 2, p. 141-161, 1972.

WEINSTEIN, D. The New Liberalism of LT Hobhouse and the Reenvisioning of Nineteenth-Century Utilitarianism. **Journal of the History of Ideas**, v. 57, n. 3, p. 487-507, 1996.

WILSON, R. G. The Landed Elite. In: DICKINSON, H. T. (Ed.). **A Companion to Eighteenth-Century Britain**. Padstow: Blackwell Publishing, 2002. p.158-171.

WOLFF, E. N. Recent trends in wealth ownership, 1983-1998. **Jerome Levy Economics Institute Working Paper**, n. 300, 2000.

_____. Recent trends in household wealth in the United States: Rising debt and the middle-class squeeze. **The Levy Economics Institute**, v. Working Paper, n. 502, 2007.

_____. Recent trends in household wealth in the United States: Rising debt and the middle-class squeeze-an update to 2007. 2010.

WRIGHTSON, K. **English Society 1580–1680**. London: Routledge, 2013. ISBN 1136486968.